

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

JONAS CABRAL DE BARROS JÚNIOR

**SOBRE TOLERÂNCIAS E INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Recife

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO PÚBLICA
PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

JONAS CABRAL DE BARROS JÚNIOR

**SOBRE TOLERÂNCIAS E INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

Dissertação de Mestrado submetida à aprovação,
como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre
em Gestão Pública.

Orientadora: Professora Doutora Sylvana Maria
Brandão de Aguiar

Recife

2014

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B277s Barros Júnior, Jonas Cabral de

Sobre tolerâncias e intolerâncias religiosas na Universidade Federal de Pernambuco / Jonas Cabral de Barros Júnior. – Recife: O Autor, 2014.

149 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2014.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Liberdade Religiosa. 2. Religião nas escolas públicas 3. Ética religiosa. 4. Pluralismo religioso I. Aguiar, Sylvana Maria Brandão de (Orientadora). II. Título.

351 CDD (22.ed.)

UFPE (CSA 2014 – 127)

Dissertação de Mestrado apresentada por **Jonas Cabral de Barros Júnior** ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, da Universidade Federal de Pernambuco, sob o título “**SOBRE TOLERÂNCIAS E INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**”, orientada pela Professora Sylvana Maria Brandão de Aguiar e aprovada pela Banca Examinadora formada pelos professores doutores:

Recife, 01 de agosto de 2014.

Sylvana Maria Brandão de Aguiar
Presidente

José Raimundo Oliveira Vergolino
Examinador Interno

Gilbraz de Souza Aragão
Examinador Externo

Alexandrina Saldanha Sobreira de Moura
Coordenadora do MGP

Ao meu filho e à minha mãe.

Agradecimentos

À Professora Doutora Sylvana Maria Brandão de Aguiar, pela orientação, pela seriedade e respeito com que conduziu o trabalho e pelo estímulo às incursões ao estudo das religiões e da gestão pública.

À Professora Doutora Virgínia Leal, pelo incentivo, apoio e colaboração decisiva na etapa inicial deste Mestrado.

À Professora Maria das Graças Malheiros de Sousa Carneiro da Cunha, Diretora das Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão, pelo apoio e incentivo.

À Assessora de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco, Jornalista Vitória Galvão, pelo apoio e pelo livre acesso a informações importantes para a pesquisa.

À Coordenadora de Capacitação e Qualificação, Silvia Marize de Araújo Lopes. Silvia, sua amizade e estímulo foram fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao Professor Tadeu Rodrigues pelo apoio fundamental durante o processo de compilação dos dados e análises estatísticas.

Aos organizadores de eventos religiosos na UFPE, por terem aceitado participar das entrevistas.

À minha mãe, religiosa fervorosa, que consegue com suas orações e incentivo transferir para mim as melhores expressões de amor e paz. O amor de mãe às vezes não é compreendido, tão complexa a sua dimensão. Ele se revela em pequenas coisas, em pequenas ações.

À Julianne Rolim, pelo estímulo e pelo amor que me transmite.

Ao meu pai pelo exemplo de luta e profissionalismo.

E finalmente, ao meu amor infinito, Otávio Azevedo de Souza Leão. Filho, um dia vou recompensar todas as minhas ausências.

“João foi um pobre como todos nós, meu filho, e teve que suportar as maiores dificuldades numa terra seca e pobre como a nossa. Pelejou pela vida desde menino. Passou sem sentir pela infância, acostumou-se a pouco pão e muito suor. Na seca, comia Macambira, bebia o sumo do Xique-xique. Passava fome, e quando não podia mais, rezava. Quando a reza não dava jeito, ia se juntar a um grupo de retirantes que ia tentar sobreviver no litoral. Humilhado, derrotado, cheio de saudade. E logo que tinha notícia da chuva, pegava o caminho de volta, animava-se de novo, como se a esperança fosse uma planta que crescesse com a chuva. E quando revia sua terra, dava graças a Deus por ser um sertanejo pobre mas corajoso e cheio de fé. Peço-lhe, muito simplesmente, que não o condene”.

(Trecho do Filme O Auto da Compadecida, adaptado da peça de Ariano Suassuna, 1955)

RESUMO

Esta pesquisa investiga as materializações do sagrado que ocorrem na UFPE e como estas modelam o ambiente de trabalho, permitindo a existência ou não de liberdade de crença entre os servidores da Universidade. Para tanto se fez necessário analisar o processo de secularização do Estado Brasileiro que ensejou uma série de disputas religiosas, tendo de um lado a Igreja Católica (com suas estratégias de manutenção de hegemonia) e, de outro, diversas religiões que buscam sua afirmação no espaço público. Nesse sentido, do ponto de vista teórico, foram basilares as contribuições de: Giumbelli (2008); Berger (2012); Habermas (2007); Bourdieu (1982); Bonavides (2000); Pereira (1982) et all. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, alicerçada em dados quantitativos. É também exploratória; metodológica com uso de fontes primárias e secundárias. Como resultado se pode aferir que o discurso do Estado Brasileiro quanto a sua laicidade, pontuada na Carta Magna de 1988, não condiz com a prática de se apoiar e permitir presenças de apenas algumas religiões cristãs, a exemplo da Católica e das Evangélicas. Acredita-se que a relevância desta pesquisa encontra-se prioritariamente em seu caráter inédito e pelas proposições apontadas que poderão servir de embasamento à gestão pública, no que diz respeito à compreensão das tensões inerentes aos desafios da convivência harmoniosa, entre funcionários públicos de instituições de ensino superior de um Estado que se define como laico.

Palavras-Chave: Estado laico; Liberdade Religiosa; Manifestações religiosas;

ABSTRACT

This research investigates the embodiments of the sacred occurring at the university and how these shape the work environment, enabling - or not - the existence of freedom of belief among the servers of the University. For this it was necessary to analyze the process of secularization of the Brazilian State which caused a series of religious disputes, having on one side the Catholic Church (with their strategies for maintaining hegemony) and on the other, different religions seeking his claim on public space. Accordingly, from the theoretical point of view, the fundamental contributions were given by: Giumbelli (2008), Berger (2012), Habermas (2007), Bourdieu (1982); Bonavides (2000), Pereira (1982) et all. The point methodological standpoint, it is a qualitative research, based on quantitative data is also exploratory; methodological using primary and secondary sources. As a result it can be infered that the discourse of the Brazilian State as its secularism, punctuated in Magna Carta 1988 is not consistent with the practice to support and enable attendance of only some Christian religions, like the Catholic and evangelical. It is believed that the relevance of this research lies mainly in its unprecedented nature and the propositions outlined that could form the basis for public management, with regard to understanding the tensions inherent in the challenges of harmonious coexistence among public officials institutions of higher education in a state that defines itself as secular.

Keywords: secular state; Religious Freedom; religious manifestations

LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS

Universidade Federal de Pernambuco UFPE:

- Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Reitor
- Biblioteca Central
- Biblioteca do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- Biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas
- Biblioteca do Centro de Artes e Comunicação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação:

- SDH – Secretaria de Direitos Humanos
- PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
- SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

TJ – Tribunal de Justiça de Pernambuco

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
GRÁFICO 1	Percentual da população residente, por grupos de religião Brasil - 1872/1991 - Fontes: Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991.	38
GRÁFICO 2	Percentual da população residente, por grupos de religião Brasil - 2000/2010 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.	39
GRÁFICO 3	Cargo - Elaborado pelo autor	64
GRÁFICO 4	Função - Elaborado pelo autor	65
GRÁFICO 5	Função - Elaborado pelo autor	65
GRÁFICO 6	Função - Detalhamento - Elaborado pelo autor	66
GRÁFICO 7	Escolaridade - Elaborado pelo autor	69
GRÁFICO 8	Sexo - Elaborado pelo autor	70
GRÁFICO 9	Tempo de Serviço - Elaborado pelo Autor	70
GRÁFICO 10	Relação entre Escolaridade e Percepção de Atos de Intolerância - Elaborado pelo autor	71
GRÁFICO 11	Relação entre escolaridade e percepção das manifestações ferindo o estado laico - Elaborado pelo autor	72
GRÁFICO 12	Relação entre escolaridade e percepção das manifestações ferindo a liberdade religiosa - Elaborado pelo autor	73
GRÁFICO 13	Relação entre tempo de serviço e percepção de atos de intolerância - Elaborado pelo autor	73
GRÁFICO 14	Relação entre tempo de serviço e percepção das manifestações ferindo o princípio de estado laico - Elaborado pelo autor	74
GRÁFICO 15	Relação entre tempo de serviço e percepção das manifestações ferindo a liberdade religiosa - Elaborado pelo autor	74
GRÁFICO 16	Religião - Elaborado pelo autor	76
GRÁFICO 17	Mudança de religião - Elaborado pelo autor	77
GRÁFICO 18	Religião anterior - Elaborado pelo autor	78
GRÁFICO 19	Presença de símbolos - Elaborado pelo autor	79
GRÁFICO 20	Conhecimento sobre eventos religiosos - Elaborado pelo autor	80
GRÁFICO 21	Participação nos eventos - Elaborado pelo autor	81
GRÁFICO 22	Participação nos eventos de denominações diferentes - Elaborado pelo autor	84
GRÁFICO 23	Tolerância religiosa - Elaborado pelo autor	86

LISTA DE GRÁFICOS – Continuação

GRÁFICO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
GRÁFICO 24	Manifestações como parte integrante do calendário institucional - Elaborado pelo autor	87
GRÁFICO 25	Intolerância religiosa - Elaborado pelo autor	87
GRÁFICO 26	Manifestações ferindo o estado laico - Elaborado pelo autor	88
GRÁFICO 27	Manifestações ferindo a liberdade religiosa - Elaborado pelo autor	89

LISTA DE TABELAS

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
TABELA 1	Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões, segundo os grupos de religião - 2000/2010 - Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.	40
TABELA 2	Unidade de lotação - Elaborada pelo autor	67
TABELA 3	Porquê da não participação em eventos religiosos - Elaborada pelo autor	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI – Ato Institucional
AP – Ação Popular
ASCOM - Assessoria de Comunicação
BC – Biblioteca Central
CAC - Centro de Artes e Comunicação
CAA – Centro Acadêmico do Agreste
CAV – Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão
CCB - Centro de Ciências Biológicas
CCEN - Centro de Ciências Exatas e da Natureza
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CCSA - Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CE - Centro de Educação
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
CIN – Centro de Informática
CPG – Câmara de Pós-Graduação
CTG – Centro de Tecnologias e Geociências
DCA – Departamento de Controle Acadêmico
DCI – Departamento de Ciência da Informação
DCP – Departamento de Ciência Política
DEMEC – Departamento de Engenharia Mecânica
DDE – Diretoria de Desenvolvimento do Ensino
DGP – Departamento de Gestão de Pessoas
DH – Direitos Humanos
DHT – Departamento de Hotelaria e Turismo
DPG - Diretoria de Pós-Graduação
HC – Hospital das Clínicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
LEC – Liga Eleitoral Católica
NASC – Núcleo de Atenção a Saúde Comunitária
NEFD – Núcleo de Educação Física
NTI – Núcleo de Tecnologia da Informação
NUSP – Núcleo de Saúde Pública
NTVU – Núcleo de TV e Rádio Universitárias
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCU – Prefeitura da Cidade Universitária
PROACAD – Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos
PROAES – Pró-Reitoria para Assuntos Estudantis
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão
PROPAD – Programa de Pós-Graduação em Administração
PROPESQ - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS (continuação)

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

I – Introdução	18
CAPÍTULO I	22
ESTADO LAICO: BREVES CONSIDERAÇÕES	22
1.1 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E PRÁTICAS RELIGIOSAS	22
1.1.1 – A Constituição de 1824	23
1.1.2 – A Constituição de 1891	26
1.1.3 – A Constituição de 1934	29
1.1.4 - A Constituição de 1937	30
1.1.5 – A Constituição de 1946	31
1.1.6 – A Constituição de 1967	32
1.1.7 – A Constituição de 1988	33
1.2 SECULARIZAÇÃO, LAICIZAÇÃO E LAICISMO	34
1.2.1 – Secularização	35
1.2.2 – Laicidade e Laicismo	41
1.3 Tolerâncias e Intolerâncias Religiosas	44
1.3.1 Tolerâncias e Intolerâncias Religiosas no Brasil	48
CAPÍTULO II	58
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	58
2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA, CONTEXTO E TÉCNICA DE ABORDAGEM	58
2.3 DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA	62
CAPÍTULO III	63
RESULTADOS E ANÁLISE	63
3.1 PERFIL DA AMOSTRA PESQUISADA	63
3.1.1 Cargo	63
3.1.2 Função	64
3.1.3 Unidade de Lotação	66

3.1.4 Escolaridade	69
3.1.5 Sexo	70
3.1.6 Tempo de Serviço	70
3.1.7 Análise do Perfil dos Respondentes	75
3.2 PRÁTICA RELIGIOSA DOS ATORES PESQUISADOS	76
3.2.1 Religião	76
3.2.2 Mudança de Religião	77
3.2.3 Análise da Prática Religiosa dos Atores Pesquisados	78
3.3 MANIFESTAÇÕES DO SAGRADO NO AMBIENTE DA UFPE	79
3.3.1 Conhecimento da Presença de Símbolos Religiosos no Ambiente da UFPE	79
3.3.2 Conhecimento de Eventos Religiosos no Ambiente da UFPE	79
3.3.3 Participação no Eventos	80
3.3.4 Respostas sobre o porquê da Não Participação em Eventos Religiosos na UFPE	81
3.3.5 Participação em Eventos Religiosos de Denominações Diferentes	83
3.3.6 Análise das Manifestações do Sagrado no Ambiente da UFPE	84
3.4 TOLERÂNCIAS, INTOLERÂNCIAS E LIBERDADE RELIGIOSA	86
3.4.1 Tolerância Religiosa	86
3.4.2 Eventos Religiosos Institucionalizados	86
3.4.3 Intolerância Religiosa	87
3.4.4 Manifestações Ferindo o Estado Laico	88
3.4.5 Manifestações Ferindo o Princípio de Liberdade Religiosa	88
3.4.6 Análise das Tolerâncias, Intolerâncias e Liberdade Religiosa	89
3.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	90
3.5.1 ENTREVISTA COM ORGANIZADORES DE EVENTOS EVANGÉLICOS	90
3.5.2 ENTREVISTA COM ORGANIZADOR DE REUNIÕES ESPÍRITAS	97

3.5.3 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE CATÓLICA DA UFPE	99
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICE	115
APÊNDICE A	115
APÊNDICE B	118
ANEXOS	119

1. INTRODUÇÃO

O debate em torno da questão da secularização do estado e da relação com as religiões tem se tornado bastante presente nos dias de hoje. É justo dizer que a teoria da secularização foi enormemente refutada pelos eventos das décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial (BERGER; ZIJDERVELD, 2012, P. 3).

Ainda segundo os autores, ao analisar o mundo contemporâneo, não é a secularização que se vê, mas sim uma enorme explosão de exaltados movimentos religiosos (BERGER; ZIJDERVELD, 2012, P. 3).

Por sua vez Montero (2009, p. 9) afirma que ao analisarmos o cenário brasileiro, ao contrário de afastarem-se,

“as religiões, desde sempre, imiscuíram-se das mais variadas formas na construção e na gestão do espaço público. A presença histórica das igrejas cristãs nas áreas de educação, saúde, assistência social, etc. correspondeu a uma delegação consentida e pactuada pelo próprio Estado (MONTERO, 2009, p. 9).

O Decreto 119-A, de janeiro de 1890 e, posteriormente a Constituição de 1891, instauraram a separação entre Estado e religião. O Estado brasileiro passa então a ser laico, respeitando e garantindo a liberdade de culto, conforme os artigos:

Art. 2º a todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercerem o seu culto, regerem-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos actos particulares ou publicos, que interessem o exercicio deste decreto.

Art. 3º A liberdade aqui instituida abrange não só os individuos nos actos individuaes, sinão tabem as igrejas, associações e institutos em que se acharem agremiados; cabendo a todos o pleno direito de se constituirem e viverem collectivamente, segundo o seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder publico (Decreto nº 119-A, de 7 de janero de 1890).

Até a Constituição de 1824, o Brasil tinha como religião oficial a Católica Apostólica Romana, chamada de Religião do Império, o que perdurou até o início de 1890, com a chegada da República (ZYLBERSZTAJN, 2012).

A laicidade do Estado brasileiro tornou-se característica das constituições seguintes, inclusive a de 1988, chamada “constituição cidadã”. Porém, essa característica de laicidade das cartas constitucionais brasileiras não impediu que cada vez mais observássemos a interferência de grupos religiosos na esfera pública brasileira (SILVA, 2011).

Partiu-se neste estudo do entendimento de que, como órgão público, a Universidade Federal de Pernambuco deve respeitar o cumprimento do princípio

constitucional que garante a liberdade religiosa, evitando, inclusive, manifestações e a presença de símbolos religiosos em suas dependências, entendendo que ao ignorar esse princípio, além de ferir a norma, essas manifestações podem descambar para ações de intolerância por parte de fiéis de religiões diferentes.

Giumbelli (2008, p. 80,81), ao tratar da questão da presença da religião no espaço público, afirma que certas formas de presença da religião não foram construídas por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior.

Ainda segundo o autor, foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram (GIUMBELLI, 2008, p. 81).

O trabalho pretendeu, também, demonstrar e analisar as práticas religiosas institucionalizadas na UFPE, inclusive como integrantes do calendário de atividades da Universidade, "interferindo na liberdade de crença do cidadão" (CALADO, 2010).

Sarmiento (2008, p. 191), relata que "a promiscuidade entre os poderes públicos e qualquer credo religioso, por ela interdita, ao sinalizar endosso estatal de doutrinas de fé, pode representar uma coerção, ainda que de caráter psicológico, sobre os que não professam aquela religião".

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 19, determina que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

O artigo acima encerra disposição tornando o Estado Brasileiro laico, ou seja, que garante a liberdade religiosa, sem nenhuma distinção de crença, inclusive para quem não professa nenhuma religião.

O preâmbulo da Carta Constitucional de 1988 deixa claro no seu texto que o Estado Democrático assegura aos cidadãos "o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos". Porém inclui também no seu texto: "promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil" (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

O Brasil desde então tem se declarado laico, porém, não estando livre de práticas religiosas, símbolos e outros tipos de manifestações observadas em diversas empresas públicas (RACHEL, 2012).

Esse fato demonstra numa primeira análise que os preceitos constitucionais não vem sendo respeitados, ou no mínimo existe uma tolerância por parte dos agentes públicos em relação a essas ingerências, a exemplo das manifestações e dos diversos cultos e missas realizadas no ambiente da UFPE.

Sobre esse aspecto Giumbelli (2003, p. 39) relata: o que assistimos, portanto, é uma sucessão de conjunturas marcadas por distintas “manchas” de presença do religioso no espaço público.

Sendo assim, o trabalho justificou-se pela necessidade de entender de que forma essas ingerências religiosas vem sendo praticadas na Universidade Federal de Pernambuco que, enquanto empresa pública, deve garantir o princípio constitucional da liberdade religiosa e de que forma essa prática fere a Constituição.

Observa-se igualmente, a partir da experiência profissional do autor enquanto ocupante de diversas funções gerenciais na Reitoria e atualmente no Centro de Artes e Comunicação, inúmeras manifestações religiosas, sob diferentes denominações, ocorrendo no ambiente da Universidade, bem como o uso de símbolos religiosos em diversos departamentos.

Esses fatos permitem supor que existem manifestações religiosas ocorrendo no ambiente da UFPE, inclusive conduzidas por grupos que se autodenominam, por exemplo, "Comunidade Evangélica da UFPE" e "Comunidade Católica da UFPE", o que vai de encontro ao princípio constitucional de estado laico.

Para uma melhor compreensão do tema, foi necessário utilizar-se de construtos teóricos de diversas áreas do conhecimento, como: direito, sociologia, filosofia, teologia e gestão pública.

Este estudo compõe-se de quatro capítulos, sendo que no primeiro, **ESTADO LAICO: BREVES CONSIDERAÇÕES**, foi feita uma análise das Cartas Constitucionais Brasileiras, apresentando subsídios importantes para uma reflexão sobre o processo de transição entre uma presença forte e marcante da Religião Católica no espaço público brasileiro para um Estado laico, bem como retratando processos nem sempre em consonância com a norma, e muitas vezes escondidos nas entrelinhas dos textos constitucionais (ZYLBERSZTAJN, 2012).

Porém, este trabalho não pretendeu analisar com riqueza de detalhes todas as constituições brasileiras, sob pena de ser desviado o foco da pesquisa. O objetivo foi o de situar no texto os aspectos mais importantes de cada Carta Constitucional e o contexto histórico em que elas foram outorgadas/promulgadas.

No segundo capítulo, **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**, foram descritas as características da metodologia utilizada, compreendendo sua tipologia, contexto, participantes da pesquisa, técnicas de abordagem, métodos de coleta, análise dos dados, bem como as limitações da pesquisa.

Foram investigadas as estratégias religiosas institucionais adotadas na UFPE, a partir da análise de entrevistas aplicadas junto aos líderes religiosos de várias denominações que planejam e executam as diversas manifestações que ocorrem na Universidade e de questionários aplicados aos gestores da Universidade.

Finalmente, no terceiro capítulo, **RESULTADOS E ANÁLISE**, faz-se um diagnóstico dos questionários (APÊNDICE A) aplicados junto à comunidade e das entrevistas (APÊNDICE B) com os organizadores de eventos religiosos, para entender como essas práticas são percebidas pelos ocupantes de cargos de gestão na UFPE e quais os objetivos, estratégias e motivações dos líderes religiosos da Universidade.

CAPÍTULO I

ESTADO LAICO: BREVES CONSIDERAÇÕES

1.1 AS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E PRÁTICAS RELIGIOSAS

Inicialmente foi necessário avaliar as Cartas Constitucionais Brasileiras, levando-se em consideração o contexto histórico em que foram estabelecidas, tendo em vista a necessidade de compreensão do processo de construção de um estado laico.

Ao longo de sua História, o Brasil teve sete Cartas Constitucionais, cada uma representando um momento histórico do País. Por definição essas Cartas deveriam representar os interesses de todos os cidadãos, porque a elaboração, discussão e implantação de uma Carta Constitucional pressupõe a participação da sociedade, evitando que apenas pequenos grupos se articulem e consigam influenciar a criação de leis que atendam somente a seus interesses particulares (BONAVIDES, 2000).

Essa afirmação parte do pressuposto de que as normas constitucionais, para serem legítimas, precisam da participação popular no debate político que a antecedem e da aceitação desses preceitos constitucionais pela sociedade (SAITER, 2005).

Segundo Habermas (2007, p.14), as normas do Estado constitucional democrático são muito mais profundas e exigentes quando se trata do "papel dos cidadãos que se entendem como autores do direito do que em relação ao papel dos membros de uma sociedade que são destinatários do direito".

Ainda segundo Habermas (2007, p. 14), existe um mal entendido sobre a existência de um "patriotismo constitucional", ou seja, que as normas constitucionais são facilmente assimiladas "não apenas em seu conteúdo abstrato, mas concretamente a partir do contexto histórico de sua respectiva história nacional". Continua Habermas (2007, p. 14): "se quisermos que os conteúdos morais de direitos básicos criem raízes nas mentalidades, o mero processo cognitivo não será suficiente".

1.1.1 - A constituição de 1824

A primeira constituição, outorgada em 25 de março de 1824, traz em sua redação uma mistura de ideais liberais existentes na época a partir de uma estrutura monárquica conservadora (BONAVIDES, 2000).

Ainda segundo o autor, as Cortes não levaram em consideração na primeira Carta Constitucional a luta pela busca de identidade e independência, que tinha como destaques a Inconfidência e a Revolução Pernambucana de 1817, que antecederam a Assembleia Nacional Constituinte (BONAVIDES, 2000).

Bonavides (2000) afirma ainda que na Carta Constitucional de 1824, existiam duas perspectivas: de um lado um poder “originário, dos governados, teve a sua soberania golpeada e embargada, não sendo portanto partícipe da obra criadora das nossas primeiras instituições públicas, como Estado e Nação” e de outro lado, “o poder constituinte derivado do absolutismo, o poder constituinte do príncipe que fez a Carta Imperial; ao invés da promulgação, uma outorga” (BONAVIDES, 2000, p. 160).

O processo de outorga da constituição de 1824 se deu logo após a Independência. Uma Assembleia Constituinte foi eleita para a estruturação do novo estado, iniciando os trabalhos em 3 de maio de 1823. Em setembro do mesmo ano foi apresentado à Assembleia para ser votado um projeto de redação de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada (SILVA, 2011).

Em 12 de novembro de 1823, D. Pedro dissolve a Assembleia Constituinte e impõe o seu próprio projeto, encaminhando-o às Câmaras Municipais de todo o país para que fosse emendado de acordo com sugestões de cada Câmara. Justifica a dissolução da Assembleia, afirmando que “as bases que devemos seguir e sustentar para nossa felicidade são independência do império, integridade do mesmo e sistema constitucional” (SILVA, 2011).

Sobre as intenções de D. Pedro, (PRIORE; VENANCIO, 2010. p. 165) afirmam que no lugar da anterior, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas.

Em 25 de março de 1824 a Constituição é outorgada, ou seja, imposta aos cidadãos sem, no entanto, ser submetida a discussões com a sociedade. Esse fato,

por si só, caracteriza a forte presença centralizadora do *modus operandi* da Corte Portuguesa, muito embora tenha sido submetida às Câmaras Municipais, como estratégia para dar à Carta um caráter democrático (SILVA, 2011).

Em relação aos direitos fundamentais, a carta constitucional de 1824 reflete a presença da Religião Católica como religião oficial. Segundo a redação do seu art. 5: “A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo” (Constituição Política do Império do Brasil, 1824).

Como se pode observar, apesar da Religião Católica ser a religião oficial, esta carta não proibiu o culto de outras religiões, havendo apenas uma mitigação da liberdade, permitindo apenas o culto doméstico ou particular das demais religiões ou seja, apesar da união entre Estado e Igreja Católica (MARIANO, 2002).

Pereira (1982, p. 25) destaca que o artigo 5º contribuiu para uma insatisfação dentro da Igreja Católica, que se convencionou chamar “Questão dos Bispos”, envolvendo os Bispos de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e o do Pará, Dom Macedo Costa, e a Maçonaria. Ainda segundo o autor, a questão religiosa desencadeada pelo referido artigo “vem por uma razão muito simples: porque o Estado, com todo o seu poder majestático, cujo suporte era o Regalismo, entendeu que a Religião que ele aceitava lhe devia ser submissa” (PEREIRA, 1982, p. 25).

Outro fato marcante dessa Constituição foi a divisão quadripartida, com a criação de um quarto poder, o poder moderador, teoria desenvolvida pelo publicista europeu Benjamin Constant em 1814, porém adaptada pelo Imperador com o objetivo claro de manter em suas mãos o controle dos demais, como resquício também da tradição imperial portuguesa (SOBRINHO, 1978).

Segundo Sobrinho (1978, pp. 5-7) a fórmula do Poder Moderador entusiasmara D. Pedro I. Na verdade, representava uma espécie de transição entre o absolutismo e a monarquia constitucional. Ainda sobre o comportamento do Imperador, Sobrinho continua, “O Imperador não admitia renúncia definitiva ao absolutismo, que tanto correspondia ao seu temperamento voluntarioso” (SOBRINHO, 1978, pp. 5-7).

Andrade e Bonavides (1991, p. 96) reforçam essa ideia, afirmando: “que sendo D. Pedro I um Bragança, a tradição autoritária da Casa não poderia deixar de ter ingresso ao texto da Carta Constitucional outorgada por um membro da família”.

Encontrou-se, também, em Aristóteles, na obra Política (2000, p. 83) a origem da separação dos poderes: Em todo governo, existem três poderes essenciais, cada um dos quais o legislador prudente deve acomodar da maneira mais conveniente. Ainda segundo Aristóteles, “o primeiro delibera sobre os negócios do Estado, o segundo compreende todas as magistraturas ou poderes constituídos, o terceiro abrange os cargos de jurisdição.

No século XVII, Montesquieu, na obra Do Espírito das Leis, apresentou a ideia de separação de poderes em função legislativa, executiva e federativa. Entendia o autor que não seria prudente um mesmo homem concentrar em suas mãos os três poderes: "o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares" (MONTESQUIEU, 1987, p.165).

Por sua vez, Benjamin Constant tentou, na criação do Quarto Poder, dirimir possível conflito no caso dos três poderes descritos por Montesquieu entrassem em choque, sendo necessária uma força que trouxesse de volta a harmonia. E que essa força deveria ser externa às demais, "neutra, para que sua ação seja aplicada necessariamente em todo lugar onde assim deva ser, e para que ela seja preservadora, reparadora, sem ser hostil" (CONSTANT, 1997), citado por (LYNCH, 2005, p. 611).

Durante o segundo reinado, o governo imperial, a todo momento, interferiu na vida política, impedindo a perpetuação de uma mesma facção no poder (PRIORE; VENANCIO, 2010). Dessa forma, a monarquia se afastou gradativamente das mais importantes elites, o que fez surgir movimentos que buscavam a descentralização e o federalismo, o que desembocou no movimento republicano nascido em 1870 (PRIORE;VENANCIO, 2010).

Era notória a inabilidade política dos monarquistas e, para aumentar ainda mais os problemas, esse fato acabou por comprometer as relações com a Igreja. Segundo Priore e Venancio (2010), D. Pedro II promoveu bispos que se alinhavam à chamada corrente ultramontana. Tal segmento reunia correntes eclesiásticas que primavam pelo conservadorismo e aproveitaram para promover reformas.

Por exemplo, até meados do século XIX, padres que quisessem conseguir uma boa colocação em paróquias que tivessem prestígio e fossem localizadas em cidades importantes, deveriam contar com o apoio de famílias, ou seja, deveriam ser indicadas pelos mandões da terra (PRIORE;VENANCIO, 2010).

Ainda segundo os autores, dentre as diretrizes ultramontanas constava a intolerância a outros cultos, inclusive à maçonaria (PRIORE; VENANCIO, 2010).

Esse foi um dos pontos fulcrais para que acontecessem os conflitos durante a Questão Religiosa. No caso dos maçons, a situação se acentuou devido ao fato dos mesmos serem partidários do liberalismo e defensores do casamento civil e da liberdade religiosa (PEREIRA, 1982, p.25).

Nesse sentido, de um lado o clero passou a pregar contra os maçons e do outro, autoridades, sob a acusação de insubordinação, ordenam a prisão e condenação de bispos a quatro anos de trabalhos forçados, como foi o caso de d. Frei Vital Maria e d. Macedo Costa (PRIORE;VENANCIO, 2010). Ainda segundo (PRIORE; VENANCIO, 2010), os ânimos se acirraram e membros da alta cúpula da Igreja tornaram-se críticos ferozes do governo de d. Pedro II (PRIORE;VENANCIO, 2010).

Houve muita perplexidade na sociedade em relação à prisão dos bispos durante a Questão Religiosa. Segundo (PEREIRA, 1982), como o imperador era pessoa sagrada, protetora da Igreja, não faltava quem hesitasse em dar razão aos bispos presos. Eles tiveram, bem se sabe, grandes e entusiásticas adesões.

Todos esses problemas, em muito causados, como dito anteriormente, pela falta de habilidade do governo imperial, afastaram a elite civil, militar e eclesiástica e decretou o fim da monarquia em 1889 (PRIORE;VENANCIO, 2010).

1.1.2 - A Constituição de 1891

Foi a partir da Constituição de 1891 que o Estado se viu apartado da Igreja, o que perdurou até a Carta Constitucional atual (ZYLBERSZTAJN, 2012) . Ainda segundo a autora, no que tange à essa separação, o art. 11 da primeira constituição da República vedava que os estados e a União estabelecessem, subvencionassem ou embaçassem o exercício religioso (ZYLBERSZTAJN, 2012, p. 20).

A Assembleia publica a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, que tornou-se um marco na história das constituições brasileiras. Foi com esta Constituição que novas formas de governo e de Estado são inauguradas, garantindo a liberdade e a propriedade (BASTOS, 2002).

Ainda segundo o autor:

Com a Constituição Federal de 1891, o Brasil implanta, de forma definitiva, tanto a Federação quanto a República. Por esta última, obviam-se as desigualdades oriundas da hereditariedade, as distinções jurídicas quanto ao status das pessoas, as autoridades tornam-se representativas do povo e investidas de mandato por prazo certo (BASTOS, 2002, p. 173).

Em relação à prática religiosa, a constituição garante a liberdade de culto. A partir de então, o Estado brasileiro passou a ser laico, muito embora a Igreja Católica tenha sido contrária a essa separação (SILVA, 2011).

A Igreja perde os atributos até então garantidos pelo padroado, despojada dos privilégios que vinha desfrutando desde os primórdios da colonização, perdendo, como assinala Romano (1979, p.148), aquilo que lhe era essencial:

Afora as vantagens materiais, o mais importante dos privilégios católicos foi o monopólio de religião do Estado, até o final do Império, com a decorrente proibição de culto público, em pé de igualdade, para outras confissões cristãs. Além disso, as autoridades eclesásticas detinham o domínio da educação, da saúde pública, obras assistenciais, do registro da população (nascimento, batismo, casamento e óbito), entre outros (ROMANO, 1979, p.148).

A partir de outro olhar, Corrêa (1939, p. 11) relata que a Igreja passou a ter que se inserir mais fortemente na sociedade: “Sobreveio a República, e renovou a face da Terra. Muitos males, por certo, ela trouxe à Igreja de Cristo em nossa Pátria; mas trouxe, juntamente, um bem, que superou todos os males: foi a liberdade.”

De acordo com o artigo 72, a Constituição de 1891 resta assegurada a brasileiros e estrangeiros residentes no país “a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade”. Em seguida, no parágrafo terceiro encontramos o seguinte texto: “Todos os indivíduos e confissões religiosas podem exercer publica e livremente o seu culto, associando-se para esse fim, adquirindo bens, observadas as disposições do direito comum” (Constituição da República dos estados Unidos do Brasil, 1891).

A Constituição de 1891 apresenta forte influência positivista no campo ideológico, com o rompimento entre Estado e Igreja e com a visão de que indivíduos

mais preparados devem assumir o poder em prol da maioria do povo. (CARONE, 1976).

Segundo Giumbelli (2008, p.82), a Igreja Católica foi fundamental na estruturação do novo regime de relações entre Estado e religião no Brasil Republicano e contrária à separação com o Estado: “seus líderes e representantes se empenharam na defesa do regime contrário ou de algum tipo de reconhecimento, por parte do Estado, da preeminência do catolicismo na constituição da nacionalidade.

Ainda segundo o autor, o empenho da Igreja Católica foi recompensado na Constituição de 1934, “na qual, por exemplo, o ensino religioso é permitido e o casamento religioso volta a ter validade civil; além disso, o princípio da separação é temperado pela possibilidade de “colaboração” entre Estado e religiões” (GIUMBELLI, 2008, p.82).

De fato a Igreja Católica nunca deixou de lado suas estratégias para se manter viva e soberana, sobretudo no mundo do trabalho (SOUZA, 1998). Ainda segundo a autora, o Catolicismo Social foi introduzido a partir da Encíclica *Rerum Novarum* (1891), lançada pelo Papa Leão XIII, e se impôs no Brasil ao longo de décadas até tornar-se, nos dias atuais, presente no discurso de lideranças de classe e nos textos normativos das relações trabalhistas, assistenciais, previdenciárias e sindicais (SOUZA, 1998, p.3).

Na Encíclica, o Papa Leão XIII analisa o novo contexto das relações de trabalho que se instala

De fato os novos progressos da indústria e os novos rumos tomados pelas artes das relações recíprocas entre operários e patrões, acúmulo das riquezas nas mãos de poucos, a par da indigência da multidão, nos operários a consciência crescente do próprio valor e o maior espírito da solidariedade, enfim a corrupção dos costumes, fizeram instalar a luta (Encíclica *Rerum Novarum*, 1891).

Segundo Souza (1998, p. 6), a separação da Igreja com o Estado significou “uma dependência dos setores privados locais, o que nos primeiros anos da República resultou numa crescente identificação com as novas classes sociais emergentes”.

Isso não significou, segundo a autora uma aproximação com os setores mais proletarizados do meio urbano, pois a estratégia da Igreja foi

concentrar sua atenção na formação e preparação de uma elite intelectual católica capaz de intervir no desenvolvimento capitalista em curso de

acordo com os interesses da oligarquia dominante e, ao mesmo tempo, abrir, junto ao estado, os espaços que ela havia perdido (SOUZA, 1998, p. 6).

1.1.3 - A Constituição de 1934

A crise econômica que abalou o mundo em 1929 trouxe à tona a necessidade de se melhorar as condições de vida dos trabalhadores, estes até então não possuíam direitos (VAINER, 2010).

Esse cenário criou as condições para a Revolução de 1930 e o aparecimento de um líder carismático, que, inclinado para as questões sociais, tomaria o poder e acabaria com o coronelismo e, conseqüentemente, com a política dos governadores (VAINER, 2010, p. 172).

Finalmente, em 1934, Getúlio assume a Presidência. Quatro anos após a Revolução, e é então promulgada a nova Constituição que implanta no Brasil a Era Vargas (BONAVIDES, 2000).

Ainda sobre Vargas, Bonavides escreve:

As forças políticas situacionistas, por sua vez, elegeram presidente da República, por via indireta, o ex-ditador e chefe revolucionário do movimento de outubro de 30, um homem cujo apetite pelo poder o levou, três anos, depois a desferir o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937 (BONAVIDES, 2000, p. 173).

Nesse período a Igreja consegue retomar espaços perdidos. Essa Carta Constitucional trouxe importantes vitórias para a Igreja Católica, pois, através da Liga Eleitoral Católica (LEC), diversas reformas constitucionais foram implementadas: desde reivindicações eclesiais particulares até a legislação trabalhista, sindical e assistencial, além do direito de mobilização e educação da classe operária, através do Estado, com o ensino religioso (SOUZA, 1998).

Com Vargas acontece uma aproximação entre Estado e Igreja, e nesse processo surgem os Círculos Operários, a Ação Católica e, como desdobramento desta, a Juventude Operária Católica (JOC) (SOUZA, 1998).

É importante mencionar que nesse capítulo da história constitucional brasileira as Igrejas Evangélicas do Brasil, que até 1930 não se envolviam em questões políticas, não ficaram fora das discussões da época. Segundo Campos (2005), no ano da Revolução Constitucionalista de 1932, a Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil, entidade substituída posteriormente pela Confederação

Evangélica do Brasil, divulgou no jornal O Expositor Cristão em 18/11/1932, um manifesto junto às igrejas evangélicas do País que dizia:

Todas as congregações disseminadas por todo o Brasil elevem a Deus súplicas em favor da elaboração e promulgação da futura Constituição Brasileira; (...) Que somente mereçam os sufrágios dos evangélicos os candidatos à futura constituinte que sejam portadores de programa liberal e, assim, advoguem a causa da separação entre a Igreja e o Estado, da igualdade e liberdade de cultos e do ensino leigo nas escolas públicas (O Expositor Cristão em 18/11/1932).

A Constituição de 1934, acerca dos Direitos e das Garantias Individuais, traz em seu art 113, § 3º o seguinte mandamento: “todos são iguais perante a lei”. Ainda segundo o seu texto: “Não haverá privilégios, nem distinções, por motivo de nascimento, sexo, raça, profissões próprias ou dos pais, classe social, riqueza, crenças religiosas ou ideias políticas”(Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934).

A Carta Magna de 34 mantém também a laicidade, mesmo tendo no seu preâmbulo:

Nós, os representantes do povo brasileiro, **pondo a nossa confiança em Deus**, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (grifo nosso).

1.1.4 - A Constituição de 1937

A constituição de 1937 foi outorgada a partir do golpe de Estado do Presidente Getúlio Vargas, supostamente impedindo a chamada Intentona Comunista, liderada pelo Aliança Nacional Libertadora - ANL, de tomar o poder. Com o golpe, Vargas inaugura no País o Estado Novo (PRIORE; VENANCIO, 2010).

O Partido Comunista (PCB) foi colocado na ilegalidade pelo governo de Getúlio Vargas. Os comunistas se uniram a outros opositores e formaram esse grupo, contrário a Vargas, inspirado pela estrutura política europeia pós Primeira Guerra Mundial e influenciado pelo Partido Comunista Brasileiro (PRIORE; VENANCIO, 2010).

Priore e Venancio (2010, p.252) relatam que a motivação desse golpe se deu a partir de um suposto manifesto de estratégia comunista, publicado no Jornal do Brasil em 01 de outubro de 1937, o famoso Plano Cohen, que iniciaria no País uma série de ações voltadas para a desestabilização das instituições e práticas de

terrorismo. Entre as instruções do fantasioso plano estava a “Planificação da Violência”:

Acrescenta esse documento a necessidade de criar nos meios revolucionários os reflexos para a “Violência útil e completa”. Mais adiante diz que a “Violência deve ser planificada, deixando de lado qualquer sentimentalismo não só favorável aparentemente ao ideal revolucionário como também à piedade comum; isto significa que certos indivíduos, por exemplo, que devam ser eliminados, só pelo fato de serem contrários à nossa revolução, todavia nada favorecem de prático com o seu desaparecimento; outros na aparência não muito contrários, com a sua eliminação oferecem resultados práticos de grande alcance (Jornal do Brasil, 01 de outubro de 1937).

Nesse período, segundo Sousa (1998, p.7), a Igreja retomou alguns dos mais importantes espaços perdidos com o advento da República. Segundo a autora:

Quando chegou a Constituinte de 1934, através da Liga Eleitoral Católica (LEC), a vitória se evidenciou com as reformas constitucionais: desde reivindicações eclesiais particulares até a legislação trabalhista, sindical e assistencial, além do direito de mobilização e educação da classe operária, através do Estado, com o ensino religioso (SOUSA, 1998, p.7).

Nesse período a parceria com a Igreja se torna mais evidente e sobre essa relação (ROMANO, 1979) observa que:

Já na década de 30, com o Estado Novo, e com o apoio da Igreja, foram dadas as condições da ampliação do governo central, em detrimento do livre jogo das forças sociais. A regulamentação do trabalho acompanhou um vasto esquema de medidas controladoras da sociedade, afastando a crença no indivíduo e na liberdade civil: O Estado não conhece direitos de indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado sobrepondo-se à luta de interesses garante só os direitos da coletividade e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece a luta de classes. As leis trabalhistas são leis de harmonia social (ROMANO, 1979, p. 148).

A Constituição de 1937 paradoxalmente manteve os Direitos Sociais da Carta anterior, criando uma prática política comum no País, o populismo. No campo religioso, manteve o Brasil como um país laico (BONAVIDES, 2000).

1.1.5 - A Constituição de 1946

O fim da Era Vargas se deu em 1945, possivelmente em consequência do somatório de práticas repressivas e arbitrárias, que ao longo do tempo esfacelou seu poder político (PRIORE; VENANCIO, 2010).

Em janeiro de 1946 foi promulgada uma nova Constituição. Vale salientar que nesse período houve em alguns países um movimento constitucionalista, a exemplo

da Itália, Alemanha, Iugoslávia e Polônia, rompendo com regimes ditatoriais que existiam antes da Segunda Guerra Mundial. Esses países buscavam a implantação de avanços na área social (SILVA, 2011).

No caso do Brasil, a Carta Magna de 46, possivelmente reflexo da maioria conservadora componente da constituinte da época, trouxe na verdade um retrocesso com o seu projeto liberal conservador, trazendo poucos avanços sociais no seu texto. Silva, tratando do conteúdo da Carta de 46 relata que as fontes formais do passado não estavam de acordo com a história real, "o que constituiu o maior erro daquela Carta Magna, que nasceu de costas para o futuro, fitando saudosamente os regimes anteriores, que provaram mal" (SILVA, 2001, p. 81).

Podemos destacar como novidades o repouso remunerado nos feriados civis e religiosos tradicionais. Devido a possível pressão da Igreja Católica, manteve-se o casamento como de vínculo indissolúvel (SILVA, 2001).

1.1.6 - A Constituição de 1967

Todos os aspectos citados nas constituições anteriores, ora outorgadas, ora promulgadas; autoritárias, ditatoriais, centralizadoras, não foram páreo para o que se viu posteriormente.

No dia 31 de março de 1964 é deflagrado o golpe militar, derrubando o então presidente João Goulart. Um série de ações truculentas e à margem da lei atingiram diversos movimentos e instituições no País. Celso Castro citando o Golpe de 64 e as diversas ações que aconteceram para o estabelecimento de uma ditadura do País, relata que os grupos que mais sofreram foram os setores que eram politicamente mais mobilizados, por exemplo o CGT, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP) Castro, (2013).

Ainda segundo Castro, "Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum, especialmente no Nordeste. O líder comunista Gregório Bezerra, por exemplo, foi amarrado e arrastado pelas ruas de Recife" (CASTRO, 2013, p. 2).

Instaura-se no Brasil a repressão, restringindo-se os direitos civis, instituindo a censura e práticas de tortura, e o governo passa a legislar através de atos institucionais, tendo como o mais conhecido o A.I. no. 5, de 13 de dezembro de

1968, onde reza no seu artigo 5º sobre a suspensão dos direitos políticos, importando em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de frequentar determinados lugares;

c) domicílio determinado.

§ 1º - o ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Enfim, esse período foi o mais negro em termos de direitos e garantias à sociedade, onde muitas pessoas foram mortas arbitrariamente, por um regime autoritário e repressivo (SILVA, 2011).

1.1.7 - A Constituição de 1988

Conhecida como Constituição Cidadã, a Carta Magna de 88 foi fundamental para o País selar o fim do ranço ditatorial que assolou a política brasileira durante anos. Segundo Silva (2011), muitas marcas foram deixadas pela sucessão de artifícios arquitetados pela elite brasileira para manter o poder nas mãos de poucos e limitar ou muitas vezes impedir a participação popular nos textos constitucionais (SILVA, 2011).

O processo de redemocratização tornava-se imprescindível e a sociedade, organizada através dos partidos políticos e de movimentos, como o Diretas Já, pressionara a classe política para que os direitos e garantias suprimidos pelo regime anterior fossem reestabelecidos e que o Estado voltasse a ser uma república presidencialista (SILVA, 2011).

Analisando o processo de transição entre a época da Ditadura e o momento que o Brasil viveu nesse período de redemocratização, Florestan Fernandes (1986) identificava resquícios do antigo regime, a partir da composição de forças conservadoras. Segundo ele, as forças conservadoras, percebendo a agitação da população após o movimento pelas Diretas, avançaram no sentido de uma

composição pelo alto, que impediu o deslocamento de poder para as classes subalternas (FERNANDES, 1986).

No dia 01 de fevereiro de 1987 foram iniciados os trabalhos do Congresso Constituinte, presidido por Ulisses Guimarães, o que culminou na promulgação em 05 de outubro da Constituição de 1988. Silva enxerga a Constituição de 1988 como moderna e inovadora. "Bem examinada, a Constituição Federal, de 1988, constitui, hoje, um documento de grande importância para o constitucionalismo em geral" (Silva, 2011, p. 89).

A Carta manteve em sua redação, nos capítulos que tratam dos direitos e garantias individuais, a liberdade de crença e o exercício de culto religiosos, confirmando a estruturação de um Estado laico (EMMERICK, 2010).

Na verdade, mesmo depois do estabelecimento da liberdade religiosa em nosso país na Constituição de 1891, nem a Igreja Católica nem as demais religiões, sobretudo mais recentemente as igrejas evangélicas, aceitaram completamente essa concepção liberal, republicana. "Existe no interior de quase todas as religiões uma tendência a recusar a laicidade" (DELACAMPAGNE, 2001, p.18), citado por (RANQUETAT, 2008, p. 9).

Romano (1979, p. 89), citado por Ranquetat (2008, p. 9), afirma que "durante toda a história posterior, a Igreja discutirá o pensamento laico, ora maçom, ora liberal, ora positivista, sobre a manutenção pública da fé como símbolo de poder".

Quanto às manifestações em espaços públicos, ainda segundo Romano (1979, p.89): "a existência de uma palavra, de um gesto, de uma imagem posta em lugar visível representava para ela a certeza de que ainda não tinha sido reduzida à particularidade, exigida pelo discurso leigo e racionalista".

1.2 SECULARIZAÇÃO, LAICIZAÇÃO E LAICISMO

A chegada do século XXI trouxe muitos questionamentos, principalmente os concernentes à religião. Uma das perguntas mais frequentes entre os estudiosos era se as descobertas da ciência e as novas tecnologias nos afastariam de Deus. Nietzsche, por exemplo, no século XX proclamava a morte de Deus e a chegada de uma possível era do ateísmo (BERGER;VENANCIO, 2012, P. 1).

Em 2007, no seu trabalho *A Secular Age*, Charles Taylor lançou o seguinte questionamento: "porque era virtualmente impossível na sociedade ocidental não

crer em Deus, por exemplo, em 1500, enquanto em 2000, para muitos de nós, esta escolha aparece não apenas fácil, mas inevitável? Taylor (2007), citado por Ribeiro (2012, p. 148).

Para responder a esta questão Taylor (2007), citado por Ribeiro (2012, p. 148) apresentou em seu trabalho “as três muralhas que sustentam a crença em Deus em 1500”. A primeira, explica que Deus intervinha em diversos eventos naturais, tais como tempestades e epidemias, mas também em momentos de fertilidade e prosperidade (TAYLOR, 2007).

A segunda muralha traduz a ideia da necessária crença em Deus para a existência da sociedade. Essa existência estava materializada nos ritos, atos de devoção e crenças (TAYLOR, 2007).

A sociedade vivia imersa num mundo encantado, povoado de espíritos bons e maus. Os espíritos bons podiam curar doenças, evitar desastres naturais, por exemplo, e os espíritos maus causar infortúnios. Nesse universo mágico, Taylor afirma ser impossível duvidar da existência de Deus (TAYLOR, 2007).

Berger e Zijderveld (2012, pag. 3) afirmam: “Na sociologia da religião, à medida que se desenvolvia no século XX, essa associação da modernidade com o declínio da religião passou a ser conhecida como “teoria da secularização”.

1.2.1 - Secularização

O termo secularização tem vários significados. Segundo Berger (1985, p. 138), secularização é a ausência do sobrenatural nos horizontes de vida da maioria das pessoas.

Para Ferreira (2005, p.1560), “a palavra secularização vem de saeculum, que, no latim clássico, significava “século” (período de cem anos) e também “idade”, “época”. Já no Latim eclesiástico, segundo o referido autor, tem como significado o mundo, a vida do mundo e o espírito do mundo, e através dessa interpretação é que se chega à expressão “secularização”. “O termo já era utilizado no século XVII para referir o abandono do sacerdócio ou da vida religiosa” (FERREIRA, 2005, p. 1560).

Marramao (1994), citado por Ranquetat (2008, p. 2) A secularização é um conceito polissêmico e multifacetado. Do ponto de vista histórico, o termo em questão, se relaciona com o Direito Canônico, com a passagem de um religioso regular ao Estado secular, a saecularizatio. O conceito também se vinculava ao ato

de expropriação dos domínios e propriedades da Igreja Católica pelo príncipe dos Estados protestantes (MARRAMAO, 1994).

[...] os neologismos *séculariser* (1586) e *sécularization* (1567) estiveram relacionados ao lento e tormentoso processo de afirmação de uma jurisdição secular - isto é laica, estatal - sobre amplos setores da vida social até então sobre o controle da Igreja (MARRAMAO, 1994, p.19).

As terríveis atrocidades praticadas pela Igreja Católica e pelos protestantes na Europa durante as guerras religiosas trouxeram também, por sua vez, um clamor pelo fim da religião e pelo predomínio da razão, sobretudo pelos Iluministas radicais (BERGER, 2012).

Ainda segundo o autor, lançando-se um olhar mais atento ao mundo contemporâneo, não só na Europa, mas em vários lugares do mundo, não é o aumento da secularização que se observa, mas o surgimento de diversas novas seitas, religiões e movimentos religiosos (BERGER, 2012).

Os atentados às Torres Gêmeas do *World Trade Center*, em Nova York Estados Unidos, acirrou mais o debate milenar entre fé e razão. Como exemplo desse clamor intelectual, no dia 19 de janeiro de 2004 dois eminentes estudiosos se encontraram na Academia Católica da Baviera, em Munique, expondo suas opiniões publicadas sob o título *Dialética da Secularização: sobre razão e religião* (SCHÜLLER, 2007, p. 103).

Nesse debate, Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo e Joseph Ratzinger, teólogo e antigo Papa Bento XVI da Igreja Católica Apostólica Romana, discutem sobre fé e razão (SCHÜLLER, 2007, p. 103)..

Explode nas chamadas redes sociais, ancoradas na “*Word Wide Web*” um clamor religioso sem fronteiras e sem limites. A liberdade religiosa sob os auspícios da Constituição de 1988, fez surgir em vários lugares religiões e seitas sob várias denominações (BERGER; ZIJDERVELD, 2012). E a Bíblia é interpretada e reinterpretada livremente nos cultos.

Berger; Zijderveld, (2012) ressaltam ainda que o crescimento acelerado e a expansão mundial do protestantismo evangélico, acentuando-se após a Segunda Guerra Mundial. Segundo eles, o número de crentes pentecostais chega hoje a 400 milhões em todo mundo.

Essa expansão teve início a partir de um movimento de renovação ocorrido em Los Angeles, chamado *Azusa Street Revival*, que depois se espalhou pelos

Estados Unidos e depois pelo mundo. Esse grupo tinha como características o carisma dos pastores, com seus discursos inflamados e “falando em línguas”. (BERGER; ZIJDERVELD, 2012, p. 4)

Berger e Zijderveld (2012, p.4), comentam ainda que além desse crescimento, surgiu o fenômeno chamado “pentecostalização” utilizando-se das mesmas práticas carismáticas, do “falar em línguas”, curas e outros dons do espírito em várias igrejas protestantes e até católicas”.

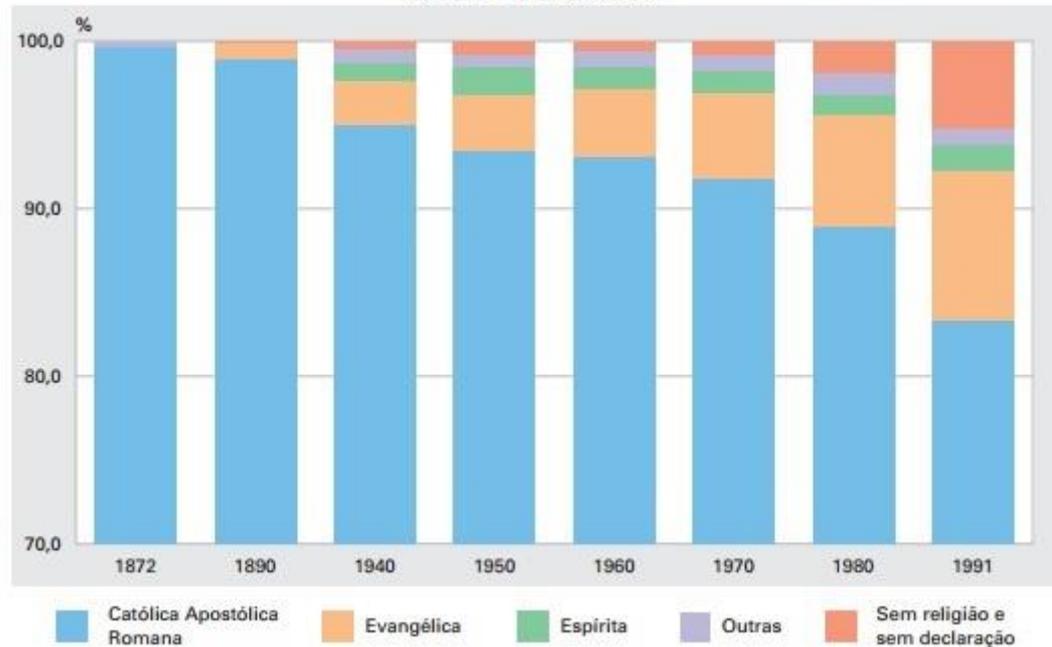
No Brasil, desde o período imperial e a colonização, a Igreja Católica Apostólica Romana é maioria entre a população. Como dito anteriormente, a Constituição do Império, no seu artigo 5º, instituiu o catolicismo como religião oficial (PEREIRA, 1982, p.20).

Até a década de 70, segundo dados do IBGE, “a população manteve como aspecto principal a hegemonia da filiação à Religião Católica”. As demais religiões tinham contingentes menores. Ainda segundo o IBGE, “em aproximadamente um século, a proporção de católicos na população variou 7,9 pontos percentuais, reduzindo de 99,7%, em 1872, para 91,8% em 1970”. Percebe-se nesse Censo Demográfico de 1970 um percentual de 5,2% de evangélicos e 2,3% das demais religiões (IBGE, 2010).

Em outro recenseamento, em 1980, novamente existiu uma diminuição dos declarados católicos apostólicos romanos, atingindo um percentual de 89,0% da população total. De acordo com o recenseamento demográfico do IBGE em 2000:

Em 1980 existiam no Brasil 89,2% de Católicos, mas esse número caiu para 83,3% em 1991 e mais ainda em 2000, com 73,8% (IBGE, 2002); já o Protestantismo que tinha 6,6% da população brasileira, subiu para 9,0% em 1991 e mais ainda em 2000, quando chegou a 15,4%; quanto ao Espiritismo, em 1980, eles eram 0,7%, subindo para 1,1% em 1991 e chegando a 1,3% em 2000; as religiões afro-brasileiras e outras religiões, tais como o Budismo em 1980 (3,5%), subiram para 6,6% em 1991 e mais ainda em 2000 com 9,5%, observa-se, uma tendência para uma crescente situação de pluralismo e diversidade religiosa no país, apesar de que o catolicismo continua forte na região extremamente urbanizada do sul do país, com 76,7%%. (TEIXEIRA; MENEZES, 2006, p.45), citados por (BRASILEIRO, 2010, p. 19).

Gráfico 1 - Percentual da população residente, por grupos de religião
Brasil - 1872/1991

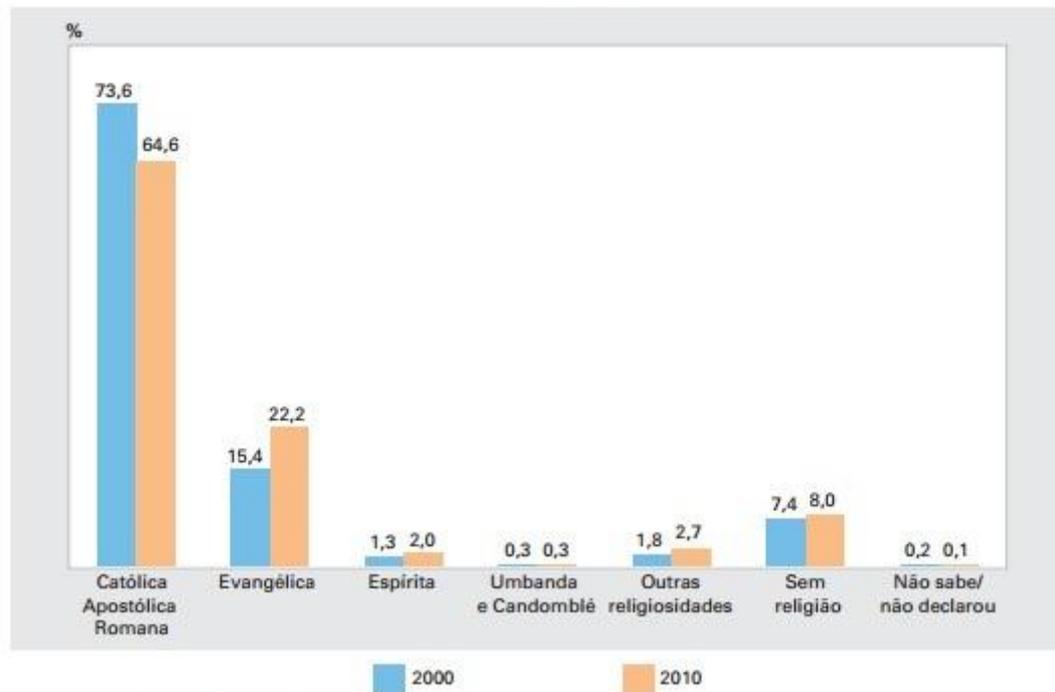


Fontes: Direcção Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil 1872/1890; e IBGE, Censo Demográfico 1940/1991.

No novo Censo de 2000, a religião católica romana continuou em declínio, atingindo 73,6%. Por sua vez, os declarados evangélicos passaram para 15,4% da população, e os declarados sem religião para 7,4%, tendo ainda o percentual de espíritas que no intervalo de 1991 para 2000, passou de 1,1% para 1,3% e os de outras religiões de 1,4% para 1,8% (IBGE, 2000).

Já no Censo Demográfico de 2010 observa-se claramente o aumento na diversidade de grupos religiosos no Brasil, tendo como destaque a maior pluralidade, segundo o IBGE, “as áreas mais urbanizadas e populosas do País”. O gráfico 2 ilustra as variações percentuais em relação ao recenseamento de 2000 (IBGE, 2010).

Gráfico 2 - Percentual da população residente, segundo os grupos de religião - Brasil 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Podemos observar no período entre 2000 e 2010, ao contrário do que previram muitos teóricos, pelo menos no caso específico no Brasil, um aumento na pluralidade das denominações religiosas, com um aumento significativo das religiões evangélicas, com destaque aos evangélicos pentecostais (IBGE 2010) .

A tabela 1 mostra a distribuição dos adeptos das diversas religiões nas várias regiões do País.

Tabela 1 - Distribuição percentual da população residente, por Grandes Regiões, segundo os grupos de religião - 2000/2010

Grupos de religião	Distribuição percentual da população residente (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Católica Apostólica Romana	73,6	71,3	79,9	69,2	77,4	69,1
Evangélicas	15,4	19,8	10,3	17,5	15,3	18,9
Evangélicas de Missão	4,1	4,3	2,9	4,3	5,7	4,2
Evangélicas de origem pentecostal	10,4	14,4	6,9	12,0	8,7	13,4
Evangélica não determinada	1,0	1,1	0,5	1,2	0,9	1,3
Espírita	1,3	0,4	0,6	2,0	1,2	1,9
Umbanda e Candomblé	0,3	0,0	0,1	0,4	0,5	0,1
Sem religião	7,4	6,6	7,7	8,4	3,9	7,8
Outras religiosidades	1,8	1,7	1,3	2,2	1,5	2,0
Não sabe/não declarou	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2
2010	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Católica Apostólica Romana	64,6	60,6	72,2	59,5	70,1	59,6
Evangélicas	22,2	28,5	16,4	24,6	20,2	26,8
Evangélicas de Missão	4,0	4,8	3,4	3,9	5,0	4,1
Evangélicas de origem pentecostal	13,3	20,1	10,1	14,3	10,9	16,6
Evangélica não determinada	4,8	3,6	2,9	6,3	4,3	6,1
Espírita	2,0	0,5	0,8	3,1	2,0	2,3
Umbanda e Candomblé	0,3	0,1	0,2	0,4	0,6	0,1
Sem Religião	8,0	7,7	8,3	9,0	4,8	8,4
Outras religiosidades	2,7	2,5	2,0	3,4	2,2	2,7
Não sabe/não declarou	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

É importante destacar nesses censos o contingente da população que se declarou sem religião. Observa-se a distribuição desses grupos em diversas áreas do País, segundo o IBGE, tendo um menor percentual “na Região Sul e nos Estados

de Minas Gerais, Piauí, Ceará e interior dos demais estados nordestinos, bem como no Amazonas e do Pará, com proporções de até 5%.

Ainda segundo o (IBGE, 2010) “a diversificação dos grupos religiosos em curso nas últimas décadas tem como características importantes a dinâmica da ocupação do Território Nacional. A pesquisa relata ainda que essa pluralidade encontra-se principalmente nos “espaços povoados por não católicos decorrentes dos grupos tradicionais que formaram a população brasileira e das correntes migratórias internacionais que vieram para o Brasil”.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, “o avanço das frentes de ocupação das Regiões Centro-Oeste e Norte foi acompanhado por diversos segmentos evangélicos pentecostais”, avanço esse beneficiado pela urbanização crescente dessas áreas, adequando-as espacial e culturalmente para o “surgimento de novos grupos religiosos, assim como a disseminação de outros já existentes” (IBGE, 2010).

1.2.2 - Laicidade e Laicismo

Ao estudarmos as características do Estado brasileiro, no que tange à liberdade de cultos e à dissociação com práticas religiosas, tornou-se fundamental um aprofundamento sobre as origens do Estado laico e a laicidade no mundo ocidental.

Laicidade e laicismo tem diferenças etimológicas. A expressão laicidade deriva do termo laico, leigo. Etimologicamente laico se origina do grego primitivo *laós*, que significa povo ou gente do povo. De *laós* deriva a palavra grega *laikós* de onde surgiu o termo latino *laicus*. Os termos laico, leigo exprimem uma oposição ao religioso, àquilo que é clerical (CATROGA, 2006).

Portanto, a laicidade é assunto que diz respeito ao Estado e não à religião. A iniciativa parte da sociedade civil com a mediação de setores políticos. É o Estado que se afirma e, em alguns casos, impõe a laicidade (BRACHO, 2005).

A laicidade é uma noção que possui caráter negativo, restritivo. Sucintamente pode ser compreendida como a exclusão ou ausência da religião da esfera pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado em matéria religiosa (RANQUETAT, 2008, p.5).

O termo laicismo traduz a separação entre assuntos religiosos dos assuntos de governo e vice-versa. É o rompimento de assuntos de Estado com a religião. “A laicidade é uma “prerrogativa consubstancial à - ordem autonômica - do Estado e o

laicismo supõe a ruptura arbitrária e artificial do elo essencial que une toda a atividade com a – ordem teonômica - ” (CIFUENTES, 1989, p.158).

Ainda segundo o autor, “Existe, portanto, entre Igreja e Estado, entre religião e política, uma separação lícita e necessária -a laicidade- e uma separação indiferentista e insustentável: o laicismo” (CIFUENTES, 1989, p.157).

É importante frisar que a laicidade nesse caso não significa que o Estado passa a ser ateu. A laicidade do estado tem muito mais a intenção da proteção da liberdade religiosa (BÖCKENFÖRDE, 2007).

Segundo o autor, nesse sentido, a laicidade garante a liberdade de culto e a proteção a todas as religiões, sem distinção. Expressa a neutralidade do estado para com as religiões, mas também garante a liberdade dos ateus, porque o estado deve proteger as crenças e não crenças dos cidadãos. Laicismo, por sua vez, exprime a atitude hostil do estado em relação à religião, a perseguição a práticas religiosas, uma atitude intolerante. (BÖCKENFÖRDE, 2007).

A Encíclica Quas Primas, datada de 11 de Dezembro de 1925 do Papa Pio XI, nos itens 21, 22 e 23, trata da questão do laicismo:

21. Para Nós também soou a hora de provermos às necessidades dos tempos presentes e de opormos um remédio eficaz à peste que corrói a sociedade humana. Fazemo-lo, prescrevendo ao universo católico o culto de Cristo-Rei. Peste de nossos tempos é o chamado "laicismo", com seus erros e atentados criminosos. (PIO PP. XI, 1925)

Ainda segundo a Encíclica Quas Primas,

22. Como bem sabeis, Veneráveis Irmãos, não é num dia que esta praga chegou à sua plena maturação; há muito, estava latente nos estados modernos. Começou-se, primeiro, a negar a soberania de Cristo sobre todas as nações; negou-se, portanto, à Igreja o direito de doutrinar o gênero humano, de legislar e reger os povos em ordem à eterna bem-aventurança. Aos poucos, foi equiparada a religião de Cristo aos falsos cultos e indecorosamente rebaixada ao mesmo nível. Sujeitaram-na, em seguida, à autoridade civil, entregando-a, por assim dizer, ao capricho de príncipes e governos. Houve até quem pretendesse substituir à religião de Cristo um simples sentimento de religiosidade natural. Certos estados, por fim, julgaram poder dispensar-se do próprio Deus e fizeram consistir sua religião na irrelição e no esquecimento consciente e voluntário de Deus. (PIO PP. XI, 1925)

A ideia de laicidade surge inicialmente no século V, quando o Papa Gelásio I, com sua Teoria dos Dois Gládios afirma a supremacia da Igreja sobre o Estado, depois reforçada pelo Papa Gregório I (590-604) e Gregório VII (1073-1085). Segundo essa teoria, o Gládio Espiritual governa o espírito e o Gládio Temporal

governa os corpos, sendo o primeiro superior ao segundo. Era uma forma de proteger a igreja da ingerência do estado.

A França, utilizando o adjetivo "*laïque*", retoma no seu artigo 1º da Constituição de 4 de outubro de 1958, da 5ª República a característica de liberdade de religião, no qual reza que: "A França é uma República indivisível, laica, democrática e social, de organização descentralizada e que expressa, na Constituição, igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem, raça ou religião".

Birman (2001) relata que a separação entre Estado e religião é garantida na França desde 1905. Ainda segundo o autor, o indivíduo francês não pode exibir no espaço público símbolos de pertencimento religioso (BIRMAN, 2001). esses atributos "impediriam o reconhecimento pleno da igualdade e autonomia de todos enquanto cidadãos. A laicidade francesa bane o 'religioso' dos espaços públicos".

A França no que tange à laicidade, bane o religioso do espaço público (BIRMAN, 2001). No dia três de março de 2004, o Senado francês aprovou uma lei que proíbe o uso de véus muçulmanos, da quipá judaica, do crucifixo cristão, dos turbantes usados pelos Sikhs e de outros símbolos religiosos que manifestem ostensivamente a orientação religiosa dos alunos (GRUMAN, 2005, p. 102).

No dia 25 de janeiro de 2004, antes da aprovação da lei que bane os símbolos religiosos ostensivos em escolas públicas francesas, o primeiro-ministro francês, Jean-Pierre Raffarin, em entrevista ao Journal du Dimanche, declara que "a intenção não seria banir as religiões da sociedade, mas proteger a educação nacional de qualquer manifestação de afirmação religiosa ostensiva (BBC – Brasil.com, 2003).

Ainda segundo Raffarin, o principal objetivo é proteger as mulheres do que ele chamou de "pressões do fundamentalismo" (BBC-Brasil.com, 2003).

Diferente da Lei francesa, no Brasil, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, apesar de garantir no seu art. 3º, inciso IV, o "respeito à liberdade e apreço à tolerância", traz no seu art. 33, a seguinte disposição:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei no 9.475, de 22 de julho de 1997).

Giumbelli (2003) propõe que se considere a configuração brasileira na relação entre religião e espaço público como uma “laicidade de presença”. Segundo ele,

“laicidade” porque a República representa a adoção aberta do regime de separação – regime, lembremos, associado a modernidade -, cujos princípios valem para estruturar a relação entre religião e espaço público.

“De presença” porque ao mesmo tempo esse regime não conta para seu funcionamento, do ponto de vista do Estado, com a supressão da presença da religião no espaço público e comporta posições que, na sociedade civil, lutam pela atuação pública da religião (GIUMBELLI, 2003, pg. 21).

Giumbelli (2003) ainda comenta, traçando um paralelo com a França, que naquele país Estado e sociedade inclinam-se na direção de uma “laicidade de ausência”, apesar da França ainda manter vínculos com referências religiosas, citando as cerimônias que fizeram parte dos funerais do presidente Mitterrand em Notre Dame (GIUMBELLI, 2003, pg. 21).

O referido autor conclui sua análise citando os diversos casos envolvendo estudantes muçulmanas por conta do uso de véus em escolas públicas, onde o Estado e a opinião pública assumiram uma posição que reafirmava o princípio de separação (GIUMBELLI, 2003, pg. 21).

1.3 TOLERÂNCIAS E INTOLERÂNCIAS RELIGIOSAS

(...) a devoção inflama um coração inclinado à ternura, e dirige ao cérebro espíritos animais que também o inflamam, e daqui procedem os êxtases e os arroubos. (MONTESQUIEU, 1960)

O que responder a um homem que lhe diz ser mais agradável obedecer a Deus do que aos homens e que, em consequência disso, está certo de alcançar o céu quando lhe cortam o pescoço? (VOLTAIRE, 1957)

Os dois recortes do pensamento dos eminentes autores clássicos trazem em seu cerne questões que tem alimentado o debate acerca das manifestações de intolerância religiosa. Nesse sentido, o trabalho pretendeu identificar a incidência dessas manifestações no espaço público brasileiro que pudessem suscitar atos que firam a liberdade religiosa garantida por lei.

Nesse sentido, pensou-se ser importante fazer uma rápida diferenciação etimológica dos termos tolerância, intolerância e fanatismo.

Segundo Houaiss (2001),

Tolerância é o “1 ato ou efeito de tolerar, indulgência, condescendência 2 qualidade ou condição de tolerante 3 tendência a admitir, nos outros,

maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes ou mesmo diametralmente opostas às nossas (nas relações sociais, até uma virtude).

Intolerância é a “1 qualidade de intolerante 2 falta de tolerância, de condescendência <i. com as fraquezas alheias> 3 intransigência com relação a opiniões, atitudes, crenças, modo de ser que reprovamos ou julgamos falsos <é grande a sua i. com os conservadores> 4 comportamento daquele que reprime por meio da coação ou da força as ideias que desaprova <i. religiosa>.

Fanatismo é o “zelo religioso obsessivo que pode levar a extremos de intolerância. P..ext. faccionismo partidário; adesão cega a um sistema ou doutrina; dedicação excessiva a alguém ou algo; paixão”.

Essas definições iniciais são importantes, pois muitas vezes é fácil confundir os termos e as motivações de práticas que serão relatadas ao longo deste trabalho.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos da América, que direcionaram os olhos do mundo para o terrorismo islâmico e suscitaram novos estudos sobre os conflitos religiosos históricos daquela região, podem muito bem ser citados como exemplo disso, pois os termos intolerância e fanatismo religioso passam a ser, a partir do episódio, muito empregados na atualidade (HABERMAS, 2001).

O termo tolerância, que veio de *tolerare*, do latim, e que irá embasar este estudo, como não poderia deixar de ser, está relacionado ao tema religião. Nesse sentido, a expressão sofreu mudanças de interpretação ao longo da história, sobretudo nos séculos XVI e XVII com as guerras religiosas na França (D'AMARAL, 2008).

Ainda segundo a autora, pode-se constatar mais adiante que os conflitos religiosos ocorridos na segunda metade do século XVI naquele país e os seus desdobramentos, ajudaram a construir inicialmente o conceito de tolerância civil, e posteriormente, mais precisamente a partir do século XVII, o conceito de tolerância religiosa (D'AMARAL, 2008).

Nesse sentido, Habermas (2007) citado por Brum (2011, p. 9410) critica o paternalismo da tolerância, salientando que:

é a autoridade quem estabelece o que deve ser tolerado. Então, o ideal é que a tolerância esteja numa sociedade democrática, em que os cidadãos têm direitos iguais, sendo leais aos princípios da democracia.

Um dos pontos de partida para as discussões e confrontos acerca do tema e que moldaram ao longo do tempo o entendimento sobre a aplicabilidade dos termos, foi a Reforma Protestante (D'AMARAL, 2008).

O monge agostiniano Martinho Lutero ao fixar na frente da catedral do Castelo de *Wittenberg* (1517) suas 95 teses, que tinham como ponto fulcral a discordância com a cobrança de indulgências pela Igreja Católica, inicia um debate de ideias que teve desdobramentos na França, na Alemanha, nos Países Baixos e na Inglaterra (AMARAL, 2008, p. 38).

Entre junho e julho de 1519, Andréas Bodenstein, conhecido como Carlstadt, Philippe Melanchton e Johann Eck, liderados por Lutero, sustentam em Leipzig a ideia de que “a salvação do homem não emanava da autoridade do papa, nem da Igreja de Roma, mas sim da igreja como congregação de fé, a quem este poder havia sido outorgado por Deus”. (AMARAL, 2008, p. 38).

Diversos debates e posicionamentos se seguiram a partir desses eventos. As ideias de Lutero entram na França e causam espanto e reações as mais diversas. Seus escritos, muitas vezes banidos ou queimados em praça pública, definitivamente passaram a germinar amores e ódios que desembocaram nas sangrentas guerras religiosas que marcaram a Europa dos séculos XVI e XVII, que conseqüentemente ajudaram a moldar o conceito de tolerância (D’AMARAL, 2008).

Segundo a autora:

Entre 1516 e 1520, 77 obras de Lutero foram publicadas, das quais houve, nesse mesmo intervalo, 457 reedições. Entre elas estavam as 95 teses afixadas na porta da igreja de Wittenberg (1517), o *Sermon von dem Ablass und Gnade* (Sermão sobre a indulgência e a graça, 1518), e *Von dem Papsttum zu Rom* (Sobre o papado de Roma, 1520). Além das discussões mais, ou menos, eruditas e teológicas que suscita entre os seus leitores, Denis Crouzet afirma que Lutero teria catalisado – primeiro no Império, depois em outros reinos da Europa onde suas obras foram traduzidas – os medos e as representações do maravilhoso no imaginário popular (D’AMARAL 2008, p. 38).

Jouanna (1998) apud d’Amaral (2008) relatam que diversas guerras civis assolaram a França, colocando em posição oposta, católicos e protestantes, enfraquecendo o Estado. A ideia de tolerância surge como solução provisória para se encontrar a paz. Durante esses embates, diversos partidos políticos surgiram, tendo como destaque o partido dos *politiques*, tendo em vista sua influência junto à coroa e sua defesa da dualidade religiosa.

Diversos éditos surgiram como estratégia de pacificação entre católicos e protestantes encerrando os conflitos. A tolerância era usada então como instrumento político. Porém muitos eram contrários a essa pacificação e entendiam que a tolerância beneficiava os hereges e era contrária à fé. Segundo (D’AMARAL, 2008,

p. 14), os seguintes Éditos foram promulgados na França durante as guerras de religião (1562-1598):

1562 - Édito de Janeiro (17 de janeiro, dois meses antes do início das guerras civis): concede liberdade de culto e direito de reunião das assembléias protestantes fora das cidades;

1563 - Édito de Pacificação de Amboise (19 de março), encerra a primeira guerra civil: concede, sob condições, liberdade de consciência e culto aos protestantes;

1568 - Paz de Longjumeau (23 de março), encerra a segunda guerra civil: reafirma as decisões do Édito de janeiro e amplia o direito de culto nas terras dos senhores protestantes;

1570 - Paz de Saint-Germain (8 de agosto), encerra a terceira guerra civil: anula as ordenações de Saint-Maur (que haviam cancelado os Éditos de Janeiro, Amboise e Longjumeau e proibido o protestantismo) e retoma a regulamentação da liberdade de consciência e de culto dos protestantes;

1573 - Édito de Pacificação de Boulogne: encerra a quarta guerra civil e reafirma as decisões dos éditos anteriores;

1576 - Édito de Pacificação de Beaulieu: encerra a quinta guerra civil e estabelece as *chambres mi-parties*, tribunais especiais para julgar os protestantes, devendo contar com número igual de juizes católicos e protestantes;

1577 - Paz de Bergerac e Édito de Pacificação de Poitiers: encerra a sexta guerra civil;

1579 - Conferência de Nérac: Catarina de Médici, membros do conselho privado de Henrique III, o príncipe de Conde e o rei Henrique de Navarra reuniram-se para discutir os pontos não respeitados do Édito de Poitiers e as vexações sofridas pelos protestantes;

1580 - Paz de Fleix: encerra a sétima guerra civil. Este decreto resulta da Conferência de Nérac que teve a participação das lideranças protestantes;

1598 - Édito de Nantes: encerra a oitava guerra civil e restabelece definitivamente a liberdade de consciência e culto, com restrições.

As diversas guerras civis promoveram um derramamento de sangue, a exemplo da Noite de São Bartolomeu, onde milhares de protestantes foram

massacrados e suscitaram o acirramento do ódio entre católicos radicais e protestantes (D'AMARAL, 2008).

Os Éditos surgiram para aplacar os embates e garantir a ordem, ou seja, isso implica em afirmar, finalmente, que foi o rei o agente da tolerância, e que a Coroa optou, deliberadamente, por instituí-la como o meio de atingir o bem comum, isto é, optou por fazer dela um seu instrumento (D'AMARAL, 2008).

Ao final da oitava guerra de religião na França, é derrubado o axioma *une foi, une loi, un roi* (uma fé, uma lei, um rei), onde o rei era escolhido por Deus e garantia a presença da Igreja Católica como única religião do reino e se estabelece definitivamente a tolerância civil (D'AMARAL, 2008).

Somente a partir do século VXII há uma mudança de significado do termo tolerância civil, para tolerância religiosa, a partir da contribuição de diversos pensadores e filósofos motivados pelos diversos conflitos e debates ocorridos no século anterior.

A partir do século XVII, segundo D'Amaral (2008, p. 250), “o conceito de tolerância significará um comprometimento com a liberdade de consciência, sendo este estabelecido com base no direito individual e abstrato do cidadão”. A autora entende que esse é o começo do afastamento das questões religiosas do espaço público, ficando “circunscritas ao espaço privado” (D'AMARAL, 2008, p. 250).

Habermas (2007, p. 291), afirma que “a concepção de tolerância de sociedades pluralistas de constituição liberal não exige apenas dos crentes que entendam em suas relações com os descrentes e os crentes de outras religiões. Para Habermas esse dissenso é necessário, pois também os descrentes precisam aceitar e respeitar a liberdade religiosa.

1.3.1 Tolerâncias e intolerâncias religiosas no Brasil

No Brasil, não há como negar a forte influência da Igreja Católica, desde o período da colonização, trazida pelos portugueses e inserida em nossa terra como religião oficial do Império, inclusive imposta no artigo quinto da primeira Carta Constitucional (PRIORE; VENANCIO, 2010)

Já o Protestantismo chega ao Brasil e à América Latina na segunda metade do século XIX coincidindo com a expansão capitalista e mercantilista europeia em direção à África, Ásia e América Latina (CAMPOS, 2011), começando em terras

brasileiras um período de pluralidade religiosa, porém muito timidamente no início, tendo em vista o predomínio da Religião Católica.

Ainda segundo Campos (2011, p. 511) o Protestantismo, “apesar de minoritário, era ativo, e seus projetos de transformação social, retoricamente expressos ou não, se inspiravam em alguns ideais norte-americanos, tais como liberdade de consciência, separação entre Igreja e Estado e forma republicana de governo”.

Nesse sentido:

Por causa dessas condições de entrada, O Protestantismo no Brasil, de origem norte-americana e inglesa, se tornou uma religião anticatólica e muito pouco à vontade numa cultura cujas bases eram católicas e latinas (CAMPOS, 2005, p. 507).

(...) fica bem perceptível quando se analisam já os primeiros números do primeiro jornal de propaganda religiosa protestante surgido no Brasil, a Imprensa Evangélica, que circulou entre 1864 e 1893. Nele encontramos opiniões assinadas por pastores americanos e brasileiros, sobre a ação política deste ou daquele gabinete do Império ou então críticas à forma de encaminhar as relações entre Igreja e Estado, sobre as tentativas de se emancipar os escravos negros ou à conduta política do Catolicismo (CAMPOS, 2005, p. 507).

Ao contrário da história francesa, a aparente ausência de lutas religiosas no Brasil traz a sensação de que se está num país predominantemente tolerante. A separação entre Igreja e Estado seria um indicador desse fato (MOUFFE, 2005).

Segundo Mouffe (2005, p. 236), citado por (BURITY, 2006), “separação entre Igreja e Estado é uma característica definidora da democracia liberal, já que é ela que possibilita um regime de tolerância onde o estado tolera uma multiplicidade de grupos religiosos”.

Porém, alguns episódios podem também suscitar a ideia de estarmos vivendo o embrião de um possível conflito religioso ao se desenhar em nosso país. O surgimento de igrejas neopentecostais e suas estratégias políticas, empreendedoras e beligerantes, toma conta dos noticiários do país, principalmente quando são utilizados artifícios cênicos e midiáticos para tratar de temas relacionados, por exemplo, a questões de gênero e no confronto com as religiões afro-brasileiras (GIUMBELLI, 2003).

Giumbelli (2002), por exemplo, traz no seu artigo “O Chute na Santa” reflexões acerca de um episódio muito alardeado em toda imprensa nacional, como o estopim de uma guerra santa.

Relata o autor:

Doze de outubro de 1995, como em outros anos, dia Consagrado a Nossa Senhora Aparecida. Enquanto em Aparecida do Norte (SP), a multidão comparecia às tradicionais devoções organizadas pela Igreja Católica em um dos maiores santuários do país, quem sintonizava os canais da Rede Record de Televisão assistia a uma cena inusitada. Apresentando um programa religioso (“Despertar da Fé”), Sergio Von Helde, bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, tinha ao seu lado uma imagem da mesma Nossa Senhora Aparecida, em sua habitual representação como santa de pele escura. Referindo-se à ineficácia e à futilidade da devoção à santa, Von Helde usava de mãos e pés contra a imagem (GIUMBELLI (2002, p.169).

Outro episódio de grande repercussão na imprensa nacional ocorreu no ano de 1999, entre a IURD e um terreiro de umbanda em Itapuã na Bahia. A Folha Universal, impresso da Igreja Universal do Reino de Deus, na edição de 26 de setembro a 2 de outubro de 1999, estampou a reportagem “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes”, ilustrando a reportagem com a foto da Mãe Gilda, líder do Axé Abassá de Ogum, com uma tarja preta sobre os seus olhos (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011).

Segundo a editora do Jornal do Senado Federal, Juliana Steck, em matéria publicada pelo site do Senado, o número de denúncias de intolerância religiosa recebidas pelo Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República cresceu mais de sete vezes em 2012 em relação a 2011, um aumento de 626% (STECK, 2013).

Apesar do número alarmante, isso não reflete a real situação do problema no Brasil, pois a maioria dos casos não chega ao conhecimento do poder público e não há uma instituição responsável por contabilizar os casos, que muitas vezes são registrados em delegacias e órgãos estaduais de proteção aos direitos humanos (STECK, 2013).

Muitas denúncias de agressões são cometidas através da *Word Wide Web*. Segundo dados da SaferNet, Central de Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos, em 8 anos o site da empresa recebeu e processou 257.361 denúncias anônimas de Intolerância Religiosa envolvendo 16.918 páginas (URLs) distintas escritas em 8 idiomas e hospedadas em 1.693 *hosts* diferentes, conectados à internet através de 1.755 números IPs distintos, atribuídos para 27 países em 4 continentes. As denúncias foram registradas pela população através dos 7 *hotlines*

brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (STECK, Jornal do Senado, 2013).

No Brasil, segundo a SaferNet, são 742 páginas em 412 hosts. Destas, 494 denúncias de intolerância foram praticadas em perfis do Facebook. Os dados foram divulgados pela Agência Brasil em 2013, no Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa, 21 de janeiro. A data foi instituída em 2007 pela Lei 11.635, em homenagem a Gildásia dos Santos e Santos, a Mãe Gilda, do terreiro Axé Abassá de Ogum, de Salvador (STECK, Jornal do Senado, 2013).

Segundo Steck (2013), na ocasião das comemorações ao dia 21 de janeiro, a Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, relata em seu pronunciamento que os ataques a religiões de matriz africanas chegaram a um nível insuportável. Segundo ela,

O pior não é apenas o grande número, mas a gravidade dos casos. São agressões físicas, ameaças de depredação de casas e comunidades. Não se trata apenas de uma disputa religiosa, mas também de uma disputa por valores civilizatórios.

(...) O direito de criticar dogmas e encaminhamentos é assegurado como liberdade de expressão, mas atitudes agressivas, ofensas e tratamento diferenciado a alguém em função de crença ou de não ter religião são crimes inafiançáveis e imprescritíveis (BAIRROS, Jornal do Senado, 2013).

Foi instituído no ano de 2013, através da Portaria nº 92, de 24 de janeiro de 2013, o Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa, ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Esse comitê tem como finalidade auxiliar a elaboração de políticas de afirmação do direito à liberdade religiosa, do respeito à diversidade religiosa e da opção de não ter religião, de forma a viabilizar a implementação das ações programáticas previstas no Plano Nacional de Direitos Humanos (STECK, Jornal do Senado, 2013).

O comitê tem representantes de várias regiões do Brasil, sendo estes de várias religiões, pesquisadores e integrantes da Associação Brasileira de Ateus e Agnósticos. Motivado por denúncias e casos concretos de intolerância religiosa, o Comitê foi instituído para garantir a liberdade de crença e de não crença no Brasil, o combate à intolerância e atendendo ao que reza a Constituição de 1988, no que tange à laicidade do Estado.

Esse Comitê tem feito um trabalho junto às lideranças locais, a exemplo de ong's, lideranças municipais e estaduais, dentre outras, para uma conscientização

acerca da liberdade religiosa e de se coibir atos de intolerância, com o objetivo de se implementar o que está previsto no Programa Nacional de Direitos Humanos, no item Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades, Diretriz 10: Garantia da Igualdade na Diversidade, Objetivo Estratégico VI, que trata do respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e garantia da laicidade do Estado.

Esse Programa tem como ações:

- a) Instituir mecanismos que assegurem o livre exercício das diversas práticas religiosas, assegurando a proteção do seu espaço físico e coibindo manifestações de intolerância religiosa.
- b) Promover campanhas de divulgação sobre a diversidade religiosa para disseminar cultura da paz e de respeito às diferentes crenças.
- c) Estabelecer o ensino da diversidade e história das religiões, inclusive as derivadas de matriz africana, na rede pública de ensino, com ênfase no reconhecimento das diferenças culturais, promoção da tolerância e na afirmação da laicidade do Estado
- d) Realizar relatório sobre pesquisas populacionais relativas a práticas religiosas, que contenha, entre outras, informações sobre número de religiões praticadas, proporção de pessoas distribuídas entre as religiões, proporção de pessoas que já trocaram de religião, número de pessoas religiosas não praticantes e número de pessoas sem religião (BRASIL, SDH, PNDH – 3)

Segundo o Mapa da Intolerância Religiosa Gualberto (2011), os casos de desrespeito à liberdade de culto que no Brasil atinge religiosos de matriz africana, muçulmanos, judeus, católicos entre outros grupos, e se manifestam através de ofensas verbais, escritas ou simbólicas, de palavras ofensivas à pessoa ou à sua religião, agressões físicas, destruição de templos, terreiros, locais de culto entre outras ações.

A seguir serão relatados, segundo dados colhidos no referido Mapa, alguns casos ocorridos no Brasil.

BRASÍLIA - Um homem foi preso na noite desta segunda-feira depois de atirar uma imagem de Nossa Senhora no chão

José Rocha do Nascimento, de 30 anos, invadiu uma missa na Catedral Militar, no Eixo Monumental, por volta das 17h e retirou a imagem de 80 centímetros do altar. Após jogar a santa no chão, policiais que faziam ronda foram chamados e prenderam Nascimento.

O homem - evangélico - usava uma camiseta camuflada com a frase "Exército de Jesus". No momento da prisão, permaneceu calado.

Porém, ao chegar à delegacia, recitou trechos da Bíblia e disse condenar a idolatria (adoração de imagens). "Foi o dia mais feliz da minha vida. Deus está contente com o que eu fiz", disse durante o depoimento (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 49)

PARAÍBA - Vândalo invade Igreja Católica em Patos e quebra imagens sacras

A polícia de Patos (Paraíba) ainda não sabe se a autoria do vandalismo cometido a Igreja de Santa Luzia, no Monte Castelo, na madrugada desta

segunda-feira (28) é a mesma de ações semelhantes ocorridas há anos atrás em outras igrejas católicas locais, a exemplo da Catedral de Nossa Senhora Da Guia, no centro, e Nossa Senhora de Fátima, no Bairro Belo Horizonte.

Segundo informações, a igreja teria sido invadida durante a madrugada, por volta de 1h, e as imagens foram quebradas por um homem que chegou a ser visto por um comerciante, mas que não pôde ser identificado.

As ações anteriores foram cometidas por Leonardo Silva Cavalcante, de 26 anos, que já foi submetido a tratamentos psiquiátricos a fim de se curar de uma doença – esquizofrenia – que, segundo familiares, o atormenta há anos. Ele também teria se submetido a um tratamento para se livrar do uso de drogas. (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 50 - 51).

MARANHÃO – Preso ao tentar levar imagem católica na Vila Operária está no 2ºDP

Em depoimento na Central de Flagrantes na tarde da última terça-feira (30), o desempregado Elias Soares da Silva, 33 anos, disse para a polícia que é evangélico e sua igreja condena o culto às imagens de santos. Depois de ser preso e quebrar uma imagem da Senhora do Perpétuo Socorro, ele passou a ser o principal suspeito da série de vandalismos contra imagens e arte sacra em igrejas católicas de Teresina.

O delegado plantonista da Central, Darwin Pestana, disse para a TV Cidade Verde que Elias confirmou ser membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e que a sua religião condena o culto às imagens de santos. Após o depoimento, ele foi autuado em flagrante delito e responderá ao processo por tentativa de furto qualificado e dano qualificado, pelo valor inestimável e religioso do bem danificado, podendo ficar preso por pelo menos dois anos e seis meses (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 51).

PARÁ - Mulheres destroem imagens sacras de igreja no Pará

Para duas mulheres no município de São Miguel do Guamá, no nordeste do Pará, a religião virou caso de polícia. Elas destruíram quatro imagens sacras históricas de uma igreja matriz da cidade. As duas acusadas, que se dizem evangélicas da Igreja Pentecostal, foram detidas pela polícia. Seis peças religiosas foram destruídas: uma escultura de São Miguel Arcanjo, padroeiro do município, esculturas de São Sebastião, da Nossa Senhora da Conceição e do Sagrado Coração de Jesus, o quadro que retrata a via sacra e a vela do Círio Pascal.

Na delegacia, uma das acusadas apresentou um laudo alegando que ela sofre de transtorno psiquiátrico. As duas responderão à Justiça em liberdade por danos materiais. As imagens foram trazidas das cidades de Roma e Portugal por padres Barnabitas no ano de 1758, quando a cidade ainda era chamada como Fazenda Pernambuco (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 52).

MARANHÃO - Homem invade igreja e promove quebra-quebra

Uma revelação divina e o desejo de cumprir a “vontade” de Deus teriam sido os motivos para que um adolescente de 16 anos invadisse uma igreja católica no povoado de Iguaiá e destruísse cinco imagens sacras. Um dos irmãos do acusado disse à equipe de reportagem de O Imparcial Online que o jovem sofre de problemas psicológicos desde que se converteu à religião evangélica.

Segundo ele, o irmão estava há três dias sem comer, dormir ou beber qualquer coisa.

“Ele entrou para essa igreja há seis meses e desde então ficou assim, completamente fanático”, disse.

Lisandra Rocha Levi, delegada da Delegacia Especial de Paço do Lumiar, disse que o jovem irá responder criminalmente pela ação que resultou em prejuízo ao patrimônio público, mesmo que um laudo médico seja apresentado.

O ato de vandalismo aconteceu no último sábado, no povoado Iguaiá, no município de Paço do Lumiar. O jovem de 16 anos invadiu a 52 igreja de Nossa Senhora da Conceição e destruiu todas as imagens sacras, deixando

espalhados pelo salão os pedaços das obras. Até a imagem do Senhor Morto que estava sob o altar mor, foi retirada e quebrada por Arthur. Segundo informações de alguns moradores, o acusado é evangélico, membro da Igreja Presbiteriana local.

As imagens destruídas foram as de São Sebastião, Coração de Jesus, Santa Terezinha, Nossa Senhora das Dores e do Senhor Morto, que estava sob o altar mor. Nem a padroeira do lugar, Nossa Senhora da Conceição, escapou da fúria de Arthur. Não satisfeito, ele ainda foi à sacristia e arrombou um baú onde estavam as roupas usadas pelo sacerdote nos ofícios religiosos e revirou tudo.

Do sacrário retirou o cálice usado nas missas e levou, mas, os familiares, ao descobrirem o ato, devolveram aos responsáveis da igreja. O líder comunitário Alfredo Pereira, 72 anos, disse que a igreja já tem 132 anos e que as imagens quebradas foram adquiridas em 1950 e em 1962 no Rio de Janeiro (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 52).

ESPÍRITO SANTO - Católicos indignados com ação evangélica em romaria

Convenção Batista vai trazer Projeto Tenda da Esperança, que evangeliza em eventos de devoção à Maria- 28/03/2011. "O objetivo é levar uma mensagem de esperança. Todos ali são livres. Ninguém vai tentar mudar a cabeça de ninguém", Oliveira de Araújo, pastor da Primeira Igreja Batista de Vitória.

A iniciativa da Convenção Batista do Estado de trazer o projeto Tenda da Esperança para a próxima edição da Festa da Penha, no dia 2 de maio, vem causando indignação entre católicos, especialmente aqueles responsáveis pela organização do tradicional evento mariano. A ação batista tem como uma de suas finalidades a evangelização durante romarias católicas.

Responsável pelas romarias das Mulheres e das Mães ao Convento da Penha, Maria José Tabachi destaca que é preciso, acima de tudo, respeitar o credo do outro. "Fico triste ao ver que, em pleno século XXI, ainda há ataques religiosos. Parece que ainda não cresceram na fé. Quem está na Festa da Penha é porque acredita, não está sendo obrigado a isso", desabafa.

Maria José acrescenta que nunca houve por parte dos católicos a iniciativa de fazer mobilizações durante eventos evangélicos, como o Jesus Vida Verão, também realizado anualmente em Vila Velha (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 53).

LAGOAS - Estado nega pedido de família e autoriza transfusão de sangue em jovem testemunha de Jeová

Desde o último sábado (14), os médicos da Unidade de Emergência do Agreste, em Arapiraca (AL), vivem um dilema para salvar a vida de uma jovem de 18 anos que foi atropelada em Piaçabuçu, litoral sul do Estado. Adepta da religião Testemunhas de Jeová, a adolescente apresenta quadro de traumatismo craniano com perfuração e uma acentuada anemia.

Para os médicos da unidade, a conduta ideal seria a transfusão de sangue para estabilizar a pressão sanguínea. O problema é que os pais da jovem pediam para vetar o procedimento, alegando convicções religiosas (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 73).

PARAÍBA - Líder judeu acusa Consciência Cristã de intolerância religiosa

O presidente da Associação Judaica Amigos do Torá, David Menezes, fez duras acusações nesta segunda-feira (23) à Visão Nacional para a Consciência Cristã (Vinacc), que estaria incentivando grupos antissemitas a disseminarem seus ódios contra associações e comunidades religiosas que não pertençam ao protestantismo.

Ele destaca que a Consciência Cristã é uma entidade evangélica que em eventos e campanhas fazem diversas críticas gratuitas às outras religiões, numa prática que estaria promovendo grupos de intolerância em Campina Grande.

As declarações de David Menezes foram feitas um dia depois dele ser ameaçado e agredido por um grupo punk, no momento em que fazia uma palestra dentro da programação do 3º Encontro Amigos da Torá. O tema da palestra era o “Conflito em Gaza” e ele começava a apresentar algumas fotos que denunciariam grupos terroristas existentes na região quando o protesto começou.

Aproximadamente 10 jovens usando roupas pretas e com cortes de cabelo no estilo punk, estando entre eles uma mulher, invadiram o espaço, soltaram gritos de guerra com conteúdo anti-semita, deram murros nas mesas e ameaçaram agredir os presentes. “Fui agredido com palavras e só não fui agredido fisicamente porque a segurança agiu rápido”, destacou (Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 52).

Livro sobre Exu causa guerra santa em escola municipal

Professora umbandista diz que foi proibida de dar aulas em unidade de Macaé, dirigida por diretora evangélica.

As aulas de Literatura Brasileira sobre o livro ‘Lendas de Exu’, de Adilson Martins, se transformaram em batalha religiosa, travada dentro de uma escola pública. A professora Maria Cristina Marques, 48 anos, conta que foi proibida de dar aulas após usar a obra, recomendada pelo Ministério da Educação (MEC). Ela entrou com notícia-crime no Ministério Público, por se sentir vítima de intolerância religiosa. Maria é umbandista e a diretora da escola, evangélica.

(Mapa da Intolerância Religiosa, 2011, pg. 136).

Esses eventos e outros que sabe-se existir no país, somados aos dados divulgados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, indicam que há um aumento significativo de casos de intolerância no território nacional (STECK, 2013).

Porém, não pretende-se com este trabalho veicular a hipótese do início de uma guerra santa no País, mas aprofundar a discussão a respeito da existência de eventos religiosos acontecendo sob os auspícios de uma organização pública, num estado laico, ferindo o princípio da liberdade religiosa, o que pode desdobrar-se para mais eventos de intolerância.

Enfim, trata-se de aceitação ou não do pluralismo que a democracia busca na sociedade, sobretudo a democracia liberal que tem como princípios a afirmação da liberdade e da igualdade para todos. Fala-se de pluralismo como fim de uma ideia substantiva da boa vida e da dissolução dos marcos de certeza (MOUFFE, 2005; LEFORT, 1991).

Ainda segundo Mouffe e Lefort (2005), o pluralismo indica uma transformação profunda do ordenamento simbólico das relações sociais. Corroborando com essa ideia, Berger (2012, p. 6) afirma que “pluralidade” se refere a uma situação em que diversos grupos humanos (étnicos, religiosos ou de outra forma diferenciados) convivem em condições de paz cívica e em interação social uns com os outros.

Ou seja, existe uma diferença entre pluralidade e pluralismo. “Pluralidade” se refere a uma realidade social (uma realidade que pode ser aceita ou criticada), “pluralismo” é a atitude, possivelmente expandida na forma de uma filosofia completa, que aceita a realidade (BERGER, 2012, p. 7).

Ao analisar-se a questão da laicidade do Estado Brasileiro e a presença do religioso no espaço público, entende-se importante inserir no estudo o conceito de *habitus* de Bourdieu (1930), citado por Bonnewitz (2003).

Segundo Bonnewitz (2003, p. 76), Bourdieu define que socialização,

corresponde ao conjunto de mecanismos pelos quais os indivíduos realizam a aprendizagem das relações sociais entre os homens e assimilam as normas, os valores e as crenças de uma sociedade ou de uma coletividade (bonnewitz, 2003, p. 76).

Ou seja, para Bourdieu (1930), citado por Bonnewitz (2003, p.76,77), quando discorre sobre a socialização, caracterizada pela formação do *habitus*,

os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposição duradouros e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um mestre (BOUDIEU, 1930, p. 88-89), citado por (BONNEWITZ, 2003, p. 76-77).

Presupõe-se, então, que entre a o fato e a norma, exista uma valoração social fundamental na aceitação de preceitos normativos ditados pelo Estado Reale (2000), citado por Neto (2005). Nesse sentido, o jus-filósofo Miguel Reale quando trata na sua obra *Filosofia do Direito, do processo dialético da complementaridade*, afirma:

Na realidade, porém, fato e valor, fato e fim estão um em relação com o outro, em dependência ou implicação recíproca, sem se resolverem um no outro. Nenhuma expressão de beleza é toda a beleza. Uma estátua ou um quadro, por mais belos que sejam não exaurem as infinitas possibilidades do belo. Assim, no mundo jurídico, nenhuma sentença é a justiça, mas um momento de justiça. Se o valor e o fato se mantêm distintos, exigindo-se reciprocamente, em condicionalidade recíproca, podemos dizer que há entre eles um nexos ou um laço de polaridade e de implicação. Como, por outro lado, cada esforço humano de realização de valores é sempre uma tentativa, numa conclusão, nasce dos dois elementos do processo, que denominamos “processo dialético de implicação e polaridade”, ou, mais amplamente, “processo dialético de complementariedade”, peculiar à região ôntica que denominamos cultura (REALE, 2000, p. 25), citado por (NETO, 2005, p. 11).

Habermas (1997), quando fala sobre normas e valores, explica:

Princípios ou normas mais elevadas, em cuja luz outras normas podem ser justificadas, possuem um sentido deontológico, ao passo que os valores tem um sentido teleológico. [...] Normas válidas obrigam seus destinatários sem exceção [...] valores expressam preferências tidas como dignas [...] À luz das normas é possível decidir o que deve ser feito, ao passo que, no horizonte dos valores, é possível saber qual comportamento é recomendável (HABERMAS, 1997, PP. 316,317).

Ao tratar da relação entre política e religião no Brasil, Giumbelli (2003, p. 196), aliado ao processo de construção de uma sociedade democrática, apresenta sua argumentação incluindo o Estado, não o Estado em seus agentes empíricos e sim as bases de construção e sustentação do que se pode chamar de espaço público.

Segundo o autor, mesmo que a sociedade se apresente como secularizada e que o Estado se apresente como laico, a religião permanece sendo um foco de discursos, de elaborações, de delimitações (GIUMBELLI, 2003, p. 196, 197).

Ainda segundo o autor, as evidências de que a religião se tornou incontornável na atualidade não estão apenas nos noticiários, mas também em debates que colocam em questão as relações entre Estado, religião e sociedade (GIUMBELLI, 2004, p. 48).

Finalmente, no Brasil as manifestações do religioso no espaço público caracterizam a relação Estado e Religião, como citado anteriormente, como uma "laicidade de presença" e que nessa relação, intolerâncias surgem sob o olhar tolerante do Estado (GIUMBELLI, 2003, pg. 21).

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão descritas neste capítulo as características da metodologia utilizada, de forma que possam ser identificados o contexto em que se deu a pesquisa, participantes, tipo da pesquisa, as técnicas de abordagem, os métodos de coleta de dados, assim como a análise desses e as limitações da pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em vista a necessidade da compreensão mais amíúde sobre tolerância e intolerâncias religiosas na UFPE, este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujos dados foram quantitativos. De acordo com Alves (2003), a pesquisa qualitativa estuda elementos que não podem ser quantificáveis, por serem diferentes de pessoa para pessoa.

Quanto aos fins este estudo é descritivo com características de estudo exploratório, tendo utilizado fontes primárias (entrevistas, questionários semiestruturados) e fontes secundárias (documentos, legislação) alicerçada em dados quantitativos. É também exploratória; metodológica com uso de fontes primárias e secundárias.

É importante frisar que este trabalho não se trata de estudo de caso, haja vista que as manifestações religiosas não acontecem apenas na UFPE e sim em outros órgãos da administração pública brasileira. Sendo assim, não se buscou compreender as particularidades do evento exclusivamente para a UFPE e sim para ampliar a compreensão do fenômeno na administração pública.

É também uma pesquisa descritiva, pois relata os dados como se apresentam, a partir da coleta através de questionários e entrevistas.

2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA, CONTEXTO E TÉCNICA DE ABORDAGEM

O universo dessa pesquisa foram os gestores do quadro ativo da UFPE, lotados nos Campus Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão. Foram considerados, como população alvo os gestores (SIAPE, 2013) lotados nos três campi, tendo em

vista o fato dos ocupantes de cargos de chefia terem certo poder de decisão, inclusive de vetar ou permitir a realização de eventos ou de qualquer prática religiosa na Universidade.

A Pesquisa foi realizada na Universidade Federal de Pernambuco, que iniciou suas atividades em 11 de agosto de 1946. Através do Decreto-Lei nº 9.388, da Presidência da República, de 20 de junho do mesmo ano, cria-se a Universidade do Recife, composta pela Faculdade de Direito do Recife, Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina de Pernambuco, com as escolas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia de Pernambuco.

Hoje, a Universidade conta em sua estrutura com 03 campi (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão); 12 Centros Acadêmicos; 99 cursos de graduação presenciais: 78 cursos de graduação no campus Recife, 11 em Caruaru e 06 em Vitória de Santo Antão; 06 cursos de graduação a distância: Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Ciências Contábeis e Licenciatura em Geografia; 128 cursos de pós-graduação stricto sensu, sendo 69 Mestrados Acadêmicos, 10 Mestrados Profissionais e 49 Doutorados. Quase 40% destes receberam os conceitos 5 e 6 – entre os mais altos da Avaliação Capes.

Dispõe de 79 cursos de pós-graduação lato sensu (especializações); 464 grupos de pesquisa na Universidade (dados de 2009 - ASCOM).

Existem 216 projetos de extensão sendo executados, com a participação de 485 docentes e 1.071 alunos até dezembro de 2008; 33.616 alunos nos cursos de graduação - dados do semestre 2014.1, sendo 27.863 no Campus Recife, 1.516 alunos no Centro Acadêmico de Vitória, 4.237 alunos no Centro Acadêmico do Agreste (sem excluir os formandos em 2013.2).

A UFPE conta ainda com um universo de 3.943 alunos nos cursos de Mestrado Acadêmico (dados relativos a 2011); 355 alunos em Mestrados Profissionais; 50 alunos nos cursos de Mestrado Interinstitucional (Minter); 2.506 alunos em doutorados; 92 alunos em Doutorado Interinstitucional (DInter); 1.500 alunos nos cursos de especialização;

De 2003 a 2010, a UFPE teve 8.651 artigos publicados em periódicos, publicou 837 livros e 3.026 capítulos de livros, além de 10.880 trabalhos completos em anais.

No mesmo período, foram defendidas 4.626 dissertações de mestrado e 1.117 teses de doutorado. Até 2010, foram registrados 80 pedidos de patentes em nome da UFPE. Em 2011, houve mais 62 novos pedidos. 430 alunos do Colégio de Aplicação no ensino fundamental e médio (dados de 2010 – ASCOM)

No semestre de 2012.1, 168 estudantes da UFPE fazendo intercâmbio no exterior (Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, Finlândia, França, Holanda, Itália, Portugal).

A UFPE possui 2.140 professores, sendo 1.746 doutores, 365 mestres, 28 especialistas e 1 com aperfeiçoamento (dados de 23 de abril de 2013); 58 professores do Colégio de Aplicação, sendo 14 doutores (24%), 22 mestres (38%), 12 especialistas (21%), 8 graduados (14%) e 2 substitutos (3%) – dados de julho de 2011.

Os dados acima dão a dimensão do universo de atores que compõem a estrutura da UFPE, bem como da sua estrutura física. Na área administrativa, a Universidade conta com 4.144 servidores técnico-administrativos, nos três campi, incluindo o Hospital das Clínicas - dados de outubro de 2012. Todas as informações acima foram fornecidas pela Assessoria de Comunicação da UFPE.

A UFPE agrega, segundo o PEI 2013-2027, uma comunidade de mais de 45.000 pessoas, 12 centros acadêmicos, 3 campi; 27 departamentos acadêmicos; 2.213 professores no quadro efetivo, 340 substitutos e 11 visitantes; 4.106 servidores técnico-administrativos; cerca de 29.5005 alunos regularmente matriculados; 107 cursos de graduação; 3.375 alunos nos 68 cursos de mestrado acadêmico; 2.885 alunos nos seus 49 cursos de doutorado; 343 alunos nos 8 cursos de mestrado profissional; 2.076 alunos nos 49 cursos de especialização presencial e; 1.169 alunos nos 3 cursos de especialização EAD.

Existem 216 projetos de extensão sendo executados, com a participação de 485 docentes e 1.071 alunos até dezembro de 2008; De 2003 a 2010, a UFPE teve 8.651 artigos publicados em periódicos, publicou 837 livros e 3.026 capítulos de livros, além de 10.880 trabalhos completos em anais. No mesmo período, foram defendidas 4.626 dissertações de mestrado e 1.117 teses de doutorado. Até 2010, foram registrados 80 pedidos de patentes em nome da UFPE. Em 2011, houve mais 62 novos pedidos. 430 alunos do Colégio de Aplicação no ensino fundamental e médio (dados de 2010 – ASCOM)

No semestre de 2012.1, 168 estudantes da UFPE fazendo intercâmbio no exterior (Alemanha, Argentina, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, Finlândia, França, Holanda, Itália, Portugal).

A Reitoria da UFPE concentra toda a parte administrativa da Universidade, composta pelo Gabinete do Reitor e as seguintes Pró-Reitorias:

- PROACAD – Pró-Reitoria Acadêmica;
- PROPESQ – Pró-Reitoria de Pesquisa;
- PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento;
- PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas;
- PROGEST – Pró-Reitoria de Gestão Administrativa;
- PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão e
- PROAES – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Possui ainda quatro Conselhos Superiores, cuja tarefa é auxiliar a Reitoria e as Pró-reitorias na tarefa de administrar a instituição. Cada uma dessas instâncias tem uma atribuição distinta e integrantes que os diferenciam entre si.

Conselho Universitário, órgão normativo e consultivo da UFPE; Conselho de Administração, instância responsável pelas matérias administrativas da instituição; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, gerencia as ações ligadas a essas três áreas e, finalmente, o Conselho de Curadores que é o núcleo encarregado da fiscalização econômico-financeira da UFPE.

Nesse contexto, elaborou-se um questionário semiestruturado composto por questões relacionadas aos aspectos sociais, funcionais e sobre o tema abordado, com perguntas abertas e fechadas.

Com relação à aplicação do questionário, optou-se por transcrevê-lo para um formato eletrônico. O link para o questionário foi disponibilizado via email para os indivíduos da população.

Classificamos a amostragem como sendo não probabilística. Vale ressaltar, que amostragens não probabilísticas são bastante utilizadas quando a população alvo é de difícil acesso. Corroborando com tal assertiva, Costa Neto (2002, p. 44) afirma que a amostra não probabilística pode ocorrer quando “embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível”.

A identificação dos participantes da pesquisa foi feita através de dados do SIAPE, levantados junto à PROGEPE, tendo sido coletados os dados com nome, cargo e função que ocupa, unidade de lotação e e-mail.

Com relação à aplicação do questionário, optou-se por transcreve-lo para um formato eletrônico. O link para o questionário (APÊNDICE A) foi disponibilizado via e-mail para os indivíduos da população, todos exercendo cargos de gestão na Universidade, num total de 831 gestores. Destes, 145 e-mails retornaram com as respostas dos questionários.

Também foram realizadas entrevistas, num total de três, com organizadores de eventos religiosos na Universidade. As respostas foram gravadas com a anuência dos entrevistados, a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B).

Assim que retornaram os questionários eletrônicos, e concluídas as entrevistas, as respostas foram exportadas para o software Microsoft Excel 2013, no qual foram tratadas, sendo exportadas posteriormente para o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 19.0, onde foram analisadas.

Em síntese, observando-se todos esses procedimentos, chegou-se ao número final de 145 sujeitos do estudo.

Os resultados foram apresentados em tabelas, a partir de números absolutos e percentuais simples, analisados e comparados à produção científica consultada sobre o assunto.

2.3 DOCUMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Foram utilizados os seguintes documentos:

- Relatórios do SIAPE contendo dados de servidores gestores, detentores de funções de direção, assessoramento e chefia da UFPE;
- Mapa da Intolerância Religiosa, contendo o relato de casos de intolerância ocorridos no Brasil;
- Dados do IBGE, Censo 2010.

CAPÍTULO III

RESULTADOS E ANÁLISE

Objetiva-se com esse capítulo correlacionar os dados obtidos junto aos gestores da UFPE, oriundos dos questionários aplicados e entrevistas com organizadores de eventos religiosos no âmbito da Universidade, para então, realizar-se a descrição e análise dos resultados obtidos.

Para se obter uma leitura das influências das materializações do sagrado no âmbito da UFPE, foram realizadas:

- Estatística descritiva dos dados a partir das informações obtidas, com os questionários aplicados;
- análise de discurso com aplicação de entrevistas.

Todos os achados foram interpretados à luz da percepção dos gestores e organizadores de eventos religiosos, sobre a prática religiosa num estado laico, legislação vigente e referenciais teóricos

Todas as análises levam à reflexão sobre a possível permissividade e olhar tolerante de gestores públicos de uma Universidade Federal de Ensino, quanto à prática religiosa nesse espaço público constitucionalmente laico.

Os resultados foram agrupados em quatro blocos: o primeiro traz o perfil dos respondentes; o segundo, trata da prática religiosa dos atores entrevistados; por sua vez, o terceiro analisa as manifestações do sagrado no ambiente da UFPE e, finalmente, o último bloco trata das tolerâncias, intolerâncias e liberdade religiosa.

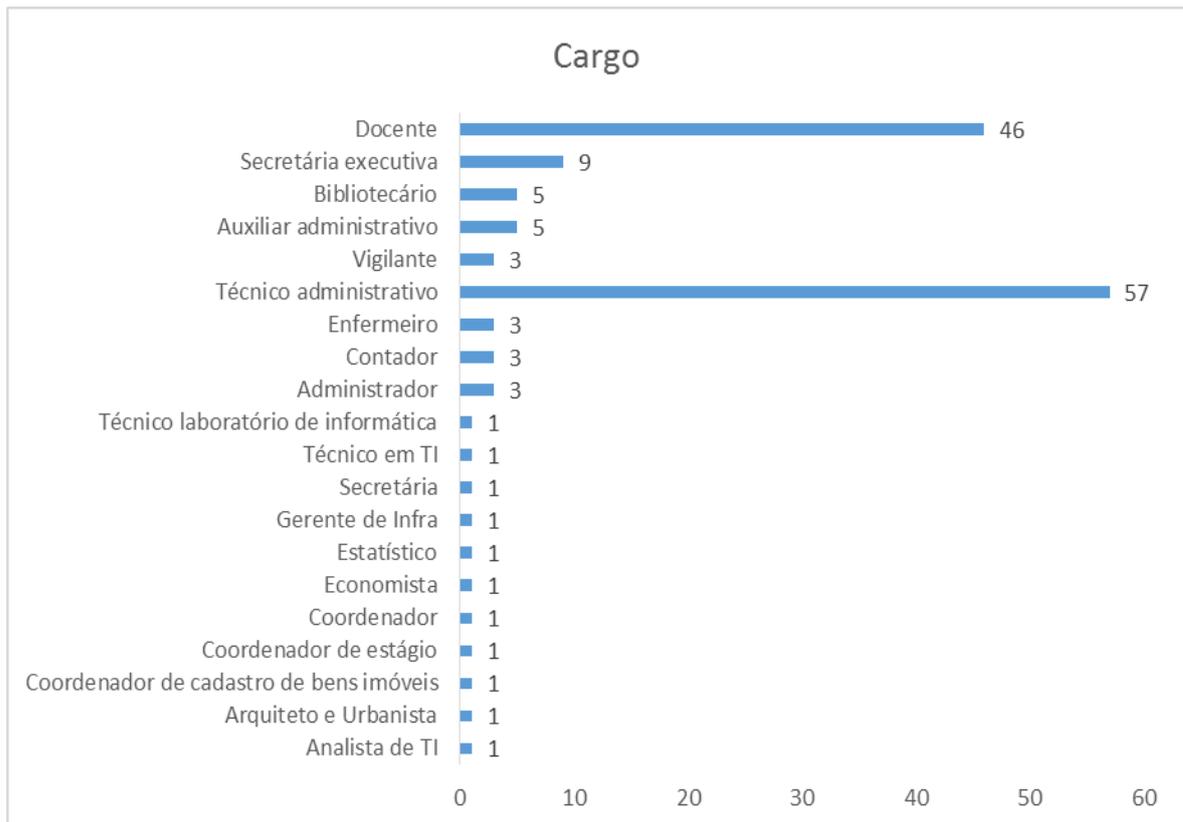
3.1 PERFIL DA AMOSTRA PESQUISADA

3.1.1 CARGO

Nesse item os respondentes informaram os cargos que exercem na Universidade. Do total de respondentes, 39,3% (57) são técnico-administrativos; 31,7% (46) são docentes; 6,2% (9) secretárias executivas; 3,4% (5) são bibliotecários; 3,4% (5) são Auxiliares administrativos. Alguns respondentes, correspondendo a 2% (3) do total, informaram que são, respectivamente, vigilantes, enfermeiros, contadores e administradores. 1,37% (2) informaram que são técnicos

em TI e obtivemos várias respostas que correspondem a apenas 0,7% (1) do total, sendo, respectivamente, técnico de informática, secretária, estatístico, economista, arquiteto e urbanista. 4 servidores que responderam ao questionário confundiram Cargo com função, correspondendo a 2,7%, de acordo com o Gráfico 3.

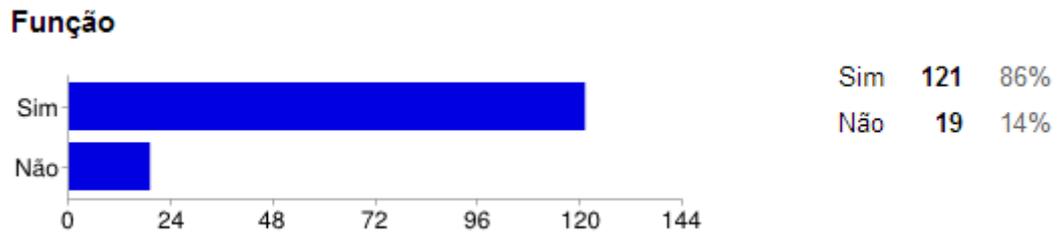
Gráfico 3 - Cargo



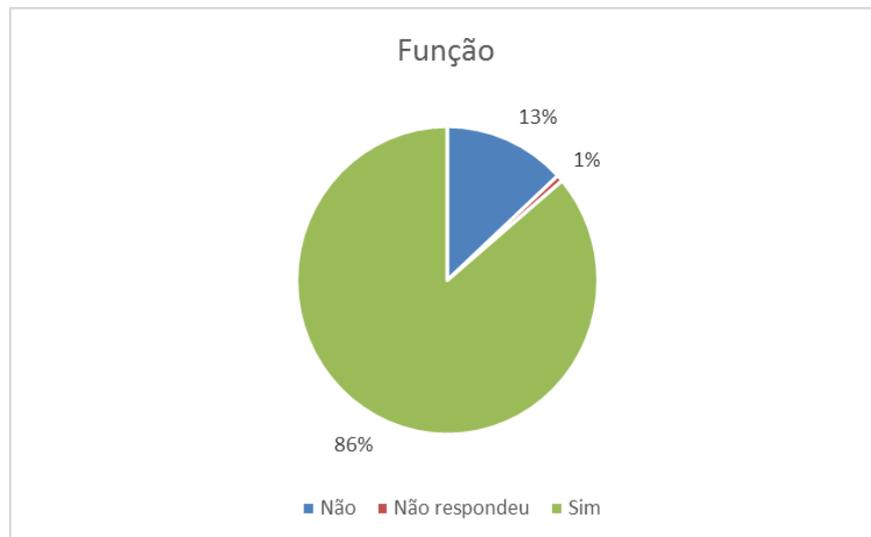
Elaborado pelo autor

3.1.2 FUNÇÃO

Foi identificado na pesquisa um percentual de 86% (121) dos respondentes que exercem função de chefia na Universidade e 14% (19) de servidores que informaram que não exercem função na UFPE, muito embora os questionários tenham sido enviados apenas a ocupantes de cargos de gestão, o que demonstra, mais uma vez, a não apropriação dos conceitos de cargo e função. As respostas estão ilustradas nos Gráficos 4 e 5 abaixo.

Gráfico 4 - FUNÇÃO

Elaborado pelo autor

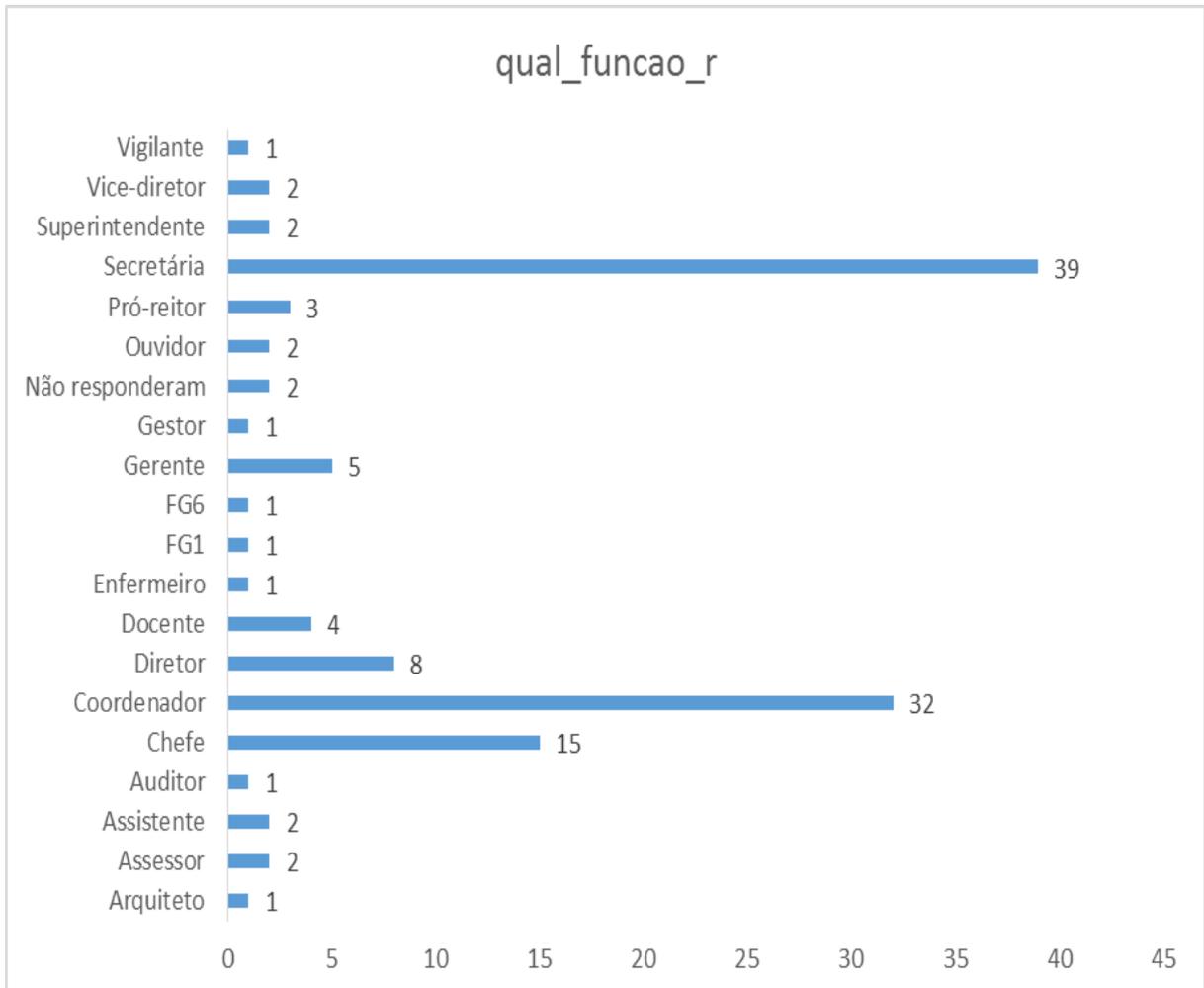
Gráfico 5 - FUNÇÃO

Elaborado pelo autor

No Gráfico 6, identificaram-se as diversas funções informadas pelos ocupantes, onde destaca-se a presença de três Pró-Reitores. Do total de respondentes, 26,9% (39) são secretárias; 22% (32) são coordenadores; 10,3% (15) são chefes de setor; 5,5% (8) são diretores; 3,4% (5) são gerentes; 2% são Pró-Reitores; várias respostas correspondem a apenas 1,3% (2) do total, sendo respectivamente, vice-diretores, superintendentes, ouvidores, assistentes e assessores; 1,3% (2) informaram apenas que tem FG's (funções gratificadas, não especificando quais; 1,3% (2) não responderam a essa questão e 0,68% (1) indicou que é gestor, sem informar qual a função que exerce e 0,7% (1) informou que é auditor. 7 servidores, ou seja, 4,8% do total confundiram função com cargo, muito embora os questionários tenham sido enviados apenas a servidores que possuem

função na UFPE, corroborando com a afirmação acima da não apropriação desses conceitos.

Gráfico 6 – FUNÇÃO DETALHAMENTO



Elaborado pelo autor

3.1.3 UNIDADE DE LOTAÇÃO

A tabela 2 apresenta a unidade de lotação dos respondentes. Observa-se que a grande maioria está lotado na Reitoria da UFPE, Centro Administrativo da Universidade, correspondendo a 17,2% (25) dos servidores, dentre eles, 2,7% (4) lotados no Gabinete do Reitor; 14,4% (21) no Centro de Artes e Comunicação; 10,3% (15) no Centro de Tecnologia e Geociências; 9% (13) no Centro de Ciências da Saúde; 6,2% (9) no Centro de Ciências Exatas da Natureza; 5,5% (8) Centro de Filosofia e Ciências Humanas; 6,2% (9) do Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

4,1% (6) no Centro de informática; 4,1% (6) do Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão; 3,4% (5) do Hospital das Clínicas; 3,4% (5) Prefeitura da Cidade universitária; 2,7% (4) do Centro de Ciências Biológicas; 2% (3) na Prefeitura da Cidade Universitária; 2% (3) no Centro de Ciências Biológicas; 1,3% (2) do Centro Acadêmico do Agreste; 1,3% (2) da Biblioteca Central; Obteve-se várias respostas correspondendo a 0,7% (1) cada, do total de respondentes, sendo, respectivamente, Almojarifado Central, Centro de Educação, Editora Universitária, Núcleo de Tecnologia da Informação, Núcleo de TV e Rádio Universitárias e Núcleo de Saúde Pública. 3,4% (5) não responderam a esse item, de acordo com a Tabela 1 abaixo.

Ainda sobre esse item, e levando-se em consideração a distribuição geográfica dos respondentes nos diversos setores da Universidade Federal de Pernambuco, pode-se afirmar que a pesquisa atingiu 90,9% dos Centros Acadêmicos, excluindo-se o Centro de Ciências Jurídicas, localizado no Centro do Recife, num total de 11 e 85,7% (6) dos Órgãos Suplementares, num total de (7), excluindo-se o Núcleo de Educação Física. Somado a isso, a pesquisa inclui respondentes de diversos setores da Reitoria que é o prédio que concentra todas as Pró-Reitorias e o Gabinete do Reitor.

TABELA 2 - UNIDADE DE LOTAÇÃO

Unidade de lotação	F	%
Almojarifado central	1	0,7
Área II	2	1,4
Biblioteca Central	2	1,4
CAA	2	1,4
CAC-Design	1	0,7
CAC	6	4,1
CAC/DCOM	1	0,7
CAC/Direitos Humanos	1	0,7
CAV	5	3,4
CCB	1	0,7
CCEN	5	3,4
CCS	3	2,1
CCSA	4	2,8
CFCH	5	3,4
CIn	6	4,1
Coord. Área II	1	0,7
CTG	9	6,2
DCI – CAC	2	1,4
DGP – CFCH	1	0,7
DEMEC	4	2,8
DEP. EDUCAÇÃO FÍSICA	1	0,7

Departamento de Ciência da Informação	1	0,7
Departamento de Ciências Administrativas	1	0,7
Departamento de Ciências Geográficas	1	0,7
Departamento de Cirurgia	1	0,7
Departamento de Comunicação Social	1	0,7
Departamento de Design	1	0,7
Departamento de Energia Nuclear	1	0,7
Departamento de Fonoaudiologia	1	0,7
Departamento de Genética	1	0,7
Departamento de Gestão de Pessoas – PROGEPE	2	1,4
Departamento de Letras	1	0,7
Departamento de Medicina Tropical	1	0,7
Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino – CE	1	0,7
Departamento de Oceanografia	1	0,7
Departamento Materno Infantil	1	0,7
Departamento de Psicologia	1	0,7
Departamento Teoria da Arte e Expressão Artística	1	0,7
Departamento de Geologia	1	0,7
Dept. de Antibióticos	1	0,7
Depto Botânica – CCB	1	0,7
Deptº de Ciências Contábeis e Atuariais	1	0,7
Depto de Fonoaudiologia	1	0,7
Depto de Eng Civil	1	0,7
Deptº de Patologia CCS	1	0,7
Depto. de Eng. Civil	1	0,7
Depto. de Exp. Gráfica	1	0,7
Depto. de Estatística	1	0,7
Depto. de Gestão de Pessoas	1	0,7
Depto. de Nutrição	1	0,7
Depto. de Design	2	1,4
DGA	1	0,7
DHT- Depto de Hotelaria e Turismo	1	0,7
Diretoria CTG	1	0,7
Economia	1	0,7
Editora Universitária	1	0,7
Educação Física	1	0,7
Expressão Gráfica	1	0,7
Fonoaudiologia	1	0,7
Gabinete	1	0,7
Gabinete do Reitor	3	2,1
HC	4	2,8
Não respondeu	5	3,4
NT/CAA	1	0,7
NTI	1	0,7
NTVRU	1	0,7
Núcleo de Design CAC	1	0,7
NUSP	1	0,7
PCU - Prefeita da Cidade Universitária	1	0,7
PPG Ciências Farmacêuticas	1	0,7

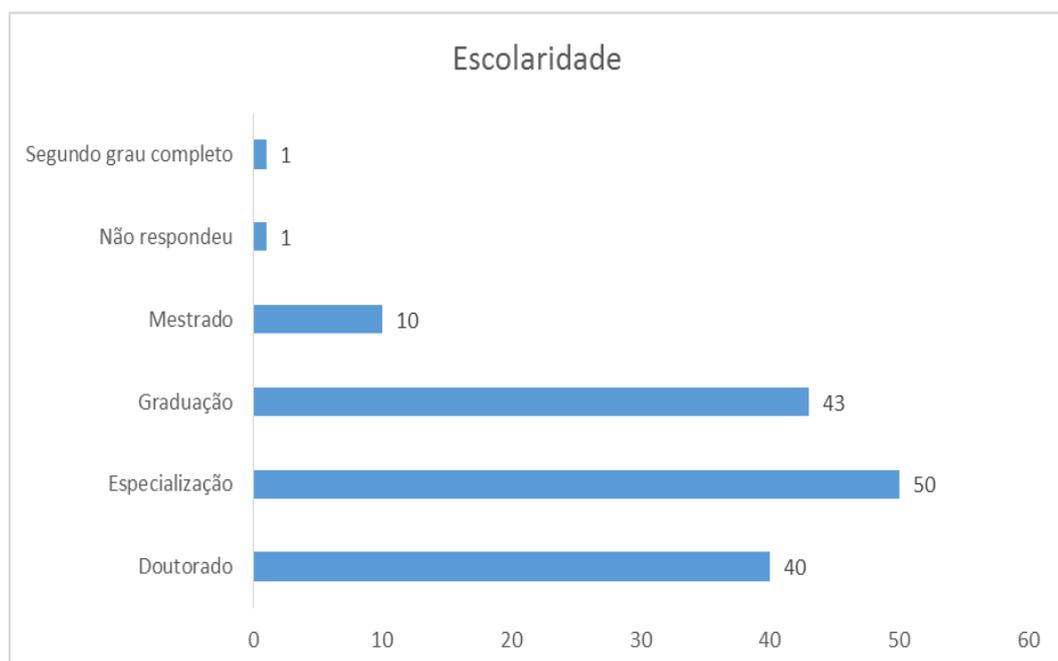
PREFEITURA DA UFPE	2	1,4
Pró-Reitoria de Extensão	2	1,4
PROACAD	1	0,7
PROACAD/DDE	1	0,7
PROAES	1	0,7
PROEXT	1	0,7
PROGEPE	5	3,4
PROGEST	1	0,7
PROPAD	1	0,7
PROPESQ	1	0,7
PROPLAN	2	1,4
SSI/GR	2	1,4
Superintendencia de Projetos e Obras	1	0,7
Unidade de transportes – HC	1	0,7
Total	145	100,0

Elaborado pelo autor

3.1.4 ESCOLARIDADE

O Gráfico 7 trata da escolaridade dos respondentes, onde observa-se um percentual de 34,4% (50) de especialistas; 29,7% (43) de graduados; 27,5% (40) de doutores, e 6,9% (10) de mestres, seguidos de 0,7% (1) de portadores de ensino médio. 0,7% (1) servidor não respondeu a essa questão.

GRÁFICO 7 - ESCOLARIDADE

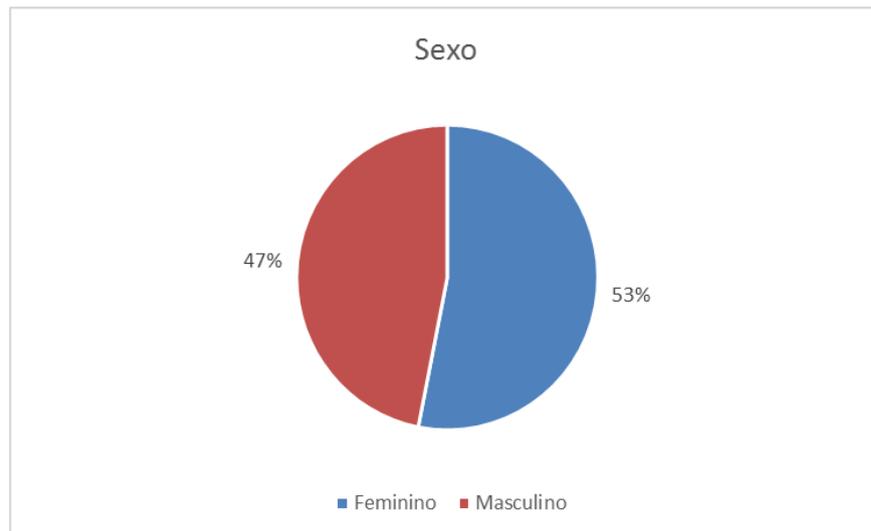


Elaborado pelo autor

3.1.5 SEXO

O Gráfico 8 apresenta os percentuais sobre o sexo dos respondentes, sendo 47% (68) do sexo masculino e 53% (77) do sexo feminino.

GRÁFICO 8 - SEXO

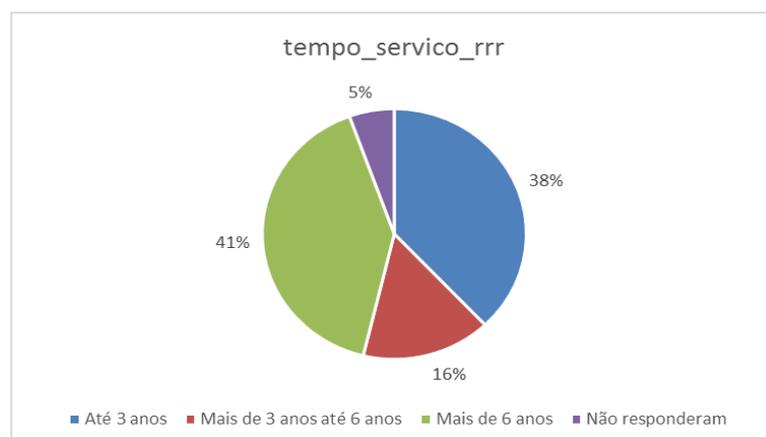


Elaborado pelo autor

3.1.6 TEMPO DE SERVIÇO

Em relação ao tempo de serviço na UFPE, observou-se no Gráfico 9 que 38% (55) dos respondentes tem até 3 anos de serviço na Universidade; 16% (23) tem entre 3 e 6 anos e 40,7% (59) tem mais de seis anos na UFPE. 5% (8) dos servidores não responderam a esse item do questionário.

GRÁFICO 9 – TEMPO DE SERVIÇO

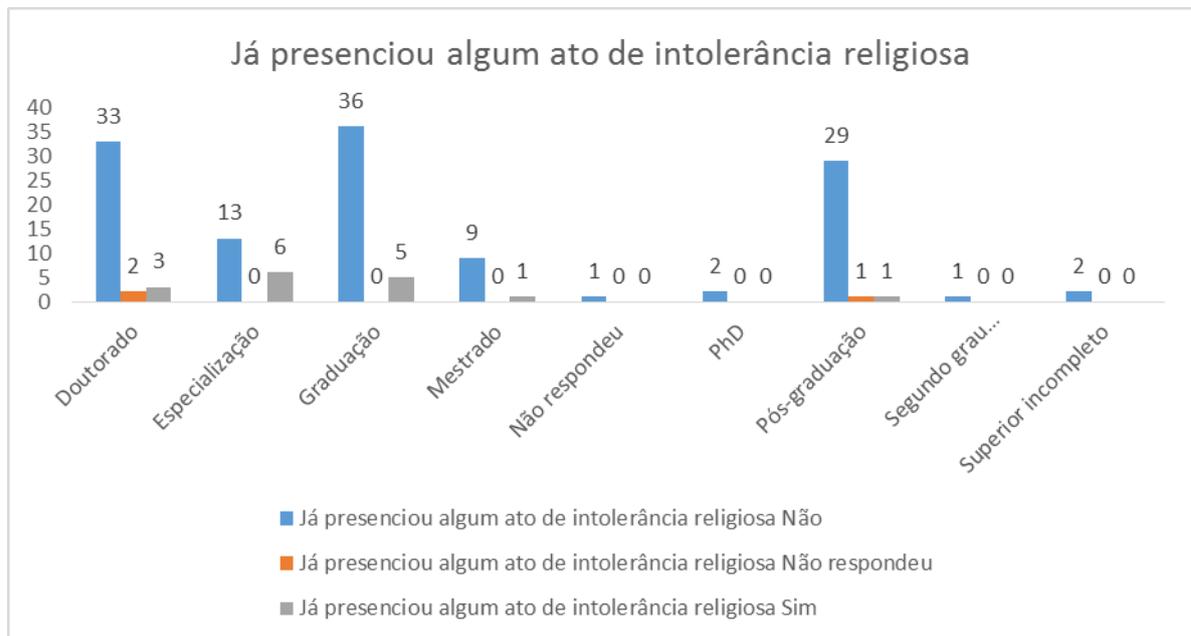


Elaborado pelo autor

Foram elaboradas, também, algumas relações entre as tabelas, com o objetivo de subsidiar melhor o trabalho.

O Gráfico 10 busca encontrar se há relação entre escolaridade e se o respondente já presenciou algum ato de intolerância na UFPE.

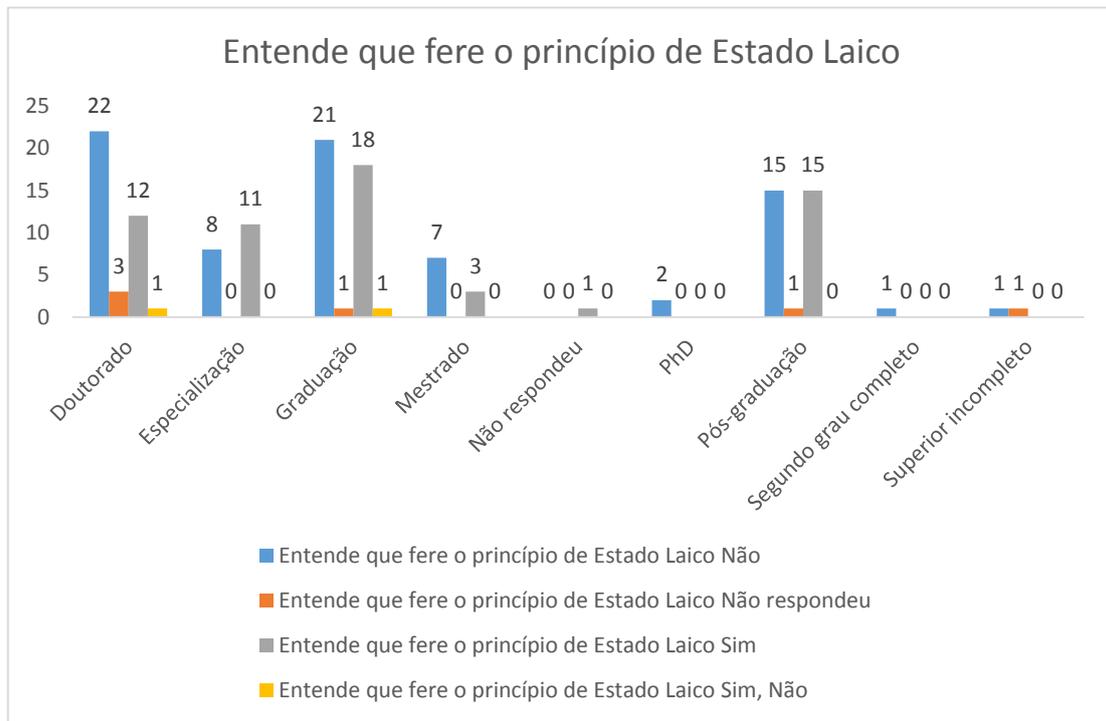
GRÁFICO 10 – RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E PERCEPÇÃO DE ATOS DE INTOLERÂNCIA



Elaborado pelo autor

O gráfico 11 retrata a relação entre nível de escolaridade e a percepção se as manifestações religiosas no ambiente da Universidade ferem o princípio de Estado Laico. Do mesmo modo, o objetivo deste gráfico é saber se existe alguma relação entre o nível de formação do respondente e a percepção se as manifestações ferem o princípio de Estado Laico.

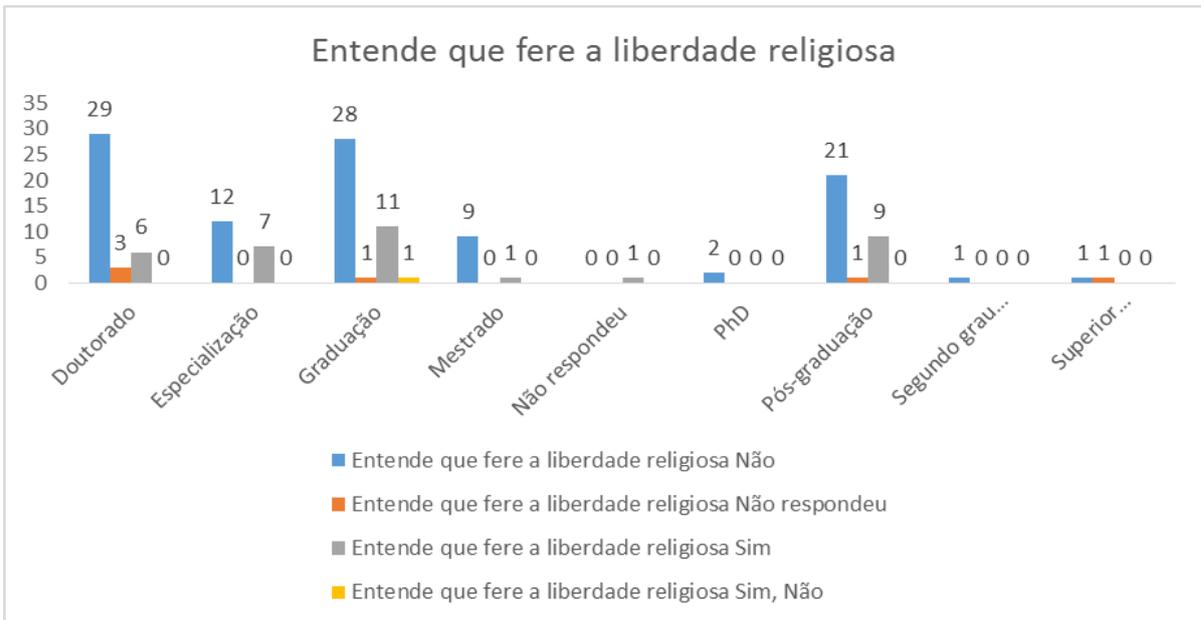
GRÁFICO 11 – RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E PERCEÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES FERINDO O ESTADO LAICO



Elaborado pelo autor

O gráfico 12 apresenta a relação entre nível de escolaridade e a percepção se as manifestações no âmbito da UFPE ferem o princípio de liberdade religiosa. O objetivo é saber se existe alguma relação entre o nível de formação do respondente e a percepção se as manifestações religiosas que ocorrem na Universidade ferindo o princípio da liberdade religiosa.

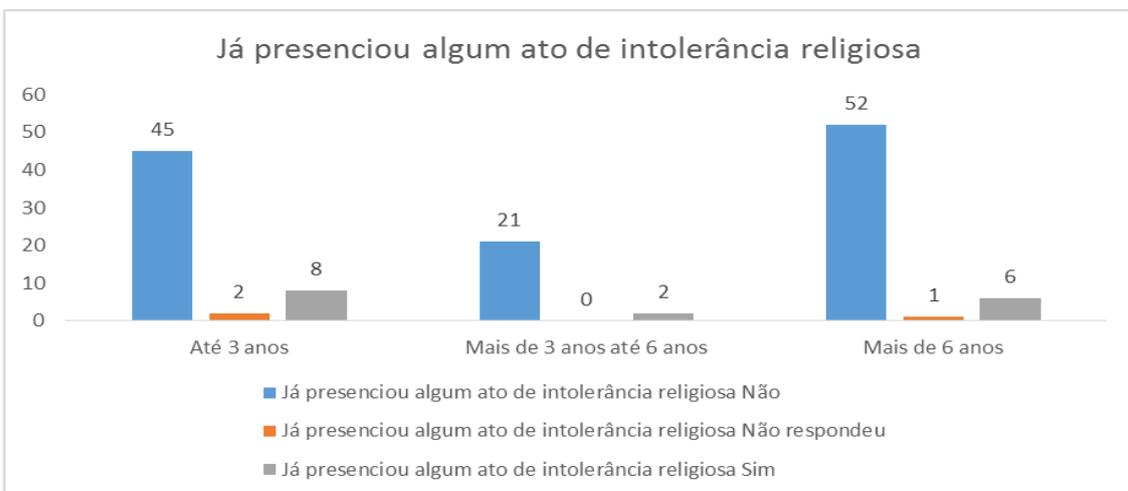
GRÁFICO 12 – RELAÇÃO ENTRE ESCOLARIDADE E PERCEÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES FERINDO A LIBERDADE RELIGIOSA



Elaborado pelo autor

O gráfico 13 apresenta a relação entre tempo de serviço na UFPE e se já presenciou algum ato de intolerância na Instituição, tendo como objetivo perceber se existe alguma relação entre tempo de serviço do respondente e a percepção de atos de intolerância.

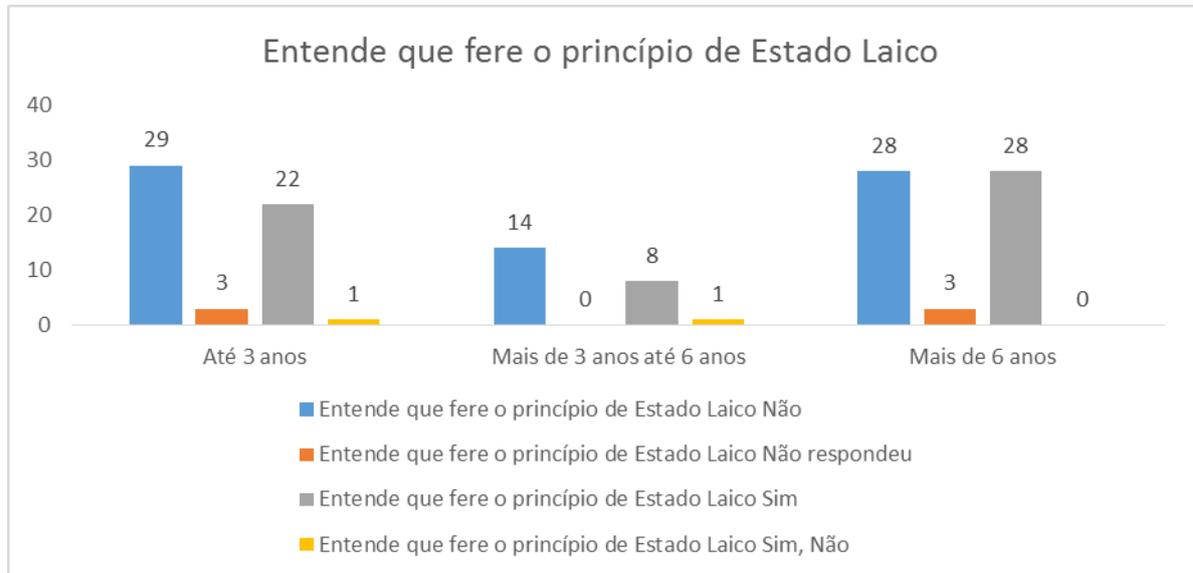
GRÁFICO 13 – RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE SERVIÇO E PERCEÇÃO DE ATOS DE INTOLERÂNCIA



Elaborado pelo autor

O gráfico 14 representa a relação entre tempo de serviço na UFPE e se o servidor entende se as manifestações ferem o princípio de Estado Laico

GRÁFICO 14 – RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE SERVIÇO E PERCEPÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES FERINDO O PRINCÍPIO DE ESTADO LAICO



Elaborado pelo autor

O gráfico 15 apresenta a relação entre tempo de serviço na UFPE e se o servidor entende que as manifestações ferem a liberdade religiosa

GRÁFICO 15 – RELAÇÃO ENTRE TEMPO DE SERVIÇO E PERCEPÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES FERINDO A LIBERDADE RELIGIOSA



Elaborado pelo autor

3.1.7 – ANÁLISE DO PERFIL DOS RESPONDENTES

Esse primeiro bloco traz o perfil dos respondentes, que são em sua totalidade ocupantes de cargos de gestão na Universidade, por entender-se que esses servidores tem, além do conhecimentos das normas que regem o Serviço Público Federal, o necessário conhecimento da Carta Constitucional Brasileira de 1988.

Pode-se observar, inicialmente, uma grande diversidade de cargos entre os respondentes, docentes, técnicos de laboratório, técnico-administrativos, entre outros.

Quanto à escolaridade, pode-se perceber que o nível mínimo encontrado entre os respondentes foi o nível médio. Observou-se também um número significativo de especialistas, mestres e doutores que responderam ao questionário, o que indica que os servidores que responderam à pesquisa provavelmente possuem um nível de conhecimento suficiente sobre as questões tratadas na pesquisa.

Nesse caso, observou-se também uma diversidade significativa de ocupantes de funções na Universidade, com destaque para a presença de três Pró-Reitores na pesquisa, segunda função mais importante na instituição federal de ensino pesquisada. Tendo a instância decisória máxima da organização presente na amostra, aliado a outros cargos de gestão da Universidade, pode-se perceber que a presença de manifestações e símbolos na instituição é do conhecimento das instâncias decisórias.

Observou-se, por sua vez, nas relações realizadas nos Gráficos de 8 a 13, respectivamente, escolaridade e percepção de atos de intolerância; escolaridade e percepção das manifestações ferindo o estado laico; escolaridade e percepção das manifestações ferindo a liberdade religiosa; tempo de serviço e percepção de atos de intolerância; tempo de serviço e percepção das manifestações ferindo o estado laico e tempo de serviço e percepção das manifestações ferindo a liberdade religiosa, que as percepções não dependem do tempo de serviço na UFPE ou do nível de instrução do respondente.

Como foram observadas muitas caselas nas tabelas com valor igual a 0, foi usado o teste exato de Fisher para aferir se há associação (as variáveis são dependentes). Foi colocado o p-valor desse teste para a comparação. Se o p-valor

for menor que 0,05 diz-se que há associação entre as duas variáveis, ou seja, as variáveis são dependentes (o comportamento de uma variável depende do comportamento da outra).

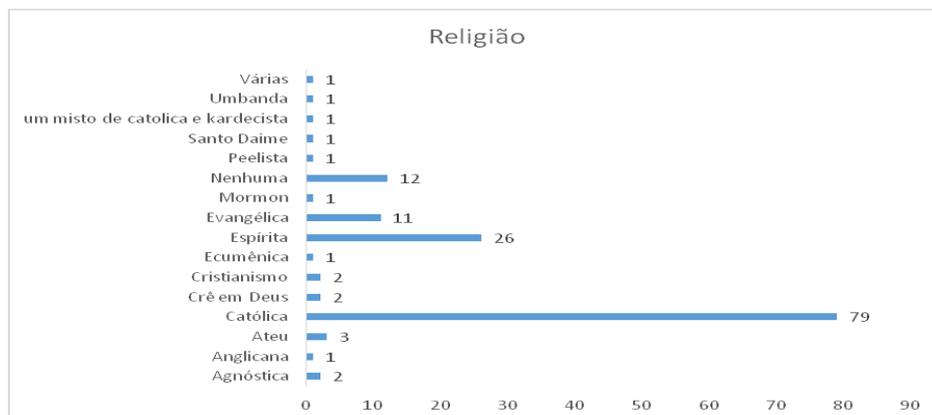
No caso das comparações que foram feitas, todas apresentaram p-valor maior que 0,05. Isso quer dizer que há evidências suficientes para afirmar que as variáveis são independentes umas das outras. Trazendo para o contexto do trabalho, observou-se que as percepções não dependem do tempo ou no nível de instrução dos entrevistados.

3.2 PRÁTICA RELIGIOSA DOS ATORES ENTREVISTADOS

3.2.1 RELIGIÃO

Quando perguntado sobre a religião dos respondentes, obteve-se os seguintes resultados: 54,4% (79) dos respondentes são da religião Católica; 18% (26) declararam-se espíritas; 8,3% (12) informaram que não possuem religião; 7,6% (11) informaram ser de religião evangélica; 2% (3) informaram ser ateus; 1,4% (2) informaram ser agnósticos; 1,4% (2) informaram que são cristãos; 1,4% (2) informaram que creem em Deus. Obteve-se nesse item várias respostas que correspondem a apenas 0,7% (1) do total, sendo, respectivamente, Umbandista, Santo Daime, Peelista, Mórmon e Anglicana; 0,7% (1) informou que professa um misto de Católica e Kardecista e 0,7% (1) informou ser ecumênico, de acordo com o gráfico 16.

GRÁFICO 16 - RELIGIÃO

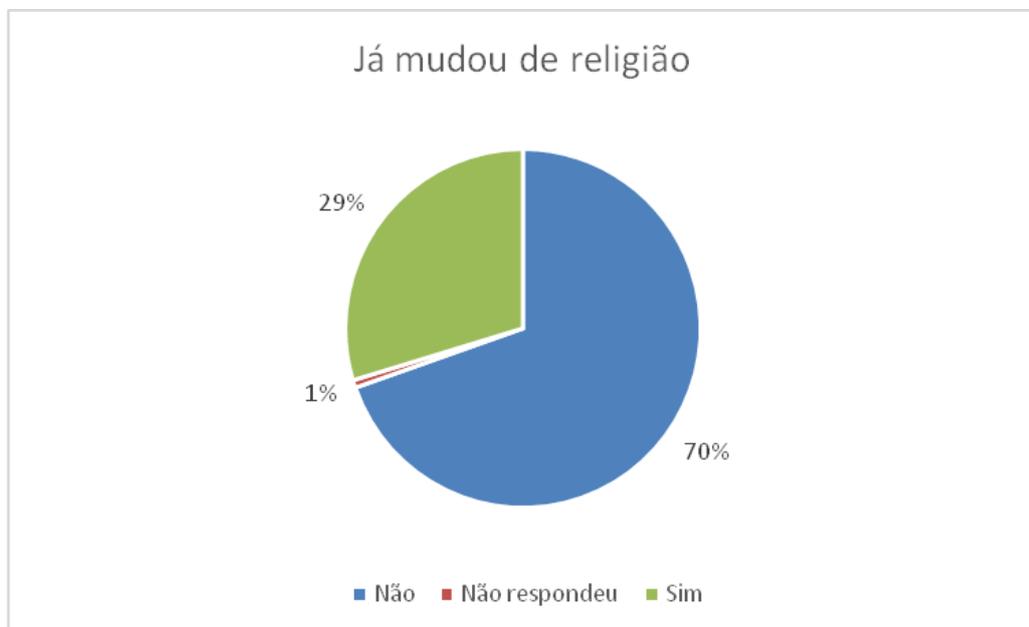


Elaborado pelo autor

3.2.2 MUDANÇA DE RELIGIÃO

Outro ponto da pesquisa procurava saber se o servidor já havia mudado de religião. O gráfico 8 a seguir indica um número significativo dos respondentes que já adotaram uma outra religião no passado. De acordo com o gráfico, 70% (101) dos respondentes informaram que nunca mudaram de religião; 29% (43) responderam que já mudaram de religião e 1% (1) não respondeu a essa questão, dados ilustrados pelo gráfico 17.

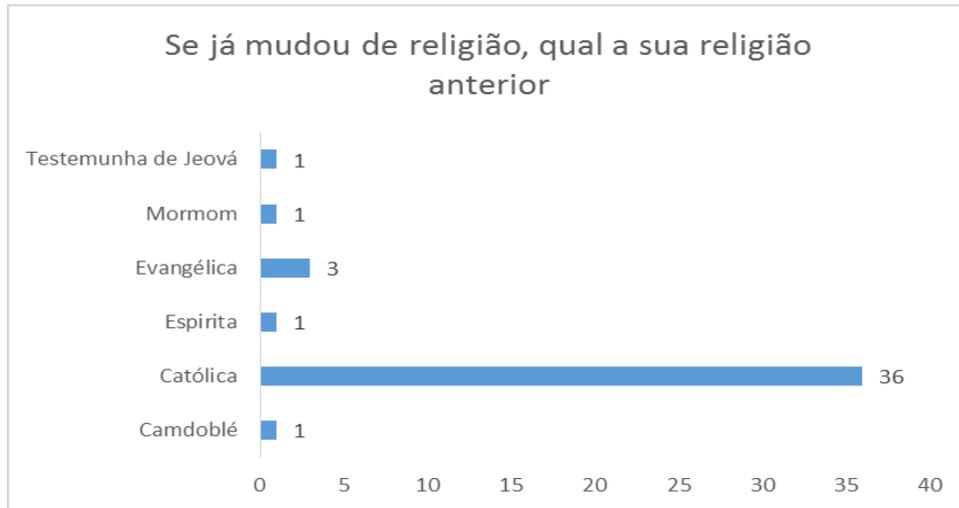
GRÁFICO 17 – MUDANÇA DE RELIGIÃO



Elaborado pelo autor

Ainda sobre mudança de religião, foi perguntado qual a religião anterior dos respondentes que responderam sim a esse item. Nesse caso, 24,8% (36) responderam ter sido Católicos anteriormente; 2% (3) informaram ter sido evangélicos e vários respondentes, correspondendo a 0,7% (1) do total informaram, respectivamente, que são Testemunha de Jeová, Mórmon, Espírita e do Candomblé, de acordo com o gráfico 18.

GRÁFICO 18 – RELIGIÃO ANTERIOR



Elaborado pelo autor

3.2.3 ANÁLISE DA PRÁTICA RELIGIOSA DOS ATORES ENTREVISTADOS

Nesse segundo bloco de perguntas foi tratada a questão da religião dos respondentes. Observou-se que a religião Católica aparece com o maior percentual de respondentes, quando se trata da primeira religião adotada.

Percebeu-se, também, que há um predomínio das religiões Católica, Evangélica e Espírita entre as religiões adotadas atualmente pelos respondentes.

Poder-se-á observar mais à frente, nas análises das entrevistas, que existe uma predominância das manifestações dessas religiões na Universidade, fato esse que se coaduna com os maiores percentuais observados nas respostas das religiões adotadas e possivelmente corrobore com a aceitação dessas práticas no ambiente da UFPE.

Observou-se, por sua vez, que há um número muito pequeno de ateus e agnósticos entre os respondentes e uma variedade muito grande de religiões entre os servidores.

Segundo Berger (2012, p. 16) a questão da afiliação religiosa, utiliza o termo “preferência religiosa”, ou seja, o termo sugere uma escolha: não é preciso ser Católico; escolhe-se ser Católico. Continua o autor relatando que preferências podem mudar: posso ser católico hoje, mas amanhã posso tornar-me episcopaliano, ou agnóstico, ou o que for.

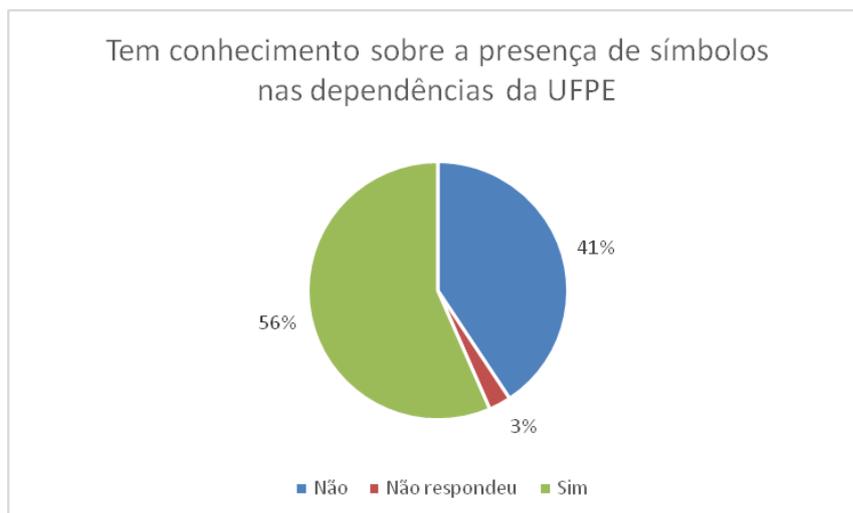
Muitas dessa escolhas dependem às vezes das escolhas de nossos pais. Nesse caso, continua Berger (2012), somos contidos pelas restrições de nossa criação e de nossa família e pelo desejo um tanto pervasivo de sermos constantes e atingirmos uma certa medida de estabilidade.

3.3 MANIFESTAÇÕES DO SAGRADO NO AMBIENTE DA UFPE

3.3.1 CONHECIMENTO DA PRESENÇA DE SÍMBOLOS RELIGIOSOS NO AMBIENTE DA UFPE

Quanto ao conhecimento da presença de símbolos religiosos na UFPE, observou-se que 56% (82) dos servidores responderam que sim; 41% (59) responderam que não e 3% (2) não responderam a essa questão.

GRÁFICO 19 – PRESENÇA DE SÍMBOLOS



Elaborado pelo autor

3.3.2 CONHECIMENTO DE EVENTOS RELIGIOSOS NO AMBIENTE DA UFPE

Ao ser perguntado aos servidores participantes da pesquisa se tinham conhecimento de eventos religiosos acontecendo dentro da Universidade, um percentual de 81% (118) dos respondentes afirmaram que sim, ou seja, tinham conhecimento desses eventos; já os afirmam que desconhecem a existência de tais eventos, correspondem a 17% (25); houve (01) servidor 0,7% que não respondeu a

esta questão e 0,7% (1) que respondeu tanto afirmativamente (Sim) quanto negativamente (Não).

GRÁFICO 20 – CONHECIMENTO SOBRE EVENTOS RELIGIOSOS



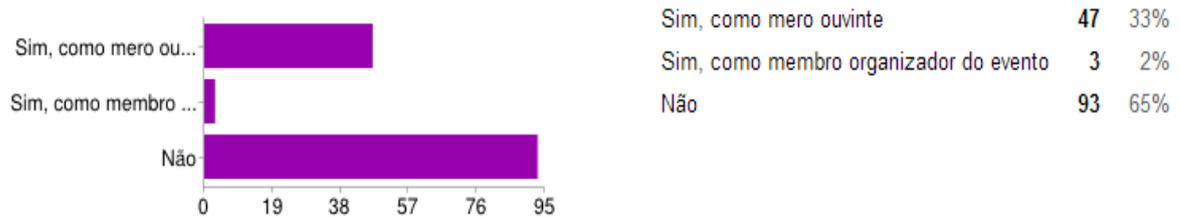
Esse gráfico demonstra claramente que os eventos religiosos que acontecem na Universidade são do conhecimento de um percentual significativo de gestores.

3.3.3 PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS

Em outro item da pesquisa, foi perguntado se o funcionário já havia participado de algum evento na UFPE e como seria essa participação. Os participantes da pesquisa que afirmaram não participarem de eventos religiosos na UFPE correspondem a 65% (94) dos respondentes afirmaram que não participaram de eventos religiosos na Universidade, 35% (50) dos respondentes afirmaram que já participaram de eventos religiosos na UFPE, sendo que 33% (46) como ouvintes e 3,1% (3) como membros organizadores.

GRÁFICO 21 – PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS

Você participa desses eventos?



Elaborado pelo autor

3.3.4 RESPOSTAS SOBRE O PORQUÊ DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELIGIOSOS NA UFPE

Nesse item perguntou-se aos respondentes que afirmaram que não participavam das manifestações, sobre o porquê da não participação.

TABELA 3 – PORQUÊ DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELIGIOSOS

Se não participa, porque não participa?	F	%
	49	33,8
A universidade não é o ambiente para esse tipo de manifestação	1	0,7
Acho que isso não deve se misturar com trabalho	1	0,7
Acho que para tal, é necessário que eu esteja relaxada, e não ficar olhando o relógio para a volta do almoço.	1	0,7
Choque de horário	1	0,7
Desconheço essas atividades	1	0,7
Difícilmente participo dos eventos promovidos pela UFPE	1	0,7
Estou trabalhando	1	0,7
Falta de interesse	25	17,5
Falta de oportunidade	2	1,4
Falta de tempo	11	7,7
Falta de tempo durante o horário de expediente	1	0,7
Falta de tempo e afinidade	1	0,7
Falta de tempo e interesse.	1	1,4
Já participo em outro lugar	1	0,7
Muitas vezes estou de serviço	1	0,7
Não considero prioridade	1	0,7
Não gosto	1	0,7

Não interessa nem tem tempo no horário de trabalho	1	0,7
Não me coube	1	0,7
Não pratico a religião	1	0,7
Não respondeu	4	2,8
Não sou praticante	1	0,7
Não tenho conhecimento	4	2,8
Não tenho disponibilidade	1	0,7
Não tenho motivação	1	0,7
Não tenho religião por isso não vejo motivo para participar.	1	0,7
Não tenho tempo e falta interesse. Sou católico por tradição.	1	0,7
Não tenho vontade.	1	0,7
Não tive a oportunidade, mas acho muito importante que haja sim. Estado laico não é estado ateu como muitos querem	1	0,7
Não tive ainda oportunidade	1	0,7
Não vejo divulgação, sabemos quando já aconteceu	1	0,7
Nunca estou com tempo disponível nos dias e horários em que esses eventos acontecem, alguns ocorrem em horário de expediente impossibilitando a minha participação.	1	0,7
Nunca soube	1	0,7
O volume de trabalho é grande e pedir a chefia imediata para me ausentar para assistir a um evento religioso me dá a sensação de culpa, mesmo nos eventos cujos convites vêm da própria instituição.	1	0,7
Os eventos são de doutrinas diferentes	1	0,7
Penso que a UFPE é laica	1	0,7
Por acreditar que uma autarquia pública não comporta esse tipo de evento, vai de encontro ao princípio do estado laico	1	0,7
Por falta de divulgação dos eventos	1	0,7
Por que eu sou ateu	1	0,7
Por que não costumo ir	1	0,7
Porque considero que a universidade é um espaço laico.	1	0,7
Porque a universidade pública e laica não é espaço para eventos religiosos	1	0,7
Porque não acredito e nem tenho vontade	1	0,7
Porque não acredito em cultos/missas	1	0,7
Porque não conheço	1	0,7
Porque não fico sabendo.	1	0,7
Porque não tenho conhecimento	1	0,7
Porque não tenho conhecimento de eventos de minha religião	1	0,7
Pouca proximidade com as cerimônias	1	0,7

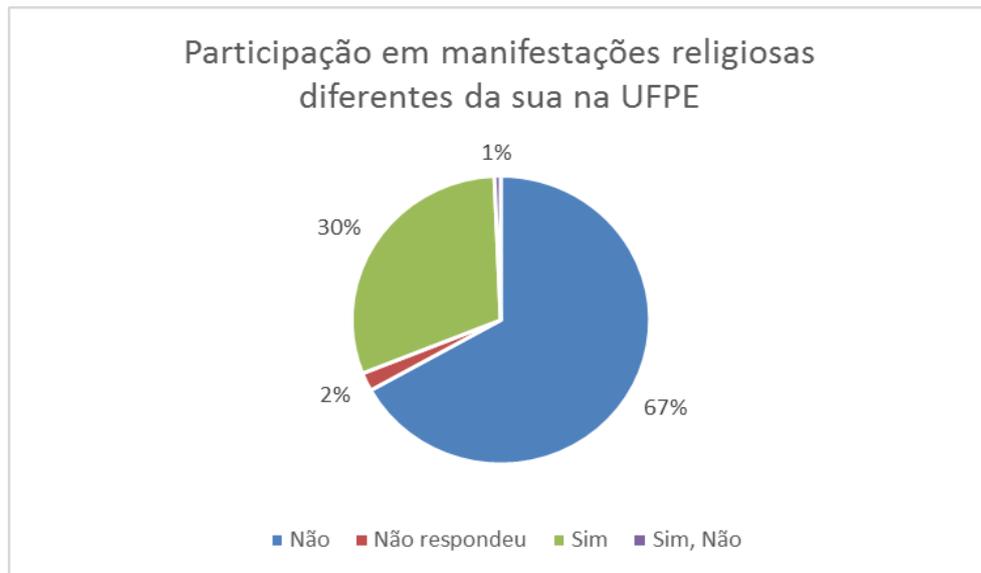
Primeiramente, porque não tenho conhecimento, depois, porque precisaria conhecer antecipadamente qual a proposta do evento.	1	0,7
Respondi sim, mas não como mero ouvinte, e sim como católica que pratica sua religiosidade plenamente, penso que a colocação da palavra mero, foi infeliz.	1	0,7
São eventos de tendência católica ou protestante, respeito, mas não tenho interesse.	1	0,7
São eventos realizados em períodos natalinos então fica difícil conciliar	1	0,7
Sinceramente, a carga horária de trabalho já é muito extensa, prefiro dedicar outro dia da semana menos exaustivo para atividades deste tipo.	1	0,7
Sinceramente não sei	1	0,7
Sou agnóstico	1	0,7
Tenho outras coisas à fazer	1	0,7
Total	145	100,0

Elaborado pelo autor

Em relação a esse item, observou-se que 27,6% (40) Não tem tempo de participar ou não tem interesse; 8,9% (13) responderam que não tem conhecimento dos eventos; 5,5% (8) servidores responderam que não participam porque as manifestações entrariam em choque ou atrapalhariam o horário de trabalho; 3,4% (5) são ateus ou agnósticos; 2,7% (4) não participam dos eventos porque a Universidade é um ambiente laico; 2,7% (4) não responderam a esse item da pesquisa e 1,37% (2) afirmaram que não participam porque a Universidade não deve se misturar com religião.

3.3.5 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELIGIOSOS DE DENOMINAÇÕES DIFERENTES

Em outro item da pesquisa arguiu-se se o respondente já havia participado de algum evento de outra denominação religiosa diferente da sua. 67% (97) informaram que não haviam participado; 30% (44) dos respondentes assinalaram que sim, já haviam participado; 2% (3) não responderam a esse item da pesquisa e 0,7% (1) respondeu sim e não, de acordo com o gráfico 22.

GRÁFICO 22 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE DENOMINAÇÕES DIFERENTES

3.3.6 – ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES DO SAGRADO NO AMBIENTE DA UFPE

Esse terceiro bloco da pesquisa tratou das materializações do sagrado no ambiente da Universidade Federal de Pernambuco.

Quanto ao conhecimento da presença de símbolos religiosos no âmbito da Universidade, notou-se que a ampla maioria dos funcionários que responderam ao questionário já se depararam com símbolos religiosos dentro da instituição, Isso demonstra que existem símbolos religiosos no ambiente da Universidade e que são do conhecimento da maioria dos gestores.

Em relação às respostas abertas (TABELA 2), observou-se diversos tipos de resposta. Destacam-se algumas por estarem mais ligadas aos objetivos do trabalho. Dentre elas, observaram-se afirmações de não concordância com eventos religiosos acontecendo num ambiente laico, muito embora com um percentual muito pequeno de respondentes, em relação ao total, apenas 2,7%, o que pode estar ligado ao fato dos gestores não entenderem como significativa essa questão.

Em outras respostas, observou-se que os respondentes entendem que o ambiente da Universidade não deve ser usado para práticas religiosas e muitos alegam não participar por falta de tempo ou por estarem trabalhando. Ou seja, frequentar os eventos comprometeria o trabalho.

Algumas respostas refletem a diversidade religiosa dos respondentes, e a não participação pode estar ligada ao fato de não existirem manifestações na Universidade que representem a sua opção religiosa.

Sobre esse assunto, (GIUMBELLI, 2003, p. 30) explica que

a liberdade religiosa vale para cada um porque vale para todos – que pressupõe que cada um possa crer no que quiser e por motivos totalmente distintos e, ao mesmo tempo, que todos sejam respeitados pela mesma razão não importa no que creiam.

Ainda sobre esse aspecto, (GIUMBELLI, 2003, p.30) complementa:

A contrapartida desse argumento universalista é o estabelecimento de uma separação necessária entre as esferas do público e do privado. O lugar próprio das crenças é o “foro íntimo”; sua expressão pública não deve suprimir a liberdade dos que dela divergem; idealmente, o espaço público seria uma região onde as diferenças não imprimem suas marcas.

Algumas respostas deixam claro que os eventos em evidência são da religião Católica ou Evangélica, o que pode-se comprovar mais adiante nas entrevistas realizadas com organizadores de eventos.

Finalmente, alguns responderam que não participam porque não tem conhecimento desses eventos. Nesse caso, entende-se que apesar dessas manifestações serem publicadas na página da Assessoria de Comunicação da Universidade, em panfletos, cartazes ou através do “boca a boca” dos organizadores, esses meios não são suficientes para atingir todos os servidores da UFPE.

Giumbelli (2003, p. 21) relata que a presença da religião no espaço público não deixou de conviver com os princípios da laicidade, o que se produziu foi uma configuração apenas sustentável na medida em que não se definia com precisão o lugar e os limites de expressão do “religioso”.

Ainda segundo o autor, o que assistimos, portanto, é uma sucessão de conjunturas marcadas por distintas “manchas” de presença do religioso no espaço público. (GIUMBELLI, 2003, p. 21).

Na pesquisa, um dos respondentes confundiu estado laico com estado ateu.

A esse respeito o eminente jurista Ives Gandra da Silva Martins, em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo no dia 26 de novembro de 2012, explica:

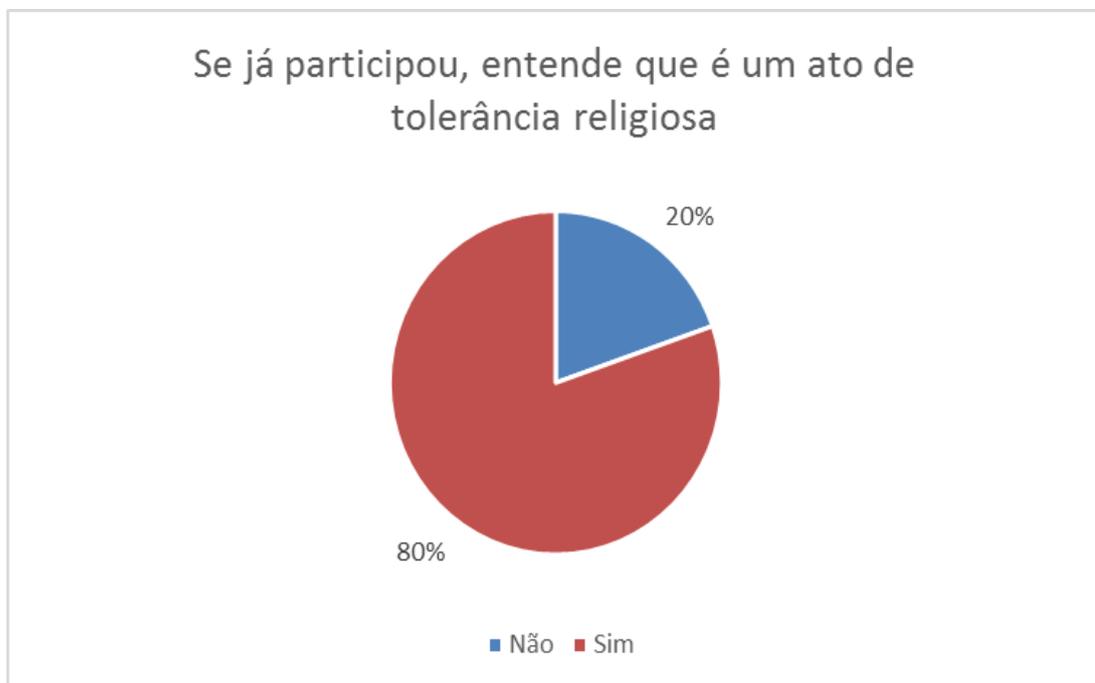
Tem-se confundido Estado laico com Estado ateu. Estado laico é aquele em que as instituições religiosas e políticas estão separadas, mas não é um Estado em que só quem não tem religião tem o direito de se manifestar. Não é um Estado em que qualquer manifestação religiosa deva ser combatida, para não ferir suscetibilidades de quem não acredita em Deus (GANDRA, 2012).

3.4 TOLERÂNCIAS, INTOLERÂNCIAS E LIBERDADE RELIGIOSA

3.4.1 TOLERÂNCIA RELIGIOSA

Nesse item da pesquisa, procurou-se saber dos respondentes se eles entendem que participando de um evento religioso diferente da sua religião, isso poderia ser entendido como um ato de tolerância religiosa. Nesse caso, 80% dos respondentes entendem que sim e outros 20% que não.

GRÁFICO 23 – TOLERÂNCIA RELIGIOSA

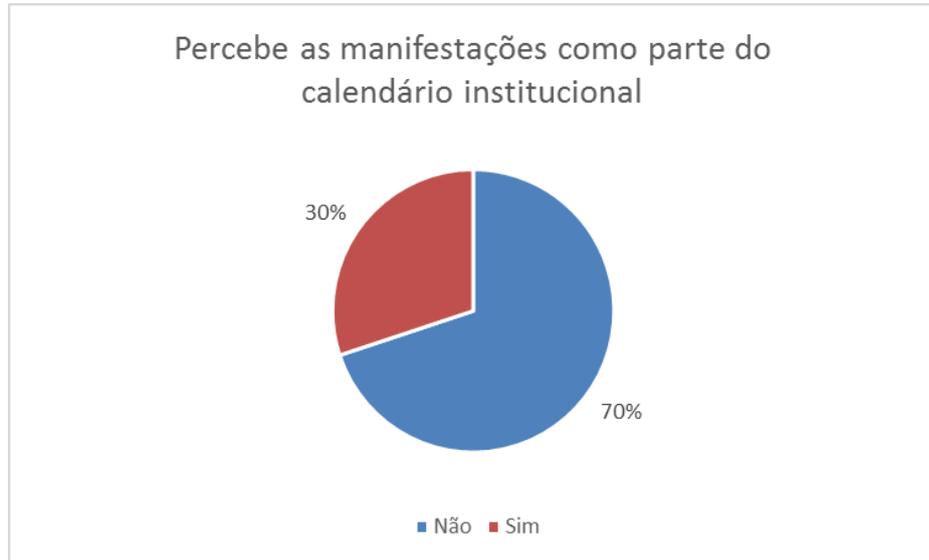


Elaborado pelo autor

3.4.2 EVENTOS RELIGIOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Procurou-se saber nesse item do questionário se os funcionários percebem os eventos religiosos que acontecem na UFPE como integrantes do calendário institucional. 30% (40) responderam que sim e 70% (93) que não.

GRÁFICO 24 – MANIFESTAÇÕES COMO PARTE INTEGRANTE DO CALENDÁRIO INSTITUCIONAL

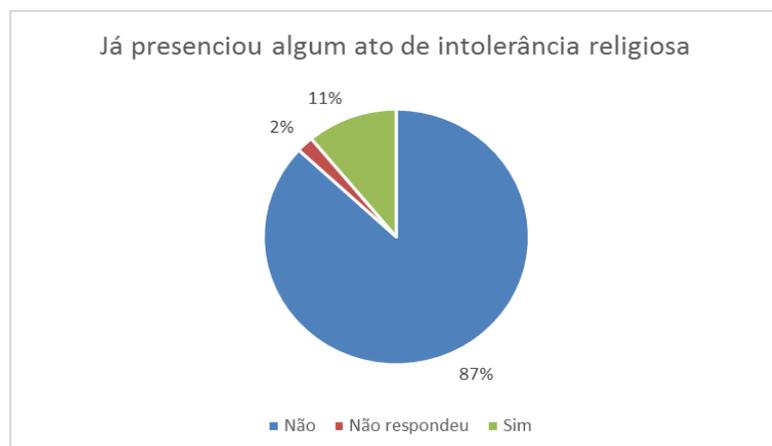


Elaborado pelo autor

3.4.3 INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Procurou-se saber nesse item da pesquisa qual o percentual dos indivíduos pesquisados que já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa no ambiente da UFPE. Nesse caso, 87% (126) respondeu que não havia presenciado nenhum ato de intolerância; 11% (16) responderam que sim e 2% (3) não responderam a esse item, de acordo com o gráfico 25.

GRÁFICO 25 – INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

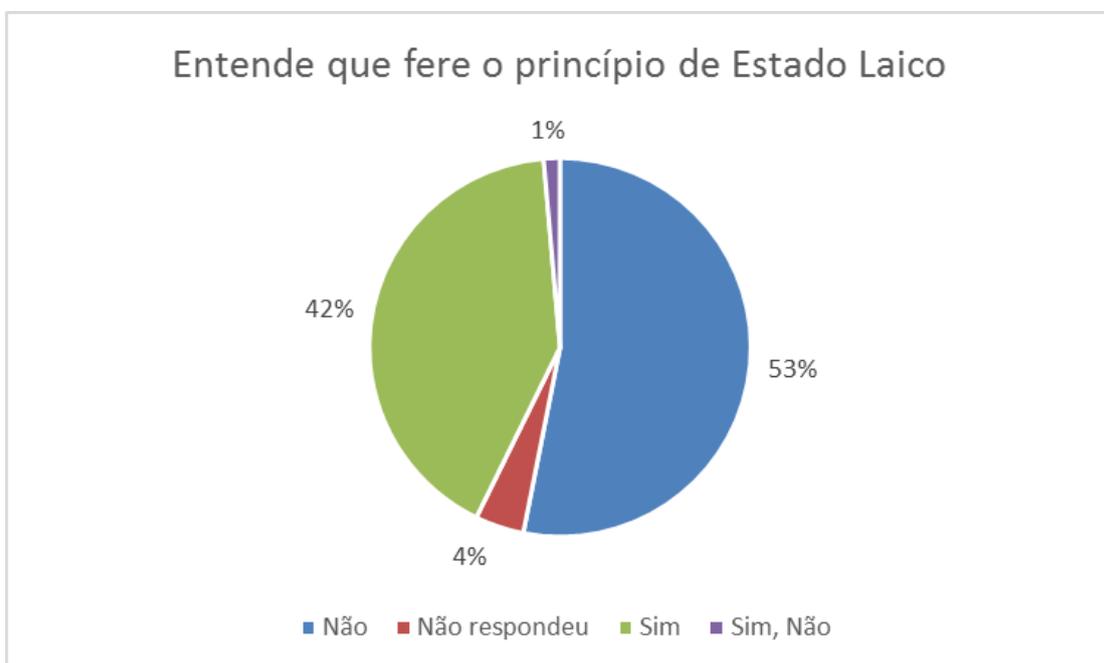


Elaborado pelo autor

3.4.4 MANIFESTAÇÕES FERINDO O ESTADO LAICO

Este item da pesquisa procurou identificar o percentual de indivíduos que entendem que a presença de manifestações religiosas no âmbito da universidade fere o princípio de Estado Laico. 53% (77) dos respondentes entende que não; 42% (60) entendem que sim; 4% (6) preferiram não responder a esse item e 1% (2) responderam que sim e não, de acordo com gráfico 26.

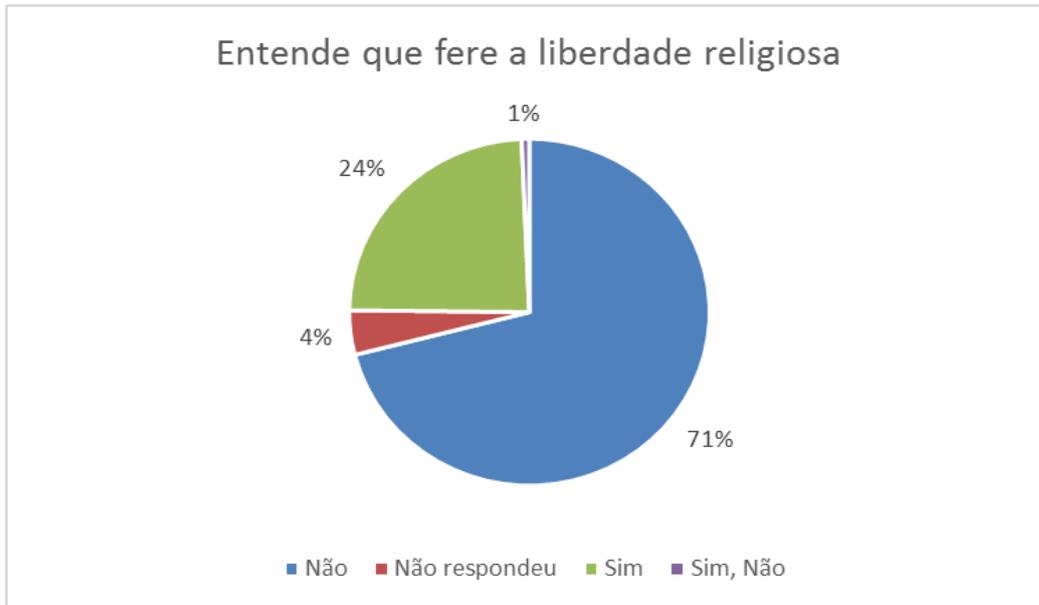
GRÁFICO 26 – MANIFESTAÇÕES FERINDO O PRINCÍPIO DE ESTADO LAICO



Elaborado pelo autor

3.4.5 MANIFESTAÇÕES FERINDO O PRINCÍPIO DE LIBERDADE RELIGIOSA

Em outro item, perguntou-se aos funcionários se entendiam que as manifestações religiosas no âmbito da UFPE feriam o princípio de liberdade religiosa. 71% (103) entendem que não; 24% (35) responderam que sim; 4% (6) não responderam a esse item do questionário e 1% (1) respondeu que sim e que não.

GRÁFICO 27 – MANIFESTAÇÕES FERINDO A LIBERDADE RELIGIOSA

Elaborado pelo autor

3.4.6 ANÁLISE DAS TOLERÂNCIAS, INTOLERÂNCIAS E LIBERDADE RELIGIOSA

É importante destacar que apesar da suposição de que a maioria dos respondentes poderia entender o conceito de Estado Laico, foi colocado antes das opções de resposta do questionário a seguinte descrição: “Estado laico significa um país ou nação com uma posição neutra no campo religioso. Também conhecido como Estado Secular, o Estado Laico tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião”.

Observou-se nesse bloco que 30% dos respondentes entendem que os eventos religiosos que acontecem na Universidade fazem parte do seu calendário institucional.

Levando-se em consideração que esse público é composto apenas de gestores, nota-se que a norma constitucional não só está sendo ferida no princípio da laicidade, mas também que essa transgressão é institucionalizada.

Percebeu-se, também, que a maioria dos respondentes tolera a presença de manifestações no ambiente da Universidade e que um percentual maior de indivíduos afirma que a presença de manifestações na UFPE não fere o princípio de estado laico.

Por sua vez, a ampla maioria dos respondentes também entende que as manifestações não ferem o princípio de liberdade religiosa.

Quanto à percepção de atos de intolerância religiosa, observou-se que a maioria dos respondentes afirmam que nunca presenciaram fatos dessa natureza, fato este entendido, supostamente porque trata-se de uma instituição pública de ensino, sujeita a normas constitucionais de um Estado Laico que do lado dos respondentes da pesquisa restringe o seu posicionamento sobre essa questão e do lado dos Organizadores de Eventos Religiosos ignora esse preceito constitucional.

3.5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

3.5.1 ENTREVISTA COM ORGANIZADORES DE EVENTOS EVANGÉLICOS

A primeira entrevista foi com os representantes da chamada Comunidade Evangélica da UFPE, realizada às 13 horas do dia 08/05/2014, no Auditório João Alfredo, localizado no segundo andar do prédio da Reitoria da Universidade federal de Pernambuco, antes da realização do “culto das quintas-feiras”.

Estavam presentes dois organizadores dos cultos e dois integrantes da comunidade. Para preservar a identidade, os entrevistados serão chamados, respectivamente, (Organizador 1), (Organizador 2), (Fiel 1) e (Fiel 2). Um dos fiéis presentes não emitiu opinião durante toda a entrevista, apenas confirmou positivamente com a cabeça quando perguntado se teve outra religião no passado.

Notou-se inicialmente uma certa apreensão por parte do grupo sobre do que se tratava a entrevista.

Outra característica marcante no encontro com os evangélicos, que perpassou todo o período da realização da entrevista, foi uma aparente necessidade constante do grupo em tentar convencer o pesquisador em aceitar a sua crença, ou de provar suas verdades.

Por outro lado, observou-se uma reiteração constante das verdades irrefutáveis, segundo eles, da Bíblia.

Percebeu-se que os integrantes do grupo não ficaram muito à vontade quando foi utilizado o termo intolerância. Possivelmente porque esse termo herdou interpretações mais contundentes, depois do evento do 11 de setembro nos Estados Unidos. No caso da entrevista, isso ficou evidente quando tocamos nesse assunto. Esse fato é observado também no item 3.4.3 da análise dos questionários, onde

apenas 11% (16) respondentes afirmaram já terem presenciado atos de intolerância religiosa na Universidade, contra 87% (126) que responderam que não haviam presenciado tais atos.

Sem que qualquer pergunta tivesse sido feita, apenas a partir da menção do termo na explicação dos objetivos da entrevista, um dos organizadores começou sua fala:

(Organizador 1): “Às vezes há um momento da convivência que o fato de você conviver não significa que você aceita. Eu posso conviver com uma pessoa, mas não aceito o que ela pensa.

Aí quando você falou a questão da pessoa ter tolerância, esse é o meu pensamento, tá? **Eu posso conviver com uma pessoa, vou tolerar ela, mas eu não aceito o pensamento dela, a crença dela.** Mas isso não vai me impedir de eu estar convivendo com ela. Porque a Bíblia é bem clara e eu vou seguir o que está aqui. **O fato de eu dizer que eu não tolero a pessoa não quer dizer que eu vou entrar em atrito com ela.** Eu tenho que mostrar pra ela que eu sou uma pessoa diferente. **Tem religião que não quer nem ver. Fique pra lá, não entre nem na porta”.**

Em seguida, o (Organizador 1) deixa claro, segundo a sua afirmação, as diferenças entre os Católicos e os Evangélicos, usando como exemplo a adoração a imagens:

“a diferença do Católico pra gente é porque eles se ajoelham em frente a uma estátua, uma imagem, e aquela imagem, aquele santo que ele está adorando é quem vai ser intermediário dele com Deus. E já a Bíblia não, se você crê que tudo o que está aqui é verdade, então minha crença é essa: O único mediador das minhas orações, das minhas petições, da minha reza, tá entendendo?, pra Deus é Jesus. Eu não vou colocar nenhum santo como mediador”.

Logo depois da fala do entrevistado anterior, o (Organizador 2) corrobora com as suas afirmações:

(Organizador 2): é uma ligação direta.

No trecho seguinte da entrevista o (Organizador 1) tenta relativizar a questão da convivência com os Católicos, porém, deixando claras as suas verdades:

(Organizador 1): Mas isso não vai impedir que eu tenha amizade com um católico. Eu vou mostrar pra ele, olha, tu crê na Bíblia? tu acha que é verdade tudo isso aqui? Veja que você não está fazendo uma coisa que não está condizendo com a Bíblia.

Nesse momento o pesquisador traz novamente a questão da aceitação do uso de imagens por parte dos Católicos.

Em outra parte da entrevista, o (Pesquisador) levanta novamente a questão da não aceitação do uso de imagens.

(Pesquisador): Vocês falaram aqui que não aceitam imagens.

Por sua vez, o (Organizador 2) utiliza a Bíblia também como explicação do fato da não aceitação.

(Organizador 2): **“Não é que a gente não aceite, é porque a Bíblia diz que isso é abominação”**.

O pesquisador, dando prosseguimento às perguntas, traz à tona a questão do episódio onde um Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus usava de mãos e pés contra uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, citado por (GIUMBELLI, 2002, p. 169), para tratar da questão da intolerância.

(Pesquisador): Vocês tem conhecimento do episódio do "Chute na Santa"? Acreditam que isso foi um ato de intolerância?

Em resposta à pergunta, a (fiel), possivelmente tentando apartar o episódio de um pensamento ou posicionamento do todo da religião em questão, afirma:

(Fiel): **“Mas isso foi uma coisa individual dele. Mas isso não foi questão da intolerância de uma igreja não. Foi uma questão pessoal dele. Ele tomou a iniciativa e por ser um líder as pessoas acabam generalizando”**.

Por sua vez, e reiterando o posicionamento do outro membro do grupo, o Organizador 1 relata:

(Organizador 1): **Se ele for um líder influente ele pode até induzir as pessoas a fazerem o mesmo.**

Nesse momento da entrevista a (Fiel) se pronuncia, deixando transparecer em seu relato inicialmente uma atitude intolerante e logo em seguida, novamente recorrendo à Bíblia, relativiza:

(Fiel): **“Às vezes eu penso que se eu tivesse poder eu acho que eu destruiria essas pessoas que fazem tanto mal.** Mas Deus não é assim. Tenho um exemplo de casa, quando teve um bandido que se converteu. Disse que agora é evangélico. Saiu da prisão em Itamaracá e agora está pregando. E meu pai no carro levou esse homem para uma igreja em Moreno. Ele no carro e a gente vinha no carro tremendo com medo do homem. O apelido dele era testinha. A gente ficava tudo com medo do homem. Mas quando ele começou a falar na igreja, o testemunho dele, tudo que ele fez e que sentiu o poder de Deus para o perdão dos pecados dele, de tudo o que ele fez de mal, quando a gente voltou a gente voltou conversando com ele. Sabe, parecia que aquele ali não era o mesmo homem de antes. Deus transforma o coração da gente”.

Nesse momento a Fiel, traz a questão do livre arbítrio e usa a Bíblia para condenar a atitude do Bispo Van Helde da IURD:

(Fiel): “Ele vai de encontro à Bíblia, porque a Bíblia diz que você tem que ter o livre arbítrio. Você pode crer em Jesus e se você não crê em Jesus você pode crer em outra pessoa. É um problema seu. Você tem o livre arbítrio. **A Bíblia diz o que se deve seguir. O próprio Jesus diz o que se deve seguir, que Ele é o caminho.** Se a pessoa vai por outro caminho é um problema da pessoa”.

Em seguida o (Pesquisador) inicia as perguntas do (APÊNDICE B) e a primeira trata da questão da mudança de religião. Em resposta à pergunta, o (Organizador 2) informa que já foi Católico anteriormente, sendo batizado e que frequentava a missa, bem como a (Organizadora 2) e a (Fiel 2), que apenas acenou com a cabeça indicando que também foi da Religião Católica no passado. A (Fiel 1) sempre foi evangélica.

Também nas respostas dos questionários observamos a predominância da Religião Católica como religião anterior dos respondentes, onde de um total de 29,7% (43) que afirmaram já terem mudado de religião, 24,8% (36) já foram Católicos anteriormente.

A segunda pergunta questionava se os presentes achavam que a abertura da Universidade para a realização desses cultos era uma evidência de tolerância religiosa.

O (Organizador 1) concordou com a pergunta e o (Organizador 2) afirmou que isso na verdade tratava-se de uma conquista.

O (Pesquisador), por sua vez, perguntou o porquê da conquista.

O (Fiel 1) relatou que a realização de cultos foi uma conquista porque há 19 anos eles haviam começado os cultos inicialmente no estacionamento da Reitoria da Universidade e que viviam pedindo a Deus um espaço para a realização dos eventos.

(Fiel 1): **A gente estava pedindo um espaço. Que Deus mandasse um espaço pra gente”.**

O (Pesquisador) faz um relato, a partir da sua experiência quando trabalhava na Reitoria da UFPE, sobre o testemunho de um ex-Pró-Reitor quando começou a frequentar os cultos e passou a ser evangélico. Perguntou, em seguida, se o fato dele ser Pró-Reitor na época e ser evangélico, facilitou a conquista do atual espaço para a realização dos eventos.

Em resposta, o (Organizador 2) informou que os cultos já aconteciam no novo espaço bem antes desse gestor abraçar a religião, que na verdade foi um funcionário da época que pediu ao Reitor o espaço e conseguiu.

(Fiel 1): **“Esse funcionário falou com o Reitor e conseguiu”**.

Em seguida o (Fiel 1) concorda com a pergunta do (Pesquisador):

“Talvez o professor (citando o nome do ex-Pró-Reitor), tenha sido o instrumento para a gente conseguir o Auditório”.

Em novo questionamento, o (Pesquisador) pergunta qual a motivação do grupo em realizar os cultos. Inicialmente o (Organizador 2) informa que o objetivo era “louvar a Deus”. Porém, por sua vez, o (Organizador 1) deixa evidente o objetivo de evangelizar e conquistar adeptos:

(Organizador 2): **“Tem muitos visitantes que não são evangélicos, pra gente é o ideal. A gente tem esperança que outra pessoa entre, que não seja evangélico, para conhecer. Já participaram duas pessoas espíritas, falaram o que eu posso fazer para participar? Eu respondi: pode ficar à vontade”**.

Nesse momento, mais uma vez veio à tona na entrevista a questão da intolerância, apesar do assunto não ter sido questionado nessa parte da entrevista:

(Organizador 2): **“Eu só tive um probleminha com um antigo Diretor de Controle Acadêmico, porque ele era catimbozeiro, não sei como é que chama. Esse professor sempre me perseguiu”**.

(Pesquisador): **“Você acha que essa perseguição era um ato de intolerância?”**

A (Fiel 1) nesse momento concorda com a pergunta:

(Fiel 1): **“Ele perseguiu ela (referindo-se à organizadora 2). E teve outra pessoa também que também interferiu. Mas ele teve um problema de doença e ela (organizadora 2) foi a primeira a chegar aqui no culto e pedir uma oração por ele”**.

(Organizador 2): **“Ele não aceitava a minha religião não. É tanto que uma vez, acredito que foi uma vez que Paulo Garcia veio aqui, era a segunda vez que ele veio aqui, ele me chamou a atenção: “pra tu fazer um negócio desse, tu tens que falar com a Pró-Reitora”. Eu respondi: “querido, eu falei com o Reitor que é maior que a Pró-reitora”. E ele saiu furioso comigo. Então, existe esse tipo de coisa”**.

Em outro momento da entrevista o (Organizador 2) faz um relato que supõe-se ser uma evidência da questão da liberdade religiosa.

(Organizador 2): **“Já passou uma pessoa por aqui e falou: porque só existem esses crentes que ficam aí reunidos? Aí eu respondi: você reúne o pessoal católico e arruma um espaço. Só não pode ser no mesmo dia”**.”

O (Pesquisador) pergunta aos presentes se existe um calendário para a realização de eventos evangélicos na Universidade e os presentes informam que além dos cultos das quintas-feiras, existe o Culto de Natal. Relatam também que antigamente realizavam também os Cultos de Páscoa, mas que atualmente esse evento não era viável porque ocupava muito o tempo de trabalho deles.

No item que trata desse aspecto nas respostas aos questionários, observou-se que 30%(40) dos respondentes observam que os eventos religiosos fazem parte do Calendário Institucional da Universidade e 70% (93) acreditam que não.

O grupo informa também que foram os pioneiros na Universidade na realização dos eventos evangélicos, mas que atualmente existem outros grupos que também organizam eventos, citando o exemplo da comunidade do Centro de Informática da UFPE.

O (Pesquisador) pergunta ao grupo quem autoriza a cessão dos espaços para a realização dos cultos.

(Organizador 2): **“É o Reitor quem autoriza. O Reitor sabe. Todo Reitor que entra eu comunico e peço a autorização dele. Esse quando entrou eu marquei um dia e falei com ele, falei da existência, à Pró-Reitora também”**.”

(Pesquisador): **O Reitor anterior participava?**

(Organizadora 2): **“Muito, muito, muito. Católico que participava”**.

(Organizador 1): **“E é Católico viu?”**

O (Organizador 2), nesse momento da entrevista, faz um relato que evidencia a tolerância a esses eventos e a participação ativa de autoridades da Universidade nas manifestações religiosas que acontecem na instituição, o que também é observado no item 3.3.3 das respostas aos questionários, onde se observa que 34,5% (50) dos respondentes afirma que participam dos eventos religiosos na UFPE:

(Organizador 2): **“Chorou um dia, amou muito porque veio um integrante chamado Alexandre Ximenes, da Episcopal. Ele amou. Quando a Pró-Reitora veio aqui eu falei: professora, você estava em Brasília, você perdeu! (risos). Outro Pró-reitor também participa. Ele é da Presbiteriana”**.”

O (Pesquisador) pergunta se o grupo tem interesse em promover debates com integrantes de outras religiões. Nesse momento percebe-se que o (Organizador 1)

confunde debate com contenda ou provocação, afirmação que permeia a questão da liberdade religiosa e da intolerância:

(Organizador 1): **“Não. Não há interesse. Essa questão da gente marcar um debate é uma provocação. A gente foi ensinado lá na igreja a falar sobre a sua religião, se alguém chegar e lhe atacar. Mas eu jamais vou chegar numa reunião dizendo: olha, a gente vai debater hoje minha denominação, a denominação dela, porque existem várias denominações. É um Deus só. Mas tem coisas que a denominação dela permite e a minha não permite. A gente sabe e respeita. A gente não vai escandalizar. Por eu saber que a dela não permite aquilo eu chegar e provocar. Porque a Bíblia mesmo ensina que a gente não pode viver de contendas”**.

(Pesquisador): Quando você fala em contenda você quer dizer: nós não podemos ser intolerantes?

(Organizador 1): **“Não, não é bem isso. A contenda que a Bíblia relata são brigas, fofocas, ataques. Você tem que segurar seu pavio. Você não pode ser pavio curto. Um crente de pavio curto, alguma coisa tem. Às vezes a gente tem que engolir um elefante, mas tem que aguentar. Tem que segurar”**.

Nesse ponto da entrevista o (Pesquisador) questiona se a abertura do espaço da Universidade para os cultos atenta quanto a questão da obrigatoriedade da organização pública ter uma postura neutra no campo religioso e obtém o seguinte relato:

(Organizador 2): **“Quando eu trabalhava no Gabinete, tinha um crucifixo. As pessoas perguntaram, organizador 2, você se incomoda? Eu respondi: não, deixa ele lá menina. Mas eles tiraram”**.

[...]

“Acho que tiraram porque saiu alguma coisa dizendo que em repartições públicas não pode ter nada referente a religião”.

Nas respostas dos questionários, item 3.4.4, observou-se que 53% (77) entendem que as manifestações religiosas na Universidade não ferem o princípio de Estado Laico e 42% (60) entendem que esses eventos ferem esse princípio.

No relato seguinte, os integrantes do grupos falam das dificuldades para conseguir as coisas e o (Pesquisador) pergunta se essas dificuldades teriam alguma motivação religiosa. O (Organizador 2) responde deixando transparecer possíveis ações de intolerância:

(Organizador 2): **“Perseguição mesmo”**.

3.5.2 ENTREVISTA COM ORGANIZADOR DE REUNIÕES ESPÍRITAS

A segunda entrevista foi realizada às 11:30 hs do dia 10 de junho de 2014, na sala de um dos departamentos de uma Pró-Reitoria, no prédio da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco. Para preservar a identidade do entrevistado, passaremos a chamá-lo de Organizador.

O representante do grupo espírita se mostrou bastante solícito e tranquilo durante toda entrevista.

O (Pesquisador) iniciou a entrevista explicando os objetivos e perguntou a religião do (Organizador).

(Organizador): **“Espírita Kardecista”**

Em seguida, o (Pesquisador) perguntou ao (Organizador) se o mesmo já havia pertencido a outra denominação religiosa.

(Organizador): **“Católica. Minha formação inicial foi católica. Ia à missa, fazia parte de grupo de jovens, fiz Primeira Comunhão. Eu não me crismei, mas casei na Igreja Católica e sou batizado na Igreja Católica. Mas na adolescência comecei a ler livros espíritas, me interessei pela doutrina, até hoje. A Igreja Católica é mais flexível em relação a isso”.**

O (Pesquisador) agora pergunta ao (Organizador) se já participou de eventos de denominações diferentes da sua na Universidade.

(Organizador): **“Não, nunca participei de nenhum evento religioso aqui. Já participei em outro órgão público. Missa de Páscoa, missa de final de ano. Até porque pela minha função, eu tinha que receber as pessoas. Participei de mais de um evento”.**

O (Pesquisador) em seguida pergunta se o (Organizador) percebe as manifestações das outras religiões como integrantes do calendário institucional da UFPE.

(Organizador): **“Só a de Páscoa”.**

(Pesquisador): Você organiza eventos aqui na Reitoria?

(Organizador): **“Eu sou espírita e existem outros simpatizantes aqui. Eu sou o único que frequenta centro. Eu faço em casa toda terça-feira o evangelho no lar, isso dá uma harmonizada na casa.**

Aí eu comentando com o pessoal, vamos fazer aqui, porque a gente já harmoniza o ambiente de trabalho. É um momento de oração, é um momento de estudo e a gente já tem percebido que nós já temos melhorado muito depois do evangelho. Porque é um estudo. É um estudo bíblico decodificado através de Allan Kardec”.

O (Pesquisador) aproveita para perguntar se já ocorreu algum ato de intolerância religiosa com o grupo espírita.

(Organizador): **“Em outra sala do setor existe um pessoal que é evangélico. A gente percebe assim, não chega a ser um ato de intolerância, mas percebemos uma certa resistência. Porque a religião evangélica ainda é um pouco fechada em relação à questão da espiritualidade. Já a Católica é mais flexível. A colega católica que você entrevistou, por exemplo, já participou uma vez com a gente, quando termina leva água fluidificada pra ela.**

Por sua vez, o (Pesquisador) pergunta qual o objetivo do grupo em realizar as reuniões espíritas na Universidade. Em resposta, o (Organizador) explica:

“Melhorarmos como pessoa mesmo. Porque eu acho que a questão do estudo evangélico é pra você se conhecer, pessoas que tem dificuldades tentar superar isso e compreender o irmão que trabalha com você no dia a dia. Então você compartilha a vivência, a vida em si. O objetivo maior é melhorar e evoluir espiritualmente”.

(Organizador)

O (Pesquisador) em seguida pergunta se o (Organizador) já participou ou presenciou iniciativas de se promover um debate entre as religiões na Universidade. Como resposta o (Organizador) afirmou que não tinha conhecimento e deixou transparecer possivelmente questões de intolerância entre os integrantes de outras religiões.

(Organizador): **“Não, não tenho conhecimento. Os evangélicos se reúnem, mas nunca nos procuraram para um debate. Como eu falei, o evangélico é mais resistente. O espiritismo é totalmente flexível. A gente sabe que a caridade é o principal fator para se evoluir, para melhorar como pessoa. Não a questão da religião em si. Você pode não frequentar religião nenhuma e ser uma pessoa iluminada. Você pode andar com a Bíblia em baixo do braço e não fazer nenhum ato de caridade.**

[...]

Mas como as outras religiões são mais fechadas para o espiritismo, agora que o espiritismo está tendo mais essa liberdade de expressão, **aí a gente evita até esse tipo de conflito. Que o objetivo nosso é a paz, é a harmonia. Se nós pudéssemos debater com outras religiões, tirar dúvidas seria excelente, mas não acontece. A gente sabe que na prática as coisas são diferentes”.**

O (Pesquisador) pergunta agora se o (Organizador) entende que a abertura que a Universidade dá para que existam manifestações religiosas no ambiente da instituição, é um ato de tolerância religiosa.

(Organizador): **“Eu acredito que sim. Acredito que a proposta é tentar fazer com que um compreenda o outro. Todos consigam conviver no mesmo espaço em harmonia”.**

3.5.3 ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DA COMUNIDADE CATÓLICA DA UFPE

A terceira entrevista foi realizada às 14:30 horas do dia 02 de junho de 2014, no Auditório João Alfredo, localizado no segundo andar do prédio da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco. Para preservar a identidade da entrevistada passaremos a chamá-la de (Organizadora).

A representante do grupo Católico se mostrou bastante tranquila e entusiasmada durante todo o transcorrer da entrevista.

Como no início de todas as entrevistas, o (Pesquisador) informou o objetivo do trabalho e perguntou a (Organizadora) a sua religião.

(Organizadora): **Sou Católica de tradição, de geração e de convicção.** Sempre fui Católica. De geração. Passei por todas as etapas que precisa a religião, batizado, crisma, primeira comunhão, tudo.

Perguntada se a abertura da UFPE para eventos religiosos era uma evidência de tolerância religiosa, o (Organizadora) responde:

(Organizadora): **Com certeza. Na realidade eu tenho muito orgulho de dizer que quem iniciou a prática religiosa dentro da Universidade Federal de Pernambuco fui eu.** Então eu acho que isso é uma missão de quem é Católico. **Como somos apóstolos de certa forma. Então, eu iniciei as missas. Que na realidade foi em 1981, no Centro de Tecnologia e Geociências,** durante a gestão de um diretor da época. Ele estava no período de sair e ia ter a Páscoa. E eu me comprometi a fazer essa celebração. Eu convidei um pastor e um padre.

[...]

No outro ano houve a Páscoa e outros centros começaram a fazer. Bibliotecas, centros e hoje nós temos missas sempre aqui. A universidade hoje tem vários grupos. Alguns centros tem. A Biblioteca às vezes faz missa. Aqui na Reitoria às vezes a missa é realizada no Auditório, às vezes é aí no Hall. Dom Fernando Saburido já veio celebrar uma missa de Natal aqui. Então eu tenho muito orgulho de ter iniciado na Universidade, que era um desafio.

Em seguida o (Pesquisador) pergunta se era um desafio ou existia alguma resistência a esses eventos. Nesse momento a (Organizadora) evidencia o conhecimento da laicidade da Universidade.

(Organizadora): **Não. Resistência não, mas como a Universidade é laica e independente de ser laica existe o estudo da ciência, que é a descoberta,**

a pesquisa, então, pra gente entrar com a religião dentro de um ambiente de pesquisa, de um universo de pesquisadores, não é tão fácil. Como aqui tem pesquisadores católicos, tem uma comunidade católica que nunca tinha se manifestado antes, eu acho que não houve nenhum interesse de ninguém iniciar e assumir. Acredito que a dificuldade maior seria assumir. E eu até hoje continuo comprometida e toda missa que precisa me chamam para organizar.

O (Pesquisador) continua perguntado se existe um calendário institucional para a realização desses eventos e, por sua vez, a (Organizadora) confirma esse calendário e informa de outros eventos que também acontecem no Campus e de outros grupos Católicos que atuam na Instituição.

(Organizadora): **É, existe.**

(Pesquisador): **As missas de Natal e de Páscoa estão nesse calendário?**

(Organizadora): **É. Porém existem alguns grupos que fazem reuniões, estudos bíblicos, no CFCH e em outros locais.** Oficialmente tem um no CTG, que é o que eu mais tenho contato e convivo, mas tem outros grupos. As missas aqui da Reitoria somos nós que organizamos. O grupo do CTG também participa.

Nesse momento da entrevista a (Organizadora) informa que o pertencimento à Religião Católica é uma questão de status e de diferenciação em relação às demais, reflexão supostamente atrelada a uma presença marcante e hegemônica da dessa religião na história social e política brasileira.

(Organizadora): Somos Católicos praticantes, mas eu não conheço toda a comunidade. **Como o catolicismo era visto como uma religião de status de certa forma, a tradicional, então todo mundo é Católico!** Mas como todo mundo sabe que eu sou muito Católica - as minhas amigas - **aí um dia eu fui falar com uma amiga, aí ela disse eu não posso falar com você agora porque vou para uma reunião espírita, e voltou e disse, mas olhe, eu sou Católica viu? Eu disse: com certeza!**

Nesse momento o (Pesquisador) faz a seguinte pergunta à (organizadora):

(Pesquisador): Você consegue explicar o porquê dessa aparente flexibilidade do Católico em relação a outras religiões, se é que acredita nisso, já que você deu muita ênfase ao fato de ser Católica praticante, tradicional, de geração e de convicção?

(Organizadora): Eu posso responder de duas maneiras. Primeiro, porque algumas pessoas dizem que a religião Católica não é democrática, **mas ela é sim democrática, porque você entra na igreja a hora que quer, você sai a hora que quer e ninguém pergunta aonde você vai, porque você vai, porque você não vai. Então nesse sentido eu acho que ela é muito democrática. É um espaço que você vai e volta sem ter interferência de ninguém.** Eu não pergunto a você: você veio domingo à missa? **A igreja, o**

espaço, é muito democrático. Você assiste aonde quer e a hora que quer. E ninguém interrompe nem ninguém interfere.

Em seguida a (Organizadora) faz um relato afirmando que encontra na sua religião o suporte para todos os seus problemas.

(Organizadora): **Na realidade a religião Católica me preenche de A a Z. Tudo o que eu busquei eu encontrei. Tudo o que eu busco eu encontro. Então eu não tenho necessidade de buscar nada em outro lugar.**

[...]

Eu perdi oito pessoas da família em dois anos e não tenho nenhum trauma. Todos morreram, meu filho, minha mãe, meu avô, minha avó, dois cunhados e dois tios em dois anos. E Deus, com o suporte da fé que eu tenho, ele me deu a resignação de aceitar tudo e ser feliz. Então por conta disso eu me sinto completa.

Em relação ao propósito da (Organizadora) e do grupo em realizar os eventos na Universidade, percebemos, como no caso dos evangélicos, o objetivo de evangelizar e conquistar novos adeptos para a religião.

(Organizadora): O grupo às vezes conversa sobre a necessidade de evangelizar mais aqui. Porque eu acho que a religião norteia as pessoas. E a Universidade, eu acredito que a juventude hoje ela está sem muita religiosidade, muita espiritualidade. As pessoas estão deixando de lado a espiritualidade. E eles estão em algum momento sem rumo, sem norte. E se a gente começar a evangelizar a gente pode plantar uma semente e colher alguma coisa.

(Pesquisador): Vocês se sentem responsáveis por isso, por tentar através da religião levar algum conforto, trazer esse norte que você fala? O grupo discute isso?

(Organizadora): **É, mas nós ainda não praticamos.** Eu tenho um amigo iraniano que é da religião bahá'í. Você já ouviu falar? É muito bonita, ele escreve muita coisa bonita. E eles dizem o seguinte: vocês Católicos esperam fazer grande, nós iranianos começamos por um. **Então é isso que a gente precisa fazer, começar por um.**

[...]

A gente sempre conversa, vamos fazer, vamos fazer. Na realidade nós estamos muito aquém aqui dentro. Nós não praticamos nada, de certa forma. Nós estamos com débito, temos um débito grande nesse sentido. Nós não queremos que ninguém seja Católico. Nós só queremos levar até a pessoa, Deus.

Nessa parte da entrevista o (Pesquisador) trata da questão da laicidade do Estado Brasileiro, e a (Organizadora), além de deixar claro o seu entendimento

desse preceito constitucional, afirma que a Universidade, sendo pública, tem que aceitar e acatar as manifestações religiosas.

(Organizadora): Olha, é tão difícil e tão fácil, não é, a gente responder? Porquê, se você tem um espaço na Universidade e a Universidade é um espaço público. Partindo do princípio de que ela é um espaço público, ela tem que se propor a aceitar e acatar essas manifestações. Então, mesmo ela sendo laica, mas por um outro lado, quando é pública e na nossa Constituição diz, não sei de cor, mas na Constituição você não pode ter nenhum preconceito de raça nem de religião. Então, com base na Constituição, eu acredito que a Universidade ela pode estar, como pública, ela pode também propor esses espaços e esses momentos.

Por sua vez, o (Pesquisador) pergunta se a (Organizadora) já havia presenciado algum ato de intolerância religiosa na Universidade.

(Organizadora): Não. Uma coisa que eu acho que acontece, e aqui já aconteceu no auditório um evento que era afro e começaram a tocar e algumas pessoas vieram dizer que tinha barulho. Que estava incomodando o barulho. Porque, qual é a diferença? A diferença é de como acontece. Se nós celebrarmos aqui uma missa cabocla vai incomodar todo mundo. Porque a missa cabocla ela tem um perfil afro. É linda e tem os toques afro. É lindíssima, muito bonita, muito emocionante. Então, se nós celebrarmos aqui uma missa cabocla, Católica, que ela é Católica, todo mundo vai dizer que está incomodado, porque tem barulho.

(Pesquisador): Não é uma intolerância religiosa? É uma intolerância em relação a um distúrbio?

A resposta da (Organizadora) é conflituosa e tem aparente intuito de confundir intolerância religiosa com intolerância a distúrbios sonoros. Fala também, por sua vez, de preconceito racial, o que torna supostamente evidente a ligação da questão das religiões afro com a questão da intolerância.

(Organizadora): É, porque quando nós celebramos missa aí em baixo que tem guitarra, tem tudo, **nunca houve ninguém que reclamasse. Eu não sei se houver um culto afro, com o mesmo barulho, vão chegar e dizer, porque ainda existe muito preconceito.** As pessoas não assumiram ainda a sua brasilidade, a sua religiosidade e seus cultos. **Então, como a religião afro, ainda existe, o Brasil é um país de muito preconceito, então, acredito que por conta disso.**

[...]

Se alguém me chamar de negra é uma ofensa. Por quê, se eu sou? Não é verdade? Então, ninguém fica ofendido por ser chamado de moreno. E isso seria a maior ofensa, porque se eu disser você é moreno você não é ninguém. Porque eu acho que ofensa é dizer você é moreno.

Eu evangelizava crianças e foi muito interessante. Um dia que chegou uma menina índia e eu disse, olhe você é índia? Qual é o seu nome? Aí eu comecei a falar para as crianças o que eu era. Eu tenho o olho claro, país de minha descendência, eu tenho o cabelo aramado e é africano e meu bisavô por parte de pai era negro, eu tenho o rosto dessa maneira, por conta mais ou menos do índio, eu tenho pé grande por conta do africano, enfim, e **aí um menino chega de lá e diz, tia, tu é vira-lata, não é? Bem natural.**

Então, nós somos miscigenados, temos uma miscigenação muito grande. Então, quando uma pessoa chama o outro de negro ofende, mas quando chama de moreno não ofende.

Na Constituição deveria ter, você no dia que chamar alguém de moreno vai ser preso. Porque moreno não existe. Existe branco, amarelo, preto e vermelho. Porque não iria ter preconceito, porque a partir do momento que você tira o moreno da jogada, aí não vai ter preconceito.

No final da entrevista a (Organizadora) reafirma o seu orgulho em ser a precursora dos eventos religiosos na Universidade e o propósito do grupo de evangelizar.

(Organizadora): **É muito bom pra mim, porque hoje a Universidade está recebendo com muito carinho todas as religiões e vamos ver se fazemos um trabalho de evangelização bom.**

(Pesquisador): Qual foi então a sua grande conquista, desde 1981 até agora, que você se sente agraciada?

(Organizadora): **Eu tenho orgulho de alguém ter dito a você que viesse falar comigo, porque eu sou Católica. E sempre fui praticante. É esse orgulho.**

A UFPE por trata-se de uma instituição pública e assim sendo, sujeita ao princípio constitucional de Estado Laico. Porém, esse fato não vem sendo observado, nem pelos atores responsáveis pela organização de eventos religiosos, nem pela comunidade administrativa e acadêmica.

Apesar de em alguns momentos das entrevistas perceber-se que os membros dos grupos religiosos entendem as possíveis implicações que as transgressões da norma constitucional possa acarretar, esse fato é ignorado, possivelmente porque está ancorado na tolerância e permissividade de gestores da Universidade.

Percebe-se, também, a clara evidência de atos de intolerância religiosa a partir dessas manifestações do sagrado no espaço público e a disputa por espaços num ambiente constitucionalmente laico, porém também ignorado pelas comunidades e autoridades ou, no mínimo, disfarçado nos seus discursos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÃO

O que se busca numa pesquisa científica é comprovar o questionamento que se faz inicialmente e entender o que está por trás da simples observação ou suposição. Para isso, utiliza-se de meios científicos diversos que consigam atestar ou não o fato.

Porém, comprová-los cientificamente, através do estudo do processo de secularização do Estado Brasileiro, das disputas e estratégias religiosas que permearam a elaboração das normas constitucionais, confrontando com as manifestações do sagrado no ambiente de uma instituição pública de ensino, exigiu uma maior compreensão do fenômeno, sendo indispensável o entendimento do conceito do *habitus* bourdieusiano, no que tange à sua concepção da sociedade e do agente social individual (BONNEWITZ;BOURDIEU).

Nesse sentido, este estudo objetivou investigar as materializações do sagrado que ocorrem na UFPE e como estas modelam o ambiente de trabalho, permitindo a existência ou não de liberdade de crença entre os servidores da Universidade.

Para tanto, foram basilares os construtos teóricos de Giumbelli (2008); Berger (2012); Habermas (2007); Bourdieu (1982); Bonavides (2000); Pereira (1982).

Antes do início da coleta dos dados, observou-se a presença de símbolos e manifestações religiosas no ambiente da Universidade, afinal, os vinte anos de experiência como servidor público do pesquisador permitiu olhar empírico desses eventos.

Partiu-se, então, da análise das constituições do País que trazem em sua construção os componentes que alicerçam e fundamentam as normas de uma sociedade e que regulamentam e determinam o agir humano. Analisou-se, também, o fato social, influenciado pelo processo de construção da cultura do povo brasileiro; e finalmente, na interseção dos dois, o componente mais complexo, a valoração social, produto do *habitus* (REALE;BOURDIEU).

Entender o relacionamento dialético entre esses três componentes foi fundamental para a construção desse estudo e, através do processo, tentar traduzir as razões e motivos que fazem com que gestores públicos tolerem e até mesmo

participem ativamente de eventos religiosos que acontecem no âmbito de uma empresa pública constitucionalmente laica.

Por outro lado, buscou-se entender as motivações de grupos religiosos que se utilizam desse mesmo espaço para professarem sua fé.

Pode-se perceber com o estudo que muitas vezes as pessoas buscam a paz e harmonia com o mundo e seus pares, e na busca dessa harmonia podem encontrar justamente o contrário.

Entender tolerâncias e intolerâncias representou um mergulho nas crenças e sentimentos, fé, amor, desamor, esperança, desesperança, dor, sofrimento, medos e confortos.

Porém, também encontrou-se intencionalidades por trás do discurso de grupos e pessoas em difundir suas verdades para outros indivíduos, que também desfrutam de direitos, garantias e liberdades, amparados por preceitos da Lei máxima do País.

Essas intencionalidades ficam claras nas entrevistas realizadas com os organizadores de eventos da Universidade, onde pode-se observar a intenção de se atrair e converter mais fiéis para aquela denominação religiosa.

A construção da nossa cultura foi marcada, também, por intencionalidades religiosas e políticas que em alguns casos beiraram a perversidade. Em nome de Deus homens subjugaram outros homens; maquinaram os mais perversos planos para se manter como hegemônicos na política e no monopólio do capital simbólico no imaginário social (BERGER;GIUMBELLI).

O olhar cúmplice de agentes públicos, tolerante ou passivo, vai na contramão da garantia da liberdade religiosa e dos direitos de cada um de crer ou não crer no divino ou sobrenatural.

Por serem detentores de prerrogativas dos cargos que ocupam, deveriam observar o preceito constitucional que aparta a religião do Estado, preservando a liberdade religiosa dos crentes de qualquer denominação e dos que não acreditam no sagrado.

Comprovou-se na pesquisa que existem manifestações religiosas ocorrendo no interior da Universidade Federal de Pernambuco há mais de 20 anos, sob o olhar tolerante e a simpatia de gestores, incluindo Reitores, Pró-Reitores e outros

servidores detentores de cargos de chefia da instituição, haja vista os resultados colhidos nos questionários.

O estudo comprovou que os preceitos da Constituição de 1988, não vem sendo observados na Universidade Federal de Pernambuco, no que tange ao art. 19 que reza claramente em seu texto que "é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los ou embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de aliança ou dependência".

Observou-se, também, que alguns gestores e organizadores de eventos religiosos na UFPE confundem o conceito de laicidade com a ideia de estado ateu. Na verdade, laicidade significa uma atitude de neutralidade do estado em relação a religiões. Nesse sentido, o estado nem pode incentivar práticas religiosas, nem tampouco ter algum tipo de atitude hostil em relação a religiões.

Ou seja, tanto o estado não pode interferir numa prática religiosa quanto não deve permitir que práticas religiosas interfiram no espaço público.

Espaço público significa espaço de todos. A garantia desse "todos" está ancorada, como pode-se perceber nesta pesquisa, em preceitos constitucionais. O estudo comprovou que esses preceitos não vem sendo observados, ferem a liberdade religiosa e o direito dos que creem e dos que não creem. Conseqüentemente, promovem, ainda que timidamente, atos de intolerância na Universidade, que podem vir a se transformar em ações de maiores proporções.

Apesar de muitas vezes os indivíduos que professam sua fé estarem ancorados em imposições do *habitus*, ou motivados pelo sentimento de "fazer o bem", observa-se que tais manifestações vão de encontro à norma num espaço público, ou seja, caminha-se na direção contrária do direito da maioria, pois as Constituições devem refletir o sentimento e vontade da coletividade.

Mas como ir de encontro ao desejo e valores intrínsecos dos que professam sua fé? Como contrariar o que muitas vezes está no inconsciente de quem acredita que tudo, sucessos, insucessos, bonanças ou crises vem de Deus? Que as leis divinas estão acima das leis dos homens?

Como entender que professar sua fé num espaço público vai de encontro à norma se durante anos autoridades públicas toleraram e permitiram os cultos e missas num ambiente laico?

Tirar um símbolo de um ambiente de trabalho, tolher a necessidade humana de acreditar em algo que está acima da sua compreensão e que muitas vezes explica o que nada terreno traz como solução, não é uma coisa simples.

O religioso está muito mais que enraizado na nossa cultura. Feriados santos, Cristo Redentor, fogueiras em dias de São João, procissões, orações e preces para afastar o mal, culto aos Orixás, estão intrincados na vida, e porque não dizer na alma do brasileiro (GIUMBELLI; FERREIRA).

Por sua vez, analisando-se as três entrevistas realizadas com representantes das religiões Católica, Espírita e Evangélica, percebeu-se que os eventos religiosos que acontecem na Universidade Federal de Pernambuco, não só fazem parte do seu calendário institucional, como também já se configuram como eventos tradicionais da UFPE, comprovado nas respostas dos questionários aplicados junto aos gestores.

No caso da UFPE, não são mais “manchas” da presença das coisas de Deus no espaço público, mas uma institucionalização do sagrado, pontuado por Giumbelli (GIUMBELLI 2003).

É importante, também, se levar em consideração a parcela de servidores da Universidade que não é adepto de nenhuma religião e de outros que não acreditam em Deus. Todos também tem os seus direitos garantidos pela Constituição de 1988. O direito serve tanto para os crentes quanto para o não crentes.

Sendo assim, a observação imediata da lei, principalmente quando se trata de norma constitucional, é num primeiro olhar, a decisão mais acertada, pois segundo o conceito de laicidade, o estado deve manter-se afastado da religião e garantir, como consequência, a liberdade religiosa e o direito de todos.

No caso da Universidade Federal de Pernambuco, deve ser uma mudança na cultura da instituição, o que não é um processo simples, pois provavelmente atingirá o que há de mais profundo nos que acreditam nas coisas do sagrado, mas por outro lado, garantirá o direito de todos os servidores.

Essa mudança deve começar a partir de um novo posicionamento por parte dos gestores, que devem observar o preceito constitucional e utilizar-se do ambiente educacional, de pesquisa, propício à discussão e aprofundamento de temas os mais diversos, para a promoção de debates e ações junto a todos os atores da instituição sobre a questão da laicidade e da liberdade religiosa.

Esse é um dos objetivos da pesquisa, aprofundar o debate sobre a questão da liberdade religiosa e da laicidade que algumas vezes pode se confundir com a ideia de liberdade de consciência e de pensamento. E a academia é o lugar mais propício para que esses debates aconteçam, sem o privilégio de nenhum grupo.

Sabe-se que essa mudança de paradigma passa por questões complexas, num País recheado de marcas de presença, e num mundo onde a pluralidade das religiões é um fato incontestável, sendo certo que atos de intolerância inundam os noticiários.

Entende-se que simples mudanças de postura, estratégias ou decisões pessoais não serão suficientes a curto prazo para garantir a liberdade religiosa, num ambiente organizacional impregnado de religiosidade e evitar possíveis conflitos de caráter religioso.

Mas a tomada de consciência por parte de todos os atores da Universidade Federal de Pernambuco sobre as implicações que a não observação de princípios que foram alicerçados ao longo de séculos, muitas vezes a partir do derramamento de sangue de milhares de seres humanos, pode vir a ser o início da construção de uma nova consciência na UFPE e nas diversas organizações públicas brasileiras.

Nesse mundo religioso plural em que vivemos o Estado deve sim adotar uma postura de neutralidade, impedindo a ingerência de grupos religiosos no espaço público e, conseqüentemente, evitando que ações intolerantes de grupos ou de pessoas possam atingir o que há de mais profundo que é a liberdade de todos os indivíduos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. **Como elaborar teses e monografias**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a Realidade nacional**. Versão para eBook, disponível em: <eBooksBrasil.com, Julho, 2002.
- ANDRADE, P. de e BONAVIDES, P. **História Constitucional do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- ARAÚJO, Luiz Bernardo Leite. **Religião e Modernidade em Habermas**. Coleção Filosofia, Edições Loyola, São Paulo, 1996.
- ARISTÓTELES. **Política**. In: Os Pensadores. São Paulo : Nova Cultural, 2000.
- BARTZ, Alessandro. **A sociologia da religião de Max Weber interpretada por Pierre Bourdieu**: breves apontamentos. Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP) da Escola Superior de Teologia Vol. 14, set.-dez. de 2007. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/nepp>. Acesso em 12/03/2013.
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**, 13 ed., Saraiva, São Paulo, 1990.
- BERGER Peter Ludwig; ZIJDERVELD, Anton. **Em Favor da Dúvida**: Como ter convicções sem se tornar um fanático. Campus Editora, São Paulo, 2012.
- _____. **Um Rumor de Anjos**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1973.
- _____. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: ed. Paulinas. 1985.
- BIRMAN, P. **Conexões políticas e bricolagens religiosas**: questões sobre o pentecostalismo a partir de alguns contrapontos. In: P. SANCHIS (org.) Fiéis e cidadãos: percursos do sincretismo no Brasil, RJ: EDUERJ, 2001, pp. 82-83.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Ginafranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.
- BÖCKENFÖRD, Ernst Wolfgang. **Fé e Direito**. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-antiores/10007-fe-e-direito-segundo-ernst-wolfgang-b%C3%B6ckenf%C3%B6rde>. visto em 13/03/2014
- BONAVIDES, Paulo. **A evolução constitucional do Brasil**. Estudos Avançados 14 (40), 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n40/v14n40a16.pdf>. Acesso em: 27/04/2014.
- BOURDIEU, Pierre. 1982. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva.
- BURITY, Joanildo A.; MACHADO, Maria das Dores C. **Os Votos de Deus**. Evangélicos, política e eleições no Brasil. Recife: Editora Massagana, 2006.
- BRACHO, Carmem Vallarino. **Laicidad y Estado moderno**: definiciones y procesos. Disponível em: www.libertadeslaicas.org.mx .
- CAMPOS, Leonildo Silveira. **Protestantismo histórico e pentecostalismo no Brasil**: Aproximações e conflitos, In: GUTIERREZ, Benjamin; CAMPOS, Leonildo Silveira. Na força do Espírito: Os pentecostais na América Latina – um desafio as igrejas históricas, São Paulo: Pendão Real e AIPRAL, 1996.

_____. **Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil**: um século de conflitos, assimilação e mudanças. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião – PUC-Minas. Revista Horizonte. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n22p504/2909>. Acesso em 20/04/2014.

CARONE, E. **A Primeira República – 1889-1930**. Difel, Rio de Janeiro, 1976.

CARVALHO, José Maurício de. **A ética Culturalista de Miguel Reale**. Revista Estudos Filosóficos nº 11/2013. UFSJ - São João del-Rei-MG., Pág. 156 – 166. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

CASTRO, Celso. **O golpe de 1964 e a instauração do regime militar**. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>. Acesso em 01/06/2013.

CATÃO, Leandro Pena. **Os dois Gládios do Rei**: O sagrado e o temporal nas monarquias ocidentais entre a Idade Média e a Moderna. Revista Tempo de Conquista. Disponível em: <http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC1/LEANDROCATAO.pdf>. Acesso em 22/07/2013

CATROGA, Fernando. **Entre deuses e céares**: secularização, laicidade e religião civil. 1. ed. Coimbra, Almedina, 2006.

CIFUENTES, Rafael Liano. **Relações entre a Igreja e o Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1989.

CITINO, Adriana Gilioli. **Contribuições da Doutrina Social Católica ao Mundo do Trabalho**: Brasil 1937-1967. Tese de Doutorado, USP, 2012.

CONSTANT, Benjamin. **Princípios de Política Aplicáveis a Todos os Governos**. Editora Topbooks. Rio de Janeiro, 1997.

Constituição Política do Império do Brasil, 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 12/04/2012.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em: 12/04/2012.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12/04/2012.

CORRÊA, Dom Fernando de Aquino, arcebispo de Cuiabá. **Bispos do Brasil, Comemorações dos falecidos bispos nas solenidades exéquias celebradas no Primeiro Concílio Plenário**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939. p. 11 - citado por: ROMANO. op.cit. p.148.

CRUZ, Eduardo R. **A propósito de um texto de Habermas**: a herança brasileira de um dilema da civilização ocidental. Estudos Avançados 18 (52), 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a21v1852.pdf>> Acesso em 13/03/2014.

- CZERNA, Renato Cirell. **O Pensamento Filosófico e Jurídico de Miguel Reale**. Saraiva, São Paulo, 1999.
- D'AMARAL, Catarina Costa d'. **A Invenção da Tolerância: Política e Guerras de Religião na França do Século XVI**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.
- DELACAMPAGNE, Christian. **A filosofia política hoje**. 1. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- ECO, Humberto; MARTINI, Carla Maria. **Em que creem os que não creem? Um diálogo sobre a ética no fim do milênio**. Record, 1ª Edição, 1999.
- Papa Leão XIII. **ENCÍCLICA RERUM NOVARUM**, 1891.
- EMMERICK, Rulian. **As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro**. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. Sexualidad, Salud e Sociedad, Revista Latinoamericana. ISSN 1984-6487 / n.5 - 2010 - pp.144-172. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/383/822>. Acesso em 12/03/2014.
- FERNANDES, Florestan. **A Constituição inacabada**, vias históricas e significados. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Nova Fronteira, 2005.
- FERREIRA, Miguel Vieira. **Liberdade de consciência: o Cristo no Júri**, Rio de Janeiro, Igreja Evangélica Brasileira, 2001
- GIUMBELLI, Emerson. **O 'chute na santa': blasfêmia e pluralismo religioso no Brasil**. In: BIRMAN, P. (org.) *Religião e espaço público*, SP: Attar, 2003
- _____. **Religião e Espaço Público no Caso do Cristo no Júri**, Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200005. Acesso em 08/04/2014.
- _____. **A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil**. Relig. soc. vol.28 no.2 Rio de Janeiro 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872008000200005>>
- GRUMAN, Marcelo. **O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política**. Revista de Estudos da Religião PUC-São Paulo Nº 1 / 2005 / pp. 95-117. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv1_2005/p_gruman.pdf>
- GUALBERTO, Marcio Alexandre M. **Mapa da Intolerância Religiosa: Violação ao Direito de Culto no Brasil**. Araruama, Rio de Janeiro, maio de 2011.
- Lei Fundamental da República Federal da Alemanha**. Edição impressa. Atualização: Janeiro de 2011. Deutscher Bundestag. Tradução: AACHEN, Assis Mendonça. Revisor jurídico: BONN, Urbano Carvelli.
- HABERMAS, Jürgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da Secularização: sobre razão e religião; organização e prefácio de Florian Schuller**. Idéias e Letras Editora, São Paulo, 2007.
- _____. **Fé e Saber**. Editora UNESP, Rio de Janeiro, 2001.

JOUANNA, Arlette, et al. – **Histoire et dictionnaire des guerres de religion**. Paris: Robert Laffont, 1998.

LEFORT, Claude. **Pensando o político**. Ensaio sobre a democracia, revolução e liberdade. Trad. Eliana M. Souza. São Paulo: Editora Guerra e Paz, 1991.

LOPES, Marcos Antônio; MARTINS, Marcos Lobato. **A peste das Almas**. Histórias de Fanatismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

LOCKE, John. **Carta Acerca da Tolerância (1632-1704)**. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural, São Paulo, 1978.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Discurso Político Monárquico e a Recepção do Conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824)**. – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 48, no. 3, 2005, pp. 611 a 654.

MALATIAN, Teresa Maria. **Os Cruzados do Império**. São Paulo: contexto/ CNPq, 1990.

MARIANO, R., **Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso**. Disponível em: http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm

MARRAMAO, Giacomo. **Céu e terra: genealogia da secularização**. 1. ed. São Paulo, Unesp, 1995.

MASCARENHAS, Paulo. **Manual de Direito Constitucional**. RCN, Salvador, 2010.

MELO, João Alfredo Beltrão Vieira de. **Interpretação Constitucional e Religião: uma contribuição possível**. Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2010.

MONTERO, Paula. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil**. Etnográfica, maio de 2009, 13 (1): 7-16. Disponível em: < <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v13n1/v13n1a02.pdf> > Acesso em: 30/08/2013.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do Espírito das Leis**. Martin Claret Editora, São Paulo, 2002.

MORAIS, Márcio Eduardo Pedrosa. **Religião e Direitos Fundamentais: O Princípio da Liberdade Religiosa no Estado Constitucional Democrático Brasileiro**. Revista Brasileira de Direito Constitucional. 2012. Disponível em: < [http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-225-Artigo_Marcio_Eduardo_Pedrosa_Morais_\(Religiao_e_Direitos_Fundamentais_o_Principio_da_Liberdade_Religiosa\).pdf](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-18/RBDC-18-225-Artigo_Marcio_Eduardo_Pedrosa_Morais_(Religiao_e_Direitos_Fundamentais_o_Principio_da_Liberdade_Religiosa).pdf) > Acesso em 21/03/2013.

_____. **Cartas Persas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

NETO, Francisco da Cunha e Silva. **A Teoria Tridimensional do Direito em Miguel Reale**. Artigos Jurídicos. Disponível em: <http://www.advogado.adv.br/artigos/2005/franciscodacunhaesilvaneto/teoriatridimensional.htm>. Acesso em 12/04/2014.

O´DEA, Thomas F. **Sociologia da Religião**. São Paulo: Pioneira, 1969.

ORO, Ari Pedro et all. **Religião e Espaço Público**. São Paulo: Attar Editorial.

PEREIRA, Nilo. **Conflitos Entre a Igreja e o Estado no Brasil**. Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 1982.

PEDDE, Valdir. **CABEÇA, SIM; CALDA NÃO!**": Um estudo antropológico sobre os evangélicos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6650/000532702.pdf?sequence=1>> Acesso em: 10/11/2013.

PIÇARRA, Nuno. **A Separação dos Poderes como doutrina e Princípio Constitucional** – Um contributo para o estudo das suas origens e evolução. Coimbra Coimbra Editora, 1989.

POMPA, Cristina. **Introdução ao Dossiê Religião e Espaço Público**: repensando conceitos e contextos. Relig. soc. vol.32 no.1 Rio de Janeiro 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872012000100007>>

PRIORE, Mary Del & VENANCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. Editora Planeta, 2010.

QUEIROZ, Fernando Fonseca de. **Inconstitucionalidade da existência de símbolos religiosos em prédios públicos**. Revista Jus Navigandi, 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8519/brasil-Estado-laico-e-a-inconstitucionalidade-da-existencia-de-simbolos-religiosos-em-predios-publicos#ixzz2RrLFUf4d>>

RACHEL, Andrea Russar. **Brasil: a laicidade e a liberdade religiosa desde a Constituição da República Federativa de 1988**. Jus Navigandi, 2012. Disponível em: <<http://jus.com.br/imprimir/22219/brasil-a-laicidade-e-a-liberdade-religiosa-desde-a-constituicao-da-republica-federativa-de-1988>> Acesso em: 23/04/2013.

RANQUETAT, Cesar A. **Laicidade, Laicismo e Secularização**: Definindo e Esclarecendo Conceitos. Revista Sociais e Humanas. Centro de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 2008. Disponível em: <<http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/viewArticle/773>> Acesso em: 10/07/2013.

REALE, Miguel. **Cinco temas do culturalismo**. São Paulo: Saraiva, 2000.
_____. **Experiência e cultura**. 2. ed., Campinas: Bookseller, 2000.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado** (uma crítica ao populismo católico). São Paulo : Kairós, 1979.

TEIXEIRA, Faustino org. **Sociologia da Religião**. Vozes Editora, Rio de Janeiro, 2003.

THEIJE, Marjo de. **Tudo o que é de Deus é Bom**. Recife: Editora Massangana, 2002.

SCHÜLLER, Florian (Org.). **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. São Paulo: Idéias & Letras, 2007. 103 p.

SAITER, Jaqueline Coutinho. **Democracia e Constituição**: A evolução das dimensões da democracia nas Constituições brasileiras. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito de Vitória/ES, 2005.

SILVA, De Plácido. **Vocabulário Jurídico**. 12ª ed. v. III, Rio de Janeiro: Editora Forense, 1997

SILVA, João Carlos Jarochinski. **Análise histórica das Constituições brasileiras.** Ponto e Vírgula, Revista de Ciências Sociais, PUC-São Paulo, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/13910>.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** Malheiros, São Paulo, 2001.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Introdução a SOUZA, Braz Florentino Henriques de. **Do Poder Moderador.** Brasília: Editora do Senado Federal, 1978 pp. 5-7.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Da transcendência à disciplina: os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil (1930-1964).** Tese de Doutorado, UFRJ, 1998.

STECK, Juliana. **Jornal do Senado.** Portal de Notícias do Senado Federal. Edição de 16 de abril de 2013. Intolerância religiosa é crime de ódio e fere a dignidade. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/jornal/edicoes/2013/04/16/intolerancia-religiosa-e-crime-de-odio-e-fere-a-dignidade>. Acesso em 20/06/2014.

STRÖHER, Marga Janete; BENEDITO, Deise; BORGES, Nadine Monteiro. **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos.** Reconhecer as Diferenças, Superar a Intolerância, Promover a Diversidade. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2011. Disponível em:

<http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/diversidade/libro_diversidade.pdf> Acesso em 23/07/2013.

VAINER, Bruno Zilberman. **Breve histórico acerca das Constituições do Brasil e do controle de constitucionalidade brasileiro.** Revista Brasileira de Direito Constitucional. RBDC, 2010.

VOLTAIRE, François Marie Arquet. **Tratado sobre a tolerância.** Editora WMF Martins Fontes. São Paulo, 2002.

ZYLBERSZTAJN, Joana. O Princípio da Laicidade na Constituição Federal de 1988. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário contendo questões abertas e fechadas

Pesquisa

Prezado(a) Senhor(a)

Meu nome é Jonas Cabral de Barros Júnior; sou servidor da UFPE, lotado no Centro de Artes e Comunicação. Sou Mestrando de Gestão Pública e estou realizando uma pesquisa sobre o Processo de secularização do Estado Brasileiro e a influência de práticas religiosas no ambiente da UFPE.

Minha Orientadora é a Professora Dra. Sylvana Maria Brandão de Aguiar.

Cumpre informar da confiabilidade das respostas, restando garantido o total sigilo. As informações obtidas através da pesquisa não serão nunca individualizadas; apenas serão divulgadas e integradas ao conjunto das informações coletadas para a amostra.

Sua colaboração será de grande valia para a conclusão da pesquisa.
Obrigada por sua contribuição.

Cargo

Escolaridade

Sexo

Idade

Função

Exerce alguma função na UFPE?

- Sim
 Não

Se escolheu sim na pergunta anterior, qual a sua Função?

Qual o seu tempo de serviço na UFPE?

Qual a sua unidade de lotação?

Qual a sua religião? *

- Católica
- Evangélica
- Espírita
- Candomblé
- Outro:

Qual a sua religião atual?

Você já mudou de religião?

- Sim
- Não

Você tem conhecimento da presença de símbolos religiosos nas dependências da UFPE?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo no item anterior, responda qual a sua religião anterior?

Você tem conhecimento de eventos religiosos que acontecem na UFPE?

- Sim
- Não

Você participa desses eventos?

- Sim, como mero ouvinte
- Sim, como membro organizador do evento
- Não

Se respondeu não no item anterior, por quê você não participa?

Você já participou de manifestações religiosas de uma denominação diferente da sua no âmbito da UFPE?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo à questão anterior, você entende essa atitude como um ato de tolerância religiosa?

- Sim
- Não

Você percebe essas manifestações como parte do calendário institucional da Universidade?

- Sim
- Não

Você já presenciou algum ato de intolerância religiosa no âmbito da UFPE?

- Sim
- Não

Você entende que essas manifestações ferem o princípio de Estado Laico?

Estado laico significa um país ou nação com uma posição neutra no campo religioso. Também conhecido como Estado secular, o Estado laico tem como princípio a imparcialidade em assuntos religiosos, não apoiando ou discriminando nenhuma religião.

- Sim
- Não

Você entende que essas manifestações ferem o princípio de liberdade religiosa?

- Sim
- Não

APÊNDICE B - Entrevista com organizadores de eventos religiosos na UFPE

ENTREVISTA

1. Qual a sua religião?
2. Você já mudou de religião?
3. Em caso afirmativo, qual a sua religião anterior?
4. Você organiza eventos religiosos na UFPE?
5. Você já participou de manifestações religiosas de uma denominação religiosa diferente da sua no âmbito da UFPE?
6. Em caso afirmativo à questão anterior, você entende essa atitude como um ato de tolerância religiosa?
7. Essas manifestações fazem parte do calendário institucional da Universidade?
8. Você já presenciou algum ato de intolerância religiosa no âmbito da UFPE?
9. Você entende que essas manifestações ferem o princípio de Estado Laico?
10. Você entende que essas manifestações ferem o princípio de liberdade religiosa?
11. Você conhece alguma iniciativa de outras religiões na promoção de debates ou discussões sobre a questão da liberdade religiosa, tolerância e intolerância ou o seu grupo já promoveu algum debate ou reunião nesse sentido?
12. Na sua opinião, a abertura do espaço institucional para a realização de manifestações religiosas atenta contra a questão que o Estado brasileiro deve ter uma posição neutra no campo religioso?
13. Não concordando com a pergunta anterior, você considera que a abertura do espaço institucional é apenas uma reivindicação legítima de direitos civis?

ANEXOS

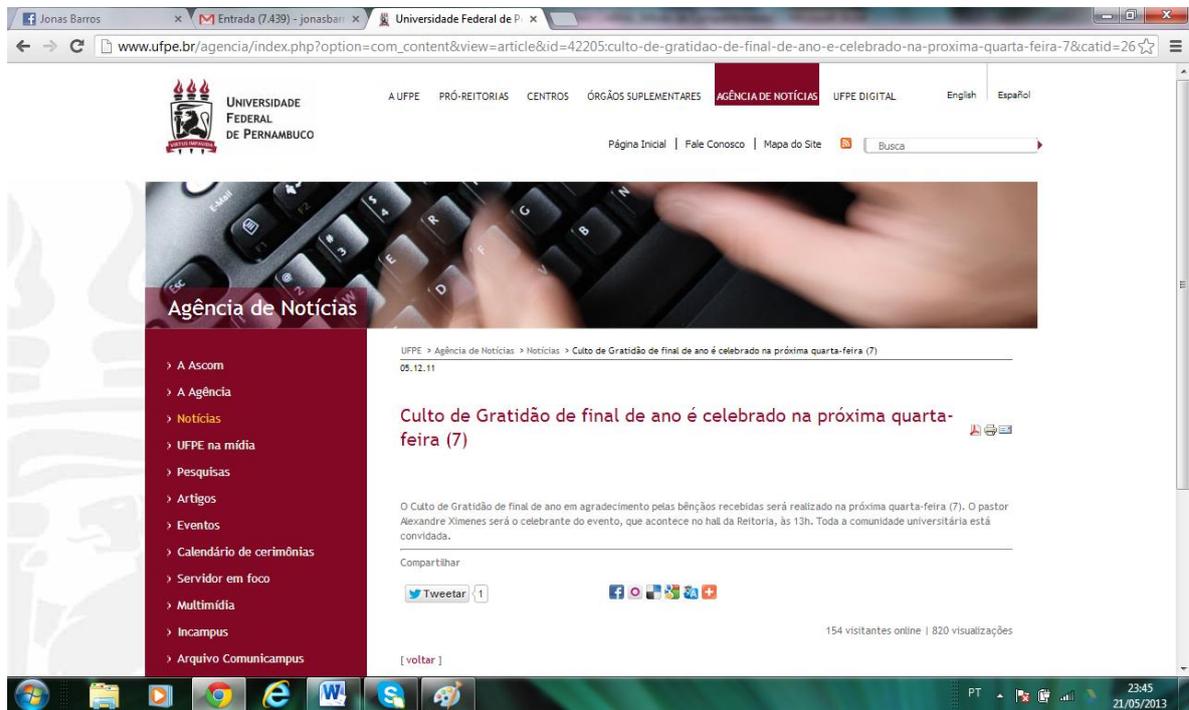
Divulgação de eventos religiosos através do portal www.ufpe.br/agencia da Assessoria de Comunicação Social do Gabinete do Reitor da Universidade Federal de Pernambuco.

ANEXO A – Divulgação de culto de gratidão da Comunidade Protestante, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 04/12/2012 no Portal da UFPE.



The screenshot shows a web browser window displaying the UFPE news portal. The URL in the address bar is www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=45207:comunidade-protestante-da-universidade-realiza-culto-de-gratidao&catid=260&Itemid=. The page features a navigation menu with links to 'A UFPE', 'PRÓ-REITORIAS', 'CENTROS', 'ÓRGÃOS SUPLEMENTARES', 'AGÊNCIA DE NOTÍCIAS', and 'UFPE DIGITAL'. The main content area displays a news article titled 'Comunidade protestante da Universidade realiza culto de gratidão' dated 04.12.12. The article text reads: 'A comunidade protestante da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) convida a todos para participar do Culto de Ação de Graças pela passagem do ano de 2012. A celebração será nesta sexta-feira (7), às 13h, no hall da Reitoria.' Below the article, there are social media sharing options for Twitter and Facebook, and a 'Compartilhar' button. The page footer indicates '154 visitantes online | 147 visualizações'.

ANEXO B – Divulgação de culto de gratidão de final de ano, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 05/12/2011 no Portal da UFPE.



ANEXO C – Divulgação de culto de gratidão pelos anos de reitorado do Professor Amaro Lins, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 26/09/2011 no Portal da UFPE.



ANEXO D – Divulgação de culto e missa em memória ao professor Elio Meneses, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 31/03/2011 no Portal da UFPE.

The screenshot shows the UFPE website's news section. The header includes the UFPE logo and navigation links. The main content area features a large image of hands typing on a keyboard. Below the image, the article title 'Culto e missa em memória ao professor Elio Meneses' is displayed in red. The article text states that on Friday (31), a service will be held in memory of Professor Elio Meneses Pacheco, 46 years old, who was the head of the Department of Electronics and Systems (DES) at UFPE. The ceremony, led by Pastor Pierre Dubose, will take place at the Pinna Presbyterian Church at 19h. Professor Meneses will also be honored on Saturday (1st) during a mass at 19h at the Instituto Nossa Senhora de Fátima, on Praça Chora Menino, Boa Vista. The page includes social media sharing options (Twitter, Facebook, etc.) and shows 163 visitors online and 534 views.

ANEXO E – Divulgação de culto em Ação de Graças, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 06/12/2010 no Portal da UFPE.

The screenshot shows the UFPE website's news section. The header includes the UFPE logo and navigation links. The main content area features a large image of hands typing on a keyboard. Below the image, the article title 'Culto em Ação de Graças acontece no próximo dia 9, às 13h, na Reitoria' is displayed in red. The article text states that the evangelical community of the UFPE Reitoria invites to a service of Thanksgiving to be held on Friday (9th) at 13h in the hall of Auditorio João Alfredo, on the Reitoria grounds. The service will be led by Pastor Alexandre Ximenes of the Episcopal Charismatic Church of Brazil. The page includes social media sharing options (Twitter, Facebook, etc.) and shows 169 visitors online and 830 views.

ANEXO F – Divulgação de culto de Natal, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 10/12/2009 no Portal da UFPE.

The screenshot shows a web browser window displaying the UFPE website. The URL is www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=35884:natal-fraterno-2009-realiza-culto-evangelico-nessa-sexta&catid=218&Itemid=72. The page features a navigation menu on the left with categories like 'A Ascom', 'A Agência', 'Notícias', and 'UFPE na mídia'. The main content area displays the article title 'Natal Fraterno 2009 realiza culto Evangélico nessa sexta' dated 10.12.09. The article text states: 'A UFPE celebra, nessa sexta-feira (11), um culto Evangélico de Natal. A celebração acontece no Auditório João Alfredo, na Reitoria, às 13h e será ministrada pelo pastor José Belarmino. A cerimônia católica acontece no próximo dia 17, com a presença do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Fernando Saburido.' Below the text are social media sharing options and a 'Mais informações' section for the 'Secretaria da Progepe' with phone number (81) 2126-8150. The page footer indicates 179 visitantes online and 338 visualizações.

ANEXO G – Divulgação de culto de Ação de Graças, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 10/12/2008 no Portal da UFPE.

The screenshot shows a web browser window displaying the UFPE website. The URL is www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=33460:a&catid=19&Itemid=72. The page features a navigation menu on the left with categories like 'A Ascom', 'A Agência', 'Notícias', and 'UFPE na mídia'. The main content area displays the article title 'Servidores promovem culto de Ação de Graças nessa sexta-feira (12)' dated 10.12.08. The article text states: 'Grupo de servidores evangélicos que trabalham na Reitoria vai promover um culto de final de ano em Ação de Graças, com o arcebispo Paulo Garcia. A cerimônia, para a qual os organizadores convidam toda a comunidade acadêmica, ocorrerá no auditório Prof. João Alfredo, na Reitoria, nessa sexta-feira (12), às 13h.' Below the text are social media sharing options and a 'Compartilhar' section. The page footer indicates 182 visitantes online and 205 visualizações.

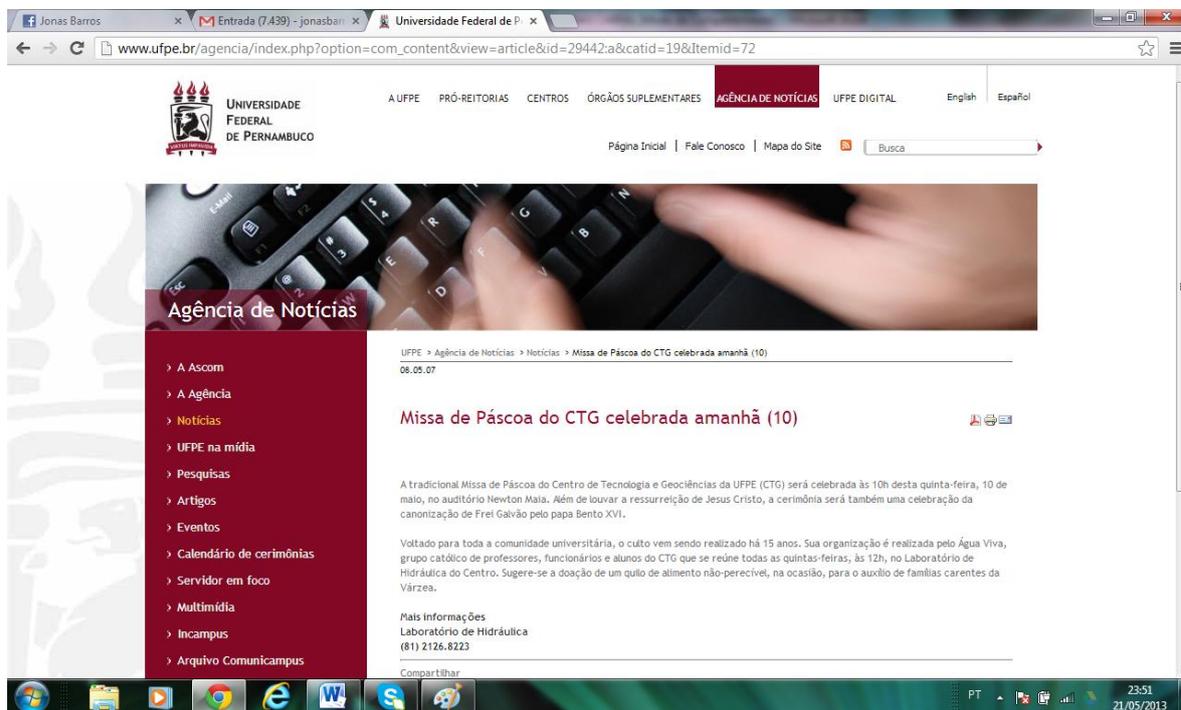
ANEXO H – Divulgação de culto da Comunidade Evangélica, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 12/12/2007 no Portal da UFPE.



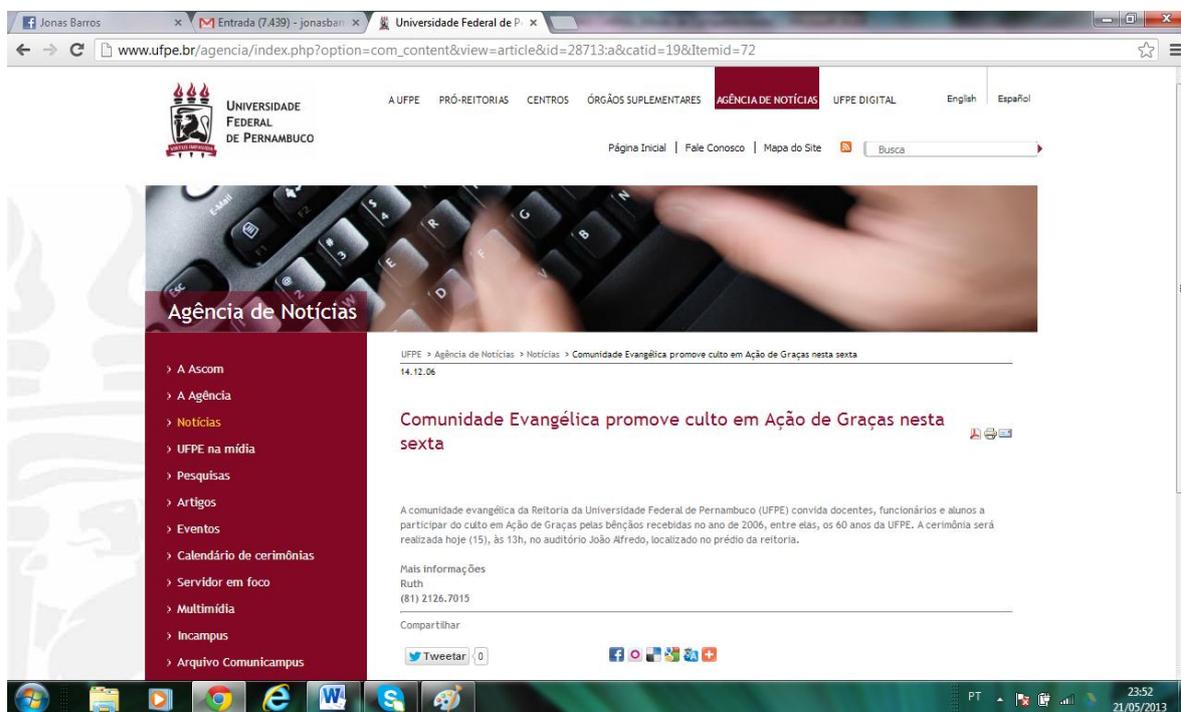
ANEXO I – Divulgação de missa e culto evangélico em ação de graças pela reeleição do Reitor e do Vice-Reitor, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 21/05/2007 no Portal da UFPE.



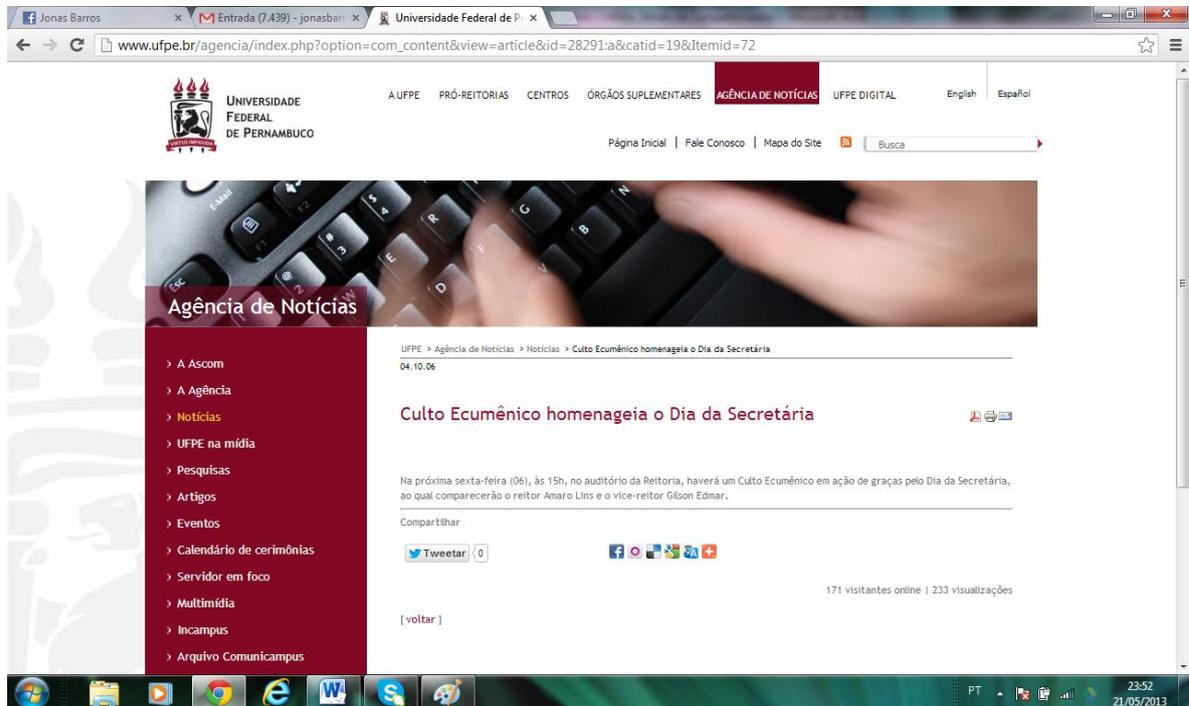
ANEXO J – Divulgação de Missa de Páscoa do CTG, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 08/05/2007 no Portal da UFPE.



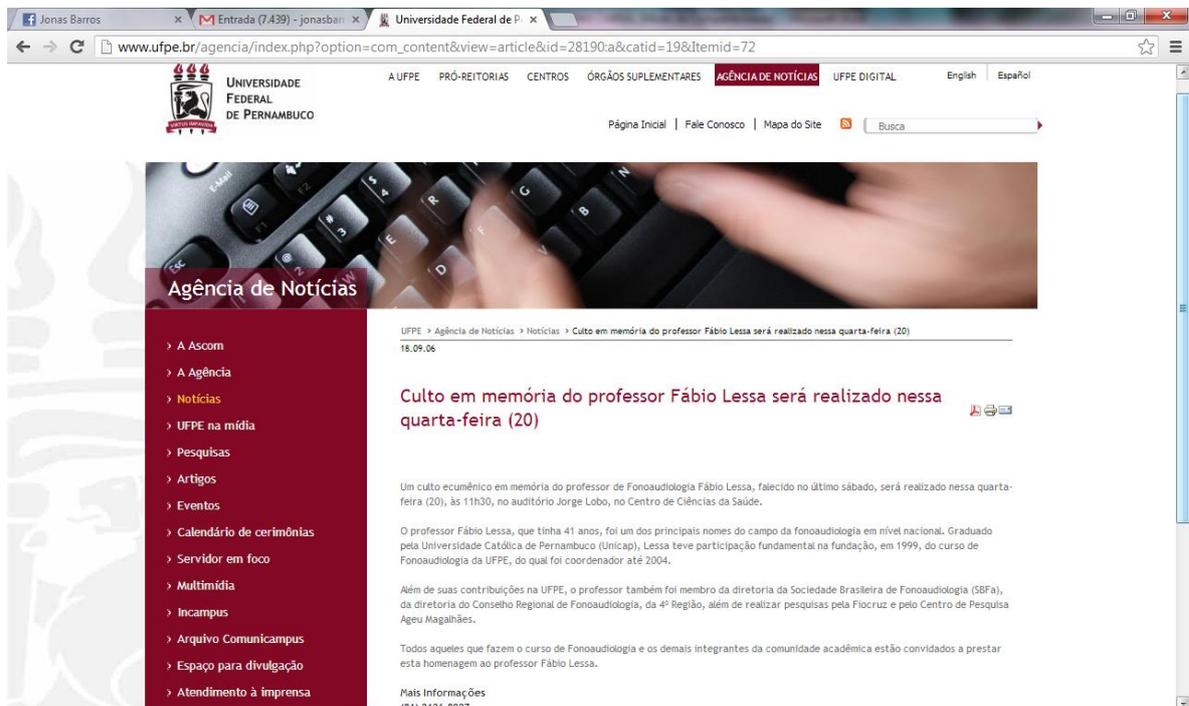
ANEXO K – Divulgação de culto de Ação de Graças da Comunidade Evangélica, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 14/12/2006 no Portal da UFPE.



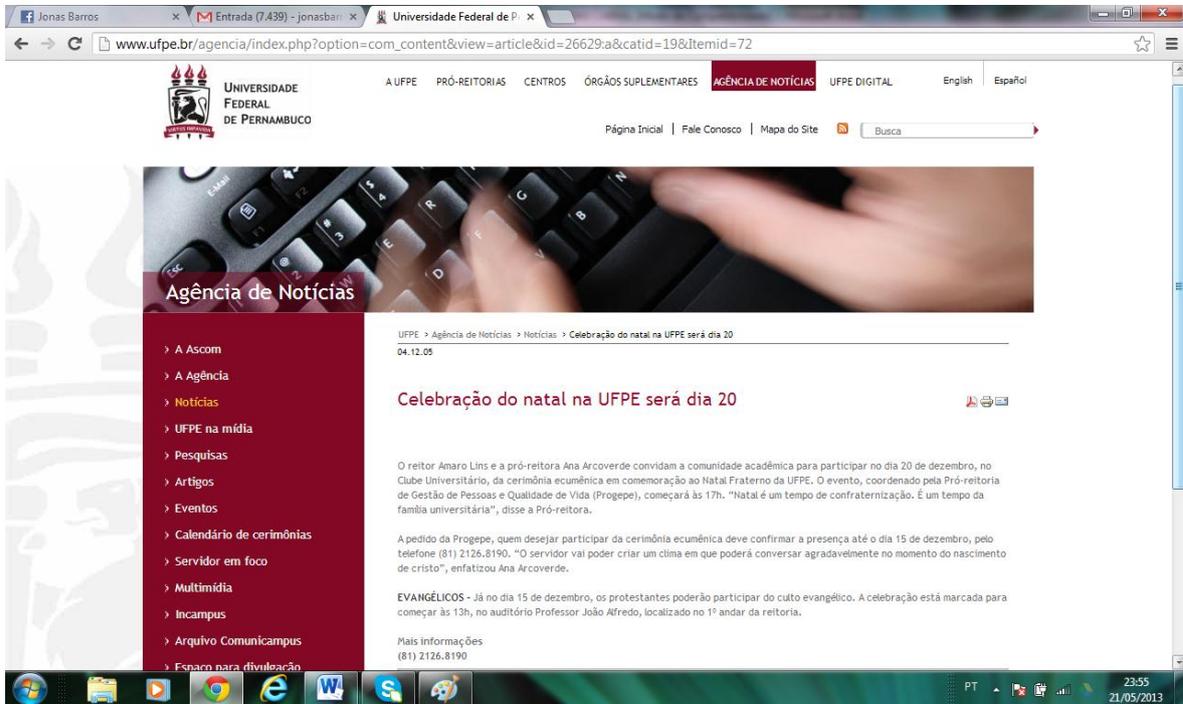
ANEXO L – Divulgação de culto ecumênico em homenagem ao Dia da Secretária, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 04/10/2006 no Portal da UFPE.



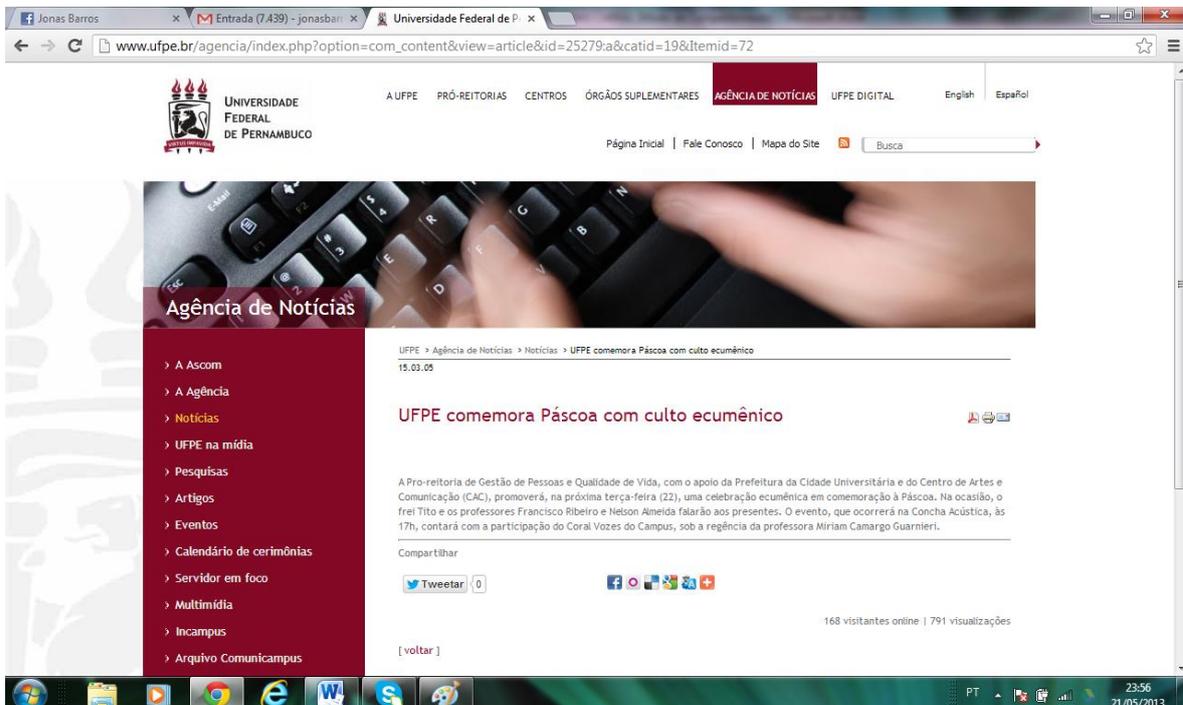
ANEXO M – Divulgação de culto em memória do professor Fábio Lessa, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 18/09/2006 no Portal da UFPE.



ANEXO N – Divulgação de culto ecumênico celebrando o Natal, no Clube Universitário e Culto Evangélico no Auditório João Alfredo na Reitoria, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 04/12/2005 no Portal da UFPE.



ANEXO O – Divulgação de culto ecumênico de Páscoa, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 15/03/2005 no Portal da UFPE.



ANEXO P – Divulgação de ato público e missa em memória do estudante Alcides, publicado pela Agência de Notícias da Assessoria de Comunicação no dia 09/02/2010 no Portal da UFPE.

The screenshot shows a web browser window displaying the UFPE website. The address bar shows the URL: www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=36234:ufpe-promove-ato-publico-e-missa-em-memoria-do-estudante-alcides-do-nascim. The page header includes the UFPE logo and navigation links: A UFPE, PRÓ-REITORIAS, CENTROS, ÓRGÃOS SUPLEMENTARES, **AGÊNCIA DE NOTÍCIAS**, UFPE DIGITAL, English, and Español. Below the header is a search bar and a navigation menu with links: Página Inicial, Fale conosco, and Mapa do Site.

The main content area features a large image of hands typing on a keyboard. Below the image is the title of the news article: **UFPE promove ato público e missa em memória do estudante Alcides**, dated 09.02.10. The article text is as follows:

Missa quinta-feira (11), a UFPE promove um ato público para homenagear o estudante do curso de Biomedicina da UFPE Alcides do Nascimento Lima, que morreu na madrugada do último sábado, após ser baleado em sua casa, na comunidade Vila Santa Lucia, no bairro da Torre, no final do Centro de Convenções da UFPE, uma missa em memória de Alcides será celebrada pelo padre Romeu, da paróquia da Torre, da qual o aluno fazia parte.

Lige após a missa, às 17h, ocorrerá o Ato pela Vida, uma caminhada organizada pela UFPE, tendo como entidades convidadas o Hemopre (onde Alcides estagiava), UFPE, UPE, Unicap, Faoepe, UHE, DCE, escolas públicas, entre outras.

A concentração da caminhada será no Centro de Convenções da UFPE, no Campus Recife. Os participantes percorrerão a Avenida dos Reitores em direção à Retórica (sem cruzar a BR-101), passando pela Biblioteca Central, Centro de Artes e Comunicação e encerrando no mesmo local de concentração.

Em abril de 2007, a aprovação de Alcides no Vestibular da UFPE, em um curso bastante concorrido, ganhou a mídia nacional. O momento de felicidade vivido por Alcides e sua mãe, Maria Lúcia, foi destacado no Programa Fantástico, da Rede Globo, que mostrou a dura realidade da família do estudante moradora de uma comunidade carente do Recife. A morte de Alcides teve repercussão nacional.

HOMENAGEM Durante a colação de grau dos cursos do Centro de Ciências Biológicas (CCB), que ocorreu na última segunda-feira (9), o reitor Amaro Lima, a diretora do CCB, Ângela Farias, estudantes e docentes do Centro homenagearam o aluno Alcides do Nascimento Lima.

O reitor e a diretora do Centro destacaram a importância de Alcides como representante dos jovens de escola pública. Os presentes, atendendo a pedido do reitor, fizeram um minuto de aplauso em homenagem ao rapaz. "Temos que ter esperança de que um dia tenhamos centenas de Alcides, e não apenas um, circulando pelas corredores de nossa Universidade", comentou a professora Ângela. Os formandos de Biomedicina usaram fitas brancas no bráço, simbolizando a paz.

Além do falecimento de Alcides, também foi lembrada pela professora Ângela Farias a morte de Ludmila Minella, ex-aluna de CCB e mestrande em Tecnologia Ambiental, decorrente de acidente de carro no Complexo de Salgadinho, em Olinda. "Hoje é a missa de 7º dia de nossa ex-aluna do curso de Ciências Biológicas Ciências Ambientais Ludmila Minella da Silva e na madrugada desse último sábado, perdemos de forma violenta e bruta o nosso aluno do curso de Biomedicina, Alcides do Nascimento Lima, com apenas 22 anos de idade", relatou ela.

The page also features a sidebar menu with the following items: A Assom, A Agência, Notícias, UFPE na mídia, Pesquisas, Artigos, Eventos, Calendário de cerimônias, Servidor em foco, Multimídia, Incampus, Arquivo Comunicampus, Espaço para divulgação, Atendimento à imprensa, Equipe, and Fale conosco.

Fotos de eventos religiosos ocorridos na Universidade Federal de Pernambuco no período 2010-2012

ANEXO Q – Missa e caminhada em homenagem ao aluno Alcides do Nascimento Lins, que morreu ao ser baleado em assalto em sua casa, na comunidade Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, realizada às 10hs do dia 11.02.2010, no hall do Centro de Convenções da UFPE, celebrada pelo padre Romeu da Fonte, Pároco da Igreja da Torre, Recife-PE.



Fotógrafo: Anderson Oliveira

Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO R – Missa em homenagem ao aluno Alcides do Nascimento Lins, que morreu ao ser baleado em assalto em sua casa, na comunidade Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, realizada às 10hs do dia 11.02.2010, no hall do Centro de Convenções da UFPE, celebrada pelo padre Romeu da Fonte, Pároco da Igreja da Torre, Recife-PE.



Fotógrafo: Anderson Oliveira
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO S – Missa em homenagem ao aluno Alcides do Nascimento Lins, que morreu ao ser baleado em assalto em sua casa, na comunidade Vila Santa Luzia, no bairro da Torre, realizada às 10hs do dia 11.02.2010, no hall do Centro de Convenções da UFPE, celebrada pelo padre Romeu da Fonte, Pároco da Igreja da Torre, Recife-PE.



Fotógrafo: Anderson Oliveira
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO T – Missa de Natal, realizada no dia 21.12.2011 no Clube Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como celebrante o professor Bartolomeu Figueirôa de Medeiros, do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO U – Missa de Natal, realizada no dia 21.12.2011 no Clube Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como celebrante o professor Bartolomeu Figueirôa de Medeiros, do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO V – Missa de Natal, realizada no dia 21.12.2011 no Clube Universitário da Universidade Federal de Pernambuco, tendo como celebrante o professor Bartolomeu Figueirôa de Medeiros, do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO X – Culto de Natal, realizado no dia 07.12.2012 no Hall da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, com a presença de autoridades e diversos servidores docentes e técnico-administrativos.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO Z - Culto de Natal, realizado no dia 07.12.2012 no Hall da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, com a presença de autoridades e diversos servidores docentes e técnico-administrativos.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO A1 – Culto de Natal, realizado no dia 07.12.2012 no Hall da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, com a presença de autoridades e diversos servidores docentes e técnico-administrativos.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO A2 – Culto de Natal, realizado no dia 07.12.2012 no Hall da Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco, com a presença de autoridades e diversos servidores docentes e técnico-administrativos.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO A3 – Missa de Natal, realizada no dia 21.12.2011 no Campus da Universidade Federal de Pernambuco, com a presença de autoridades e diversos servidores docentes e técnico-administrativos.



Fotógrafo: Passarinho
Imagem cedida pela Assessoria de Comunicação da UFPE

ANEXO A4 – Crucifixo no Plenário do Supremo Tribunal Federal do Brasil
Fonte: Revista Veja 20/10/2011.



Foto: Gervásio Baptista/SCO/STF

Entrevistas com organizadores de eventos religiosos na Universidade Federal de Pernambuco

Entrevista com representante da Comunidade Católica da UFPE

(Pesquisador): O objetivo do trabalho é estudar o processo de secularização do estado brasileiro, as influências religiosas num estado laico, a questão da tolerância e da intolerância e da liberdade religiosa.

(Pesquisador): Qual a Sua religião?

(Organizadora): **Sou Católica de tradição, de geração e de convicção**

(Pesquisador): Já teve outra religião?

(Organizadora): Não. Sempre fui Católica. De geração. Passei por todas as etapas que precisa a religião, batizado, crisma, primeira comunhão, tudo.

(Pesquisador): Você acha que a abertura que a UFPE propicia para a realização de cultos e manifestações religiosas no ambiente da instituição seria uma evidência de tolerância religiosa?

(Organizadora): **Com certeza.**

(Pesquisador): Você organiza eventos Católicos na UFPE?

(Organizadora): **Na realidade eu tenho muito orgulho de dizer que quem iniciou a prática religiosa dentro da Universidade Federal de Pernambuco fui eu. Então eu acho que isso é uma missão de quem é Católico. Como somos apóstolos de certa forma. Então, eu iniciei as missas. Que na realidade foi em 1981, no Centro de Tecnologia e Geociências, durante a gestão de um diretor da época. Ele estava no período de sair e ia ter a Páscoa. E eu me comprometi a fazer essa celebração. Eu convidei um pastor e um padre.**

(Pesquisador): Era um culto ecumênico?

(Organizadora): Era mais ou menos ecumênico. Então nós fizemos, veio um pastor e um padre e houve a celebração da Páscoa. Foi a primeira vez. **Daí houve no ano seguinte, ano de 82, eu também me comprometi a fazer a celebração da primeira Missa de Natal, no Centro de Tecnologia também. Eu trabalhava no Centro. Eu era nessa época Assistente do Diretor do Centro e fizemos a celebração da primeira Missa de Natal da Universidade.**

(Pesquisador): Já foi uma missa, então?

(Organizadora): **No outro ano houve a Páscoa e outros centros começaram a fazer. Bibliotecas, centros e hoje nós temos missas sempre aqui.**

(Pesquisador): Então de 1981 até a data atual todos os anos tem essa missa?

(Organizadora): **Todos os anos tem.**

(Pesquisador): É sempre no Natal?

(Organizadora): **Olhe, o Centro de Tecnologia mantém a Páscoa e a Missa de Natal, sempre.**

(Pesquisador): Você formou um grupo lá, como herdeiros?

(Organizadora): É, deixei. **A universidade hoje tem vários grupos.**

(Pesquisador): Ou seja, não é uma única missa por ano da Universidade?

(Organizadora): Não. Alguns centros tem. A Biblioteca às vezes faz missa. Aqui na Reitoria às vezes a missa é realizada no Auditório, às vezes é aí no Hall. Dom Fernando Saburido já veio celebrar uma missa de Natal aqui. Então eu tenho muito orgulho de ter iniciado na Universidade, que era um desafio.

(Pesquisador): Por quê era um desafio? Você sentia alguma resistência ao tentar realizar a missa?

(Organizadora): Não. Resistência não, mas como a Universidade é laica e independente de ser laica existe o estudo da ciência, que é a descoberta, a pesquisa, então, pra gente entrar com a religião dentro de um ambiente de pesquisa, de um universo de pesquisadores, não é tão fácil.

Como aqui tem pesquisadores católicos, tem uma comunidade católica que nunca tinha se manifestado antes, eu acho que não houve nenhum interesse de ninguém iniciar e assumir. Acredito que a dificuldade maior seria assumir. E eu até hoje continuo comprometida e toda missa que precisa me chamam para organizar.

(Pesquisador): Então existe um calendário definido para a realização desses eventos religiosos na UFPE?

(Organizadora): É, existe.

(Pesquisador): As missas de Natal e de Páscoa estão nesse calendário?

(Organizadora): É. Porém existem alguns grupos que fazem reuniões, estudos bíblicos, no CFCH e em outros locais.

(Pesquisador): Você sabe dizer quantos grupos católicos existem na UFPE?

(Organizadora): Olhe, oficialmente tem um no CTG, que é o que eu mais tenho contato e convivo, mas tem outros grupos. As missas aqui da Reitoria somos nós que organizamos. O grupo do CTG também participa.

(Pesquisador): Então oficialmente existem dois grupos que organizam missas, os grupos que organizam estudos bíblicos você não conhece?

(Organizadora): Sobre os grupos de estudos bíblicos, às vezes eu até participava lá no CFCH, no auditório, mas nunca interagi, por questão de horário. Nós tínhamos no CTG um grupo de estudos bíblicos, depois deixamos.

(Pesquisador): Esse calendário é discutido e aprovado por algum setor da Universidade?

(Organizadora): Não. É assim, a Comunidade Católica da Universidade ela não é participativa. Primeiro, eu não conheço a Comunidade Católica da Universidade Federal de Pernambuco, efetivamente. Eu apenas conheço esse grupo. Somos Católicos praticantes, mas eu não conheço toda a comunidade. Como o catolicismo era visto como uma religião de status de certa forma, a tradicional, então todo mundo é Católico! Mas como todo mundo sabe que eu sou muito Católica - as minhas amigas - aí um dia eu fui falar com uma amiga e ela disse: eu não posso falar com você agora porque vou para uma reunião espírita, e voltou e disse, mas olhe, eu sou Católica viu? Eu disse: com certeza!

(Pesquisador): Você consegue explicar o porquê dessa aparente flexibilidade do Católico em relação a outras religiões, se é que acredita nisso, já que você deu muita ênfase ao fato de ser Católica praticante, tradicional, de geração e de convicção? Na pesquisa algumas pessoas responderam que são católicas mas simpatizam com outras religiões. Pra você essas pessoas não são

Católicas? Por quê existem as pessoas que se denominam católicas praticantes e outras, católicas não praticantes?

(Organizadora): Eu posso responder de duas maneiras. Primeiro porque algumas pessoas dizem que a religião Católica não é democrática, mas ela é sim democrática, porque você entra na igreja a hora que quer, você sai a hora que quer e ninguém pergunta aonde você vai, porque você vai, porque você não vai. Então nesse sentido eu acho que ela é muito democrática. É um espaço que você vai e volta sem ter interferência de ninguém. Eu não pergunto a você: você veio domingo à missa? A igreja, o espaço, é muito democrático. Você assiste aonde quer e a hora que quer. E ninguém interrompe nem ninguém interfere.

Agora eu não acredito que Jesus reencarnou. Eu acredito no poder infinito de Deus. Deus faz tudo à hora que ele quer, como ele quer. Então, eu não acredito na reencarnação, eu acredito que ele ressuscitou. Porque a força de Deus é maior do que o ressuscitar alguém.

Na realidade a Religião Católica me preenche de A a Z. Tudo o que eu busquei eu encontrei. Tudo o que eu busco eu encontro. Então eu não tenho necessidade de buscar nada em outro lugar. Por conta disso não há interesse em conhecer porque eu me completo. Entende? Porque se eu for para um lado ou outro eu vou interferir numa religião, em alguma coisa que eu não conheço. Aí não sei se eu sou radical, mas acredito que sou completa em se tratando de religião. **Porque a religião me dá suporte para tudo o que acontece na minha vida, de bom e de difícil.**

Eu perdi oito pessoas da família em dois anos e não tenho nenhum trauma. Todos morreram, meu filho, minha mãe, meu avô, minha avó, dois cunhados e dois tios em dois anos. E Deus, com o suporte da fé que eu tenho, ele me deu a resignação de aceitar tudo e ser feliz. Então por conta disso eu me sinto completa. **Todos os domingos eu vou à missa e me sinto feliz e bem em assistir a uma missa.**

(Pesquisador): Não vê isso como obrigação?

(Organizadora): Não. Eu não vou à missa como obrigação. Eu vou participar, porque na realidade o que é a missa? A missa é a renovação da quinta-feira santa. Todos os domingos a gente pratica a ceia da quinta-feira santa. O padre representa Jesus e quando ele lê o Evangelho, quando ele fala, ali é inspirado pelo Divino Espírito Santo.

(Pesquisador): Você acredita na transubstanciação?

(Organizadora): Acredito, porque o Divino Espírito Santo que é quem dá inteligência, e quando o padre diz envia teu espírito santo pra abençoar, então naquele momento ele tem o poder de transformar. Eu não estou à altura de sentir o sabor da carne. Que ninguém sente o sabor da carne de Cristo porque ninguém sabe como era. Porque Cristo foi filho de Maria sem pai, porque? Para ele não ter nenhuma herança genética. Porque Maria foi escolhida por gerações pra ser mãe de Jesus. Meu avô era médico e ele um dia escreveu uma poesia para Nossa Senhora. E ele disse que “a concepção de Nossa Senhora é como o sol atravessa o espelho. E eu acredito nisso.

(Pesquisador): Você já prestigiou de evento religioso de alguma religião diferente da sua aqui na Universidade?

(Organizadora): Já. Eu participava às vezes de estudos bíblicos dos evangélicos aqui e quando houve uma solenidade no Centro de Educação que

foi uma apresentação afro eu estava presente. Hoje eu vou menos, porque não tenho horário, mas, por exemplo, se alguém me pergunta: domingo você vai ao meu centro espírita?, eu não vou. Mas eu fui a uma missa aqui, que foi um culto ecumênico, tinha um espírita e tudo, eu estava na missa, participei e tudo, mas se alguém me convidar para ir a um centro espírita eu sou muito sincera, eu digo infelizmente eu não vou poder ir, mas não digo mais coisas para não ser indelicada. Digo só infelizmente não posso. E eu tenho uma amiga evangélica e ela casou e eu fui ao casamento. É uma pessoa que é muito aberta, não é radical e a gente conversa.

Deixa eu explicar. O evangélico no Brasil ele tem o conhecimento bíblico 450 anos a mais do que nós católicos, porque a nossa Bíblia era em latim e ninguém sabia latim. Então nós não líamos a Bíblia. Nós conhecíamos a Bíblia só através da missa, que também era em latim. Então nós tínhamos o Missal com a tradução latim-português. Então há menos de 50 anos foi traduzida para o português a Bíblia.

O evangélico já tinha 400 anos antes. Então eles tem um estudo bíblico, um conhecimento de Bíblia mais velho do que a gente, acredito mais de 400 anos. Então quando eu tenho algumas dúvidas eu converso com essa minha amiga e a gente fala sobre a dúvida, porque eles tem um conhecimento maior. E nem todo católico lê a Bíblia.

(Pesquisador): Você conhece alguma iniciativa de outras religiões ou da sua na promoção de debates ou discussões pra viabilizar o intercâmbio de informações sobre a questão da liberdade religiosa, tolerância e intolerância?

(Organizadora): Não, eu nunca vi.

(Pesquisador): Nem da parte de vocês?

(Organizadora): Olhe, aqui na Universidade a gente só fala, mas ainda não começamos a praticar efetivamente. A gente precisa evangelizar mais.

(Pesquisador): Então esse é um dos propósitos de vocês?

(Organizadora): É. O grupo às vezes conversa sobre a necessidade de evangelizar mais aqui. Porque eu acho que a religião norteia as pessoas. E a Universidade, eu acredito que a juventude hoje ela está sem muita religiosidade, muita espiritualidade. As pessoas estão deixando de lado a espiritualidade. E eles estão em algum momento sem rumo, sem norte. E se a gente começar a evangelizar a gente pode plantar uma semente e colher alguma coisa.

(Pesquisador): Vocês se sentem responsáveis por isso, por tentar através da religião levar algum conforto, trazer esse norte que você fala? O grupo discute isso?

(Organizadora): É, mas nós ainda não praticamos. Eu tenho um amigo iraniano que é da religião bahá'í. Você já ouviu falar? É muito bonita, ele escreve muita coisa bonita. E eles dizem o seguinte: vocês Católicos esperam fazer grande, nós iranianos começamos por um. Então é isso que a gente precisa fazer, começar por um.

A gente sempre conversa, vamos fazer, vamos fazer. Na realidade nós estamos muito aquém aqui dentro. Nós não praticamos nada, de certa forma. Nós estamos com débito, temos um débito grande nesse sentido.

Nós não queremos que ninguém seja Católico. Nós só queremos levar até a pessoa, Deus.

(Pesquisador): Na sua opinião, a abertura do espaço institucional para a realização de manifestações religiosas atenta contra a questão de que o Estado brasileiro deve ter uma posição neutra no campo religioso?

(Organizadora): Olha, é tão difícil e tão fácil, não é, a gente responder? Porquê, se você tem um espaço na Universidade e a Universidade é um espaço público. Partindo do princípio de que ela é um espaço público, ela tem que se propor a aceitar e acatar essas manifestações. Então, mesmo ela sendo laica, mas por um outro lado, quando é pública e na nossa Constituição diz, não sei de cor, mas na Constituição você não pode ter nenhum preconceito de raça nem de religião. Então, com base na Constituição, eu acredito que a Universidade ela pode estar, como pública, ela pode também propor esses espaços e esses momentos.

(Pesquisador): Você já presenciou algum ato de intolerância religiosa no âmbito da UFPE?

(Organizadora): Não. Uma coisa que eu acho que acontece, e aqui já aconteceu, aqui no auditório um evento que era afro e começaram a tocar e algumas pessoas vieram dizer que tinha barulho. Que estava incomodando o barulho. Porque, qual é a diferença? A diferença é de como acontece. Se nós celebrarmos aqui uma missa cabocla vai incomodar todo mundo. Porque a missa cabocla ela tem um perfil afro. É linda e tem os toques afro. É lindíssima, muito bonita, muito emocionante.

Então, se nós celebrarmos aqui uma missa cabocla, Católica, que ela é Católica, todo mundo vai dizer que está incomodado, porque tem barulho.

(Pesquisador): Você acredita que elas não estão incomodadas pela manifestação e sim pelo barulho?

(Organizadora): Eu acredito que pelo barulho. Porque se tiver, por exemplo, uma reunião espírita, não vai haver barulho, então não vai incomodar. Se houver a missa aí a gente canta, para um pouquinho. Agora, se houver um barulho de tambor, aí as pessoas vem e dizem: está fazendo barulho. Ela não está sabendo o que é, mas está sabendo que tem barulho. Então nesse sentido eu acho que há intolerância somente nesse aspecto.

(Pesquisador): Não é uma intolerância religiosa? É uma intolerância em relação a um distúrbio?

(Organizadora): É, porque quando nós celebramos missa aí em baixo que tem guitarra, tem tudo, nunca houve ninguém que reclamasse. Eu não sei se houver um culto afro, com o mesmo barulho, vão chegar e dizer, porque ainda existe muito preconceito. As pessoas não assumiram ainda a sua brasilidade, a sua religiosidade e seus cultos. Então, como a religião afro, ainda existe, o Brasil é um país de muito preconceito, então, acredito que por conta disso.

Se alguém me chamar de negra é uma ofensa. Por quê? se eu sou. Não é verdade? Então, ninguém fica ofendido por ser chamado de moreno. E isso seria a maior ofensa, porque se eu disser você é moreno você não é ninguém. Porque eu acho que ofensa é dizer você é moreno.

Eu evangelizava crianças e foi muito interessante. Um dia que chegou uma menina índia e eu disse, olhe você é índia? Qual é o seu nome? Aí eu comecei a falar para as crianças o que eu era. Eu tenho o olho claro, país de minha descendência, eu tenho o cabelo aramado e é africano e meu bisavô por parte de pai era negro, eu tenho o rosto dessa maneira, por conta mais ou menos do índio, eu tenho pé grande por conta do africano, enfim, e aí um menino chega de lá e diz, tu é vira-lata. Não é? Bem natural.

Então, nós somos miscigenados, temos uma miscigenação muito grande. Então quando uma pessoa chama o outro de negro ofende, mas quando chama de moreno não ofende.

Na Constituição deveria ter, você no dia que chamar alguém de moreno vai ser preso. Porque moreno não existe. Existe branco, amarelo, preto e vermelho. Porque não iria ter preconceito, porque a partir do momento que você tira o moreno da jogada, aí não vai ter preconceito.

(Pesquisador): Você gostaria de fazer alguma consideração?

(Organizadora): É muito bom pra mim, porque hoje a Universidade está recebendo com muito carinho todas as religiões e vamos ver se fazemos um trabalho de evangelização bom.

(Pesquisador): Qual foi então a sua grande conquista, desde 1981 até agora, que você se sente agraciada com isso, a partir desses eventos religiosos que você iniciou aqui na dentro da Universidade?

(Organizadora): Tenho. Eu tenho orgulho de alguém ter dito a você que viesse falar comigo, porque eu sou Católica. E sempre fui praticante. É esse orgulho.

Entrevista com os representantes da Comunidade Evangélica da UFPE

(Pesquisador): O objetivo do trabalho é estudar o processo de secularização do estado brasileiro, as influências religiosas num estado laico, a questão da tolerância e da intolerância e da liberdade religiosa.

(Organizador 1): Às vezes há um momento da convivência que **o fato de você conviver não significa que você aceita. Eu posso conviver com uma pessoa, mas não aceito o que ela pensa.** A gente veio aqui com o seguinte propósito: temos primeiro o momento de louvor, lendo aqui (mostrando a Bíblia) duas ou três linhas, que é um momento de preparação espiritual, para a gente estar preparado, o coração preparado, o espírito preparado para o momento de adoração ao Senhor.

Para a gente adorá-lo, a gente pega aqui um versículo, fazer um estudo, uma reflexão. A gente primeiro vem, canta uns três hinos, para a gente aquietar o coração. Um chegou de casa, pegou o trânsito, estava lá na sala, aí você canta e acalma o coração. **Você vem e faz uma oração para um parente enfermo e aí vai. Estou com um problema no trabalho, aí você vem, temos um momento de oração,** depois a gente faz uma reflexão de um capítulo, um versículo, aqui na palavra (mostrando a Bíblia). A nossa base e regra de fé é a Bíblia. Ela congrega o Velho e o Novo Testamento.

(Organizador 1): Aí quando você falou a questão da pessoa ter tolerância, esse é o meu pensamento, tá? **Eu posso conviver com uma pessoa, vou tolerar ela, mas eu não aceito o pensamento dela, a crença dela.** Mas isso não vai me impedir de eu estar convivendo com ela. Porque a Bíblia é bem clara e eu vou seguir o que está aqui. **O fato de eu dizer que eu não tolero a pessoa não quer dizer que eu vou entrar em atrito com ela.** Eu tenho que mostrar pra ela que eu sou uma pessoa diferente. Tem religião que não quer nem ver. Fique pra lá, não entre nem na porta.

Mas uma coisa que a gente defende, e foi bom você ter falado, e tem aqui no Livro de Timóteo Capítulo 2, Versículo 5. Eu vou ler o que é que tem dizendo

aqui: porque há um só Deus e um só mediador entre Deus e o homem, Jesus Cristo.

Esse versículo vai de frente com quem é Católico, porque **a diferença do Católico pra gente é porque eles se ajoelham em frente a uma estátua, uma imagem**, e aquela imagem, aquele santo que ele está adorando é quem vai ser intermediário dele com Deus. E já a Bíblia não, se você crê que tudo o que está aqui é verdade, então minha crença é essa. **O único mediador das minhas orações, das minhas petições, da minha reza, tá entendendo?, pra Deus é Jesus. Eu não vou colocar nenhum santo como mediador.**

(Organizador 2): É uma ligação direta.

(Organizador 1): Mas isso não vai impedir que eu tenha amizade com um católico. Eu vou mostrar pra ele, "olha, tu crê na Bíblia? tu acha que é verdade tudo isso aqui? Veja que você não está fazendo uma coisa que não está condizendo com a Bíblia.

(Pesquisador): Quando a gente fala em tolerância, em liberdade religiosa, a gente fala também em pluralidade e a gente fala na questão da dúvida. A questão da dúvida é fundamental para você conceituar certos tipos de religião. Por exemplo, o evangélico ele não duvida das suas crenças, do que está na Bíblia, como você afirmou aqui. Porque existe uma certeza, como você acabou de falar, que só existe um só Deus, que o caminho entre o evangélico e Deus é Jesus, sem intermediários, que só existe um caminho, uma verdade.

(Fiel): Mas Jesus disse isso: eu sou o caminho, a verdade e a vida. Ninguém vem ao pai senão por mim.

(Pesquisador): Vocês falaram aqui que não aceitam imagens.

(Organizador 2): Não é que a gente não aceite, é porque a Bíblia diz que isso é abominação.

(Pesquisador): Vocês tem conhecimento do episódio do "Chute na Santa"? Acreditam que isso foi um ato de intolerância?

(Fiel): Mas isso foi uma coisa individual dele. Mas isso não foi questão da intolerância de uma igreja não. Foi uma questão pessoal dele. Ele tomou a iniciativa e por ser um líder as pessoas acabem generalizando.

(Organizador 1): Se ele for um líder influente ele pode até induzir as pessoas a fazerem o mesmo.

(Fiel): Ele vai de encontro à Bíblia, porque a Bíblia diz que você tem que ter o livre arbítrio. Você pode crer em Jesus e se você não crê em Jesus você pode crer em outra pessoa. É um problema seu. Você tem o livre arbítrio. A Bíblia diz o que se deve seguir. O próprio Jesus diz o que se deve seguir, que Ele é o caminho. Se a pessoa vai por outro caminho é um problema da pessoa. A Bíblia diz o destino dessa pessoa que não tem Jesus. A Bíblia já dá o destino. Não sou eu que vou dar. **Você vai pro inferno se não acreditar em Jesus. Não sou eu que vou dizer, é a Bíblia que está dizendo. Provas demais tem na Bíblia pra dizer isso.**

(Pesquisador): Você disse que é uma questão pessoal, mas em nome de Deus já vimos pessoas jogarem aviões em prédios e matar milhares de pessoas.

(Organizador 2): Deus me livre de fazer isso, Deus é amor.

(Fiel): Às vezes eu penso que se eu tivesse poder eu acho que eu destruiria essas pessoas que fazem tanto mal. Mas Deus não é assim. Tenho um exemplo de casa, quando teve um bandido que se converteu. Disse que agora é evangélico. Saiu da prisão em Itamaracá e agora está pregando. E

meu pai no carro levou esse homem para uma igreja é em Moreno. Ele no carro e a gente vinha no carro tremendo com medo do homem. O apelido dele era testinha. A gente ficava tudo com medo do homem. Mas quando ele começou a falar na igreja, o testemunho dele, tudo que ele fez e que sentiu o poder de Deus para o perdão dos pecados dele, de tudo o que ele fez de mal, quando a gente voltou a gente voltou conversando com ele. Sabe, parecia que aquele ali não era o mesmo homem de antes. Deus transforma o coração da gente.

(Organizador 2): Deus mudou aquela vida.

(Pesquisador): Eu posso no meio da discussão fazer algumas perguntas que estão aqui comigo?

(Todos): Pode sim

(Pesquisador): Algum de vocês já teve outra religião?

(Organizador 2): Sim, eu fui do catolicismo. Estudei toda a minha vida em colégio de freiras.

(Organizador 1): Eu era católico. Ia para a igreja para batizado, missa, mas nunca fui atuante.

(Pesquisador): Então, dos quatro presentes, três foram católicos e uma sempre foi evangélica?

(Organizador 2): Apenas ela não teve religião (se referindo à fiel2)

(Pesquisador): No processo de socialização você não faz muitas escolhas no começo da sua vida. Quem faz as suas escolhas normalmente é a sua família. Então, por exemplo, eu fui batizado ainda bebê. Eu tinha condição de fazer alguma análise?

(Fiel): Quem decide são os pais.

Quando a gente nasce na religião evangélica, desde pequenininha, a gente tem que tomar uma decisão. No momento certo meu pai me diz, olhe você vai ter que se batizar. Mas a decisão é minha. Quando eu quis me batizar, eu falei com o pastor e disse, eu vou me batizar.

(Pesquisador): Você tinha quê idade?

(Fiel): Eu tinha de dez pra onze anos. Hoje nós temos crianças de sete anos que já querem se batizar. Desde pequenininho estuda na igreja, já lê a Bíblia, e quer se batizar aí o pastor diz aguarde um pouquinho, entendeu? E nunca bebê, neném. Qual a idade da razão? Numa criança, qual é a idade da razão? É sete anos, a idade da razão. Por isso que precisa um preparo total. A gente quando diz que quer se batizar a gente passa três meses por ano pra saber se você está pronto pra você se batizar.

Tem um estudo todo e se você perder umas cinco aulas, você já está fora. Porque tem que ter todo um estudo de três meses pra ver se é aquilo que você quer mesmo, que é o batismo.

(Organizador 2): Tenho um filho que tem 19 anos e ainda não é batizado, nem é Católico nem Protestante. Ele frequenta a igreja, mas ele ainda não está preparado. Ainda não é o momento.

(Pesquisador): Vocês acham que essa abertura que a Universidade proporciona para as diversas religiões realizarem cultos, manifestações é uma evidência de tolerância religiosa?

(Organizador 1): Acho que é.

(Organizador 2): É uma conquista.

(Pesquisador): Por quê você chama de conquista?

(Organizador 2): A gente começou isso aqui na Reitoria. **Quando a gente começou isso aqui? (perguntando à fiel)**

(Fiel): 19 anos.

(Organizador 2): A gente começou há 19 anos. A gente começou no estacionamento da Reitoria. Por isso que eu digo que é uma conquista. A gente estava pedindo um espaço. Que Deus mandasse um espaço pra gente.

(Pesquisador): Eu trabalhei aqui na Reitoria, na PROADM. O então Pró-reitor não professava nenhum tipo de religião, ele não tinha uma religião definida. Tempos depois ele fez um relato dizendo que teve uma espécie de visão, um chamado.

(Organizador 2): Ele fez várias pesquisas e ele viu que a verdade está no evangelho.

(Pesquisador): Eu estava aqui no auditório no dia do testemunho dele. Quando ele falou que aceitou Jesus. Essa foi a expressão dele. Afirmou que teve um chamado. E durante o seu Pró-reitorado aconteceram alguns cultos aqui. Os cultos aconteciam com certa regularidade. Vocês acham que isso facilitou as coisas pra vocês?

(Organizador 2): Não, isso foi bem depois. Ele já sabia que existia isso aqui.

(Pesquisador): Então ele se integrou ao grupo que já existia?

(Organizador 2): Foi, mas ele estava estudando, foram anos e anos estudando e viu que na real a verdade estava no evangelho.

(Pesquisador): Então os cultos aconteciam antes dele se integrar ao grupo?

(Organizador 2): Bem antes. Ele era novo pra gente.

(Fiel): Lembra de um estacionamento aqui da Reitoria? Numa área coberta onde os pró-reitores colocavam os carros?

(Pesquisador): Lembro. Um lado era coberto o outro não.

(Organizador 2): Os cultos eram lá. Depois de muito tempo, não lembro quem conseguiu esse espaço.

(Fiel): Um funcionário da época.

(Organizador 2): Esse funcionário falou com o Reitor e conseguiu.

(Fiel): A gente veio pra aqui, foi uma conquista né? A gente não pediu a ninguém, a gente não foi atrás, só pediu a Deus que mandasse as pessoas como instrumento né?

(Organizador 2): Talvez o professor (ex-Pró-reitor da PROADM) tenha sido o instrumento para a gente conseguir o Auditório.

(Pesquisador): Além da motivação de difundir e pregar a palavra de Deus, existe alguma outra motivação em relação à organização dos cultos?

(Organizador 2): Louvar, como ele já falou (se referindo ao organizador 1).

(Organizador 1): Tem muitos visitantes que não são evangélicos, pra gente é o ideal. A gente tem esperança que outra pessoa entre, que não seja evangélico, para conhecer. Já participaram duas pessoas espíritas, falaram o que eu posso fazer para participar? Eu respondi: pode ficar à vontade.

(Organizador 2): Porque ela era espírita ela achava que a gente não aceitava a presença dela. Era a secretária da antiga Pró-reitora da PROACAD, que é evangélica. Aí a gente falou, não fulana, fique à vontade. Ela participou de vários cultos com a gente, mas acabou de se aposentar.

(Organizador 2): Eu só tive um probleminha mais com um antigo Diretor de Controle Acadêmico, porque ele era catimbozeiro, não sei como é que chama. Esse professor sempre me perseguiu.

(Pesquisador): Você acha que essa perseguição era um ato de intolerância?

(Fiel): Ele perseguiu ela (referindo-se à organizadora 2). **E teve outra pessoa também que também interferiu.** Mas ele teve um problema de doença e ela (organizadora 2) foi a primeira a chegar aqui no culto e pedir uma oração por ele.

(Pesquisador): Você acha que esse tipo de perseguição foi um ato de intolerância dele?

(Organizador 2): Ele não aceitava a minha religião não. É tanto que uma vez, acredito que foi uma vez que Paulo Garcia veio aqui, era a segunda vez que ele veio aqui, ele me chamou a atenção: pra tu fazer um negócio desse, tu tens que falar com a Pró-reitora. Eu respondi: querido, eu falei com o Reitor que é maior que a Pró-reitora. E ele saiu furioso comigo. Então, existe esse tipo de coisa.

(Pesquisador): Existe algum calendário para serem realizados os cultos, vocês definem um calendário?

(Organizador 1): Todas as quintas.

(Pesquisador): Todas as quintas tem um encontro? Não é uma coisa formal? Pra existir um culto, precisa da presença de um pastor?

(Organizador 2): Não. Às vezes temos a presença de uma diaconisa. O organizador 1 é diácono.

(Pesquisador): São cargos na igreja?

(Organizador 2): Mais de responsabilidade.

(Pesquisador): Ligados a alguma igreja?

(Organizador 1): Eu sou da Presbiteriana. A antiga Pró-Reitora é da Batista. São várias denominações

(Organizador 2): Ela faz parte de coral. Eu também. Cada um tem a sua responsabilidade dentro da sua denominação.

(Pesquisador): Quem define esse calendário? O grupo todo?

(Organizador 1): O único calendário certo que a gente tem é o culto do final do ano. Esse já entrou no calendário até da Universidade. O Reitor todos os anos participa.

(Pesquisador): Publicado inclusive na página da Assessoria de Comunicação – ASCOM, não é?

(Todos): É

(Organizador 2): Tem a missa de Natal e o culto de Natal também.

(Pesquisador): Não existe evento na Páscoa?

(Organizador 2): A gente fazia, mas dá muito trabalho. Tem que juntar todo mundo, o pessoal está trabalhando, tem que trazer gente pra tocar.

(Fiel): A gente começou aqui na Reitoria, mas a gente dá graças a Deus porque existem outros grupos aqui. Nunca tinha cultos aqui, não existiam em outra época, mas agora está tendo. No Centro de Informática, por exemplo.

(Pesquisador): O primeiro lugar foi a Reitoria?

- Todos concordaram.

(Organizador 2): Já passou uma pessoa por aqui e falou: porque só existem esses crentes que ficam aí reunidos? Aí eu respondi: você reúne o pessoal católico e arruma um espaço. Só não pode ser no mesmo dia.

(Pesquisador): Quem é que aprova, quem autoriza? O Auditório fica aberto?

(Organizador 2): Não, fica fechado. É o Reitor quem autoriza. O Reitor sabe. Todo Reitor que entra eu comunico e peço a autorização dele. Esse quando entrou eu marquei um dia e falei com ele, falei da existência, a Pró-reitora também.

(Pesquisador): O Reitor anterior participava?

(Organizadora 2): Muito, muito, muito. Católico que participava.

(Organizador 1): E é Católico viú?

(Pesquisador): Vi as fotos na página da ASCOM – Assessoria de Comunicação.

(Organizador 2): Chorou um dia, amou muito porque veio um integrante chamado Alexandre Ximenes, da Episcopal. Ele amou. Quando a Pró-reitora veio aqui eu falei: professora, você estava em Brasília, você perdeu! (risos). Outro Pró-reitor também participa. Ele é da Presbiteriana.

(Pesquisador): Vocês já prestigiaram eventos de outra denominação religiosa, diferente da de vocês?

(Organizador 2): Já, sim.

(Organizador 1): Sim

(Pesquisador): Já aconteceu de vocês e outra religião que atua aqui na Universidade promoverem um debate entre as diversas denominações?

(Organizador 1): Não. Não há interesse. Essa questão da gente marcar um debate é uma provocação. A gente foi ensinado lá na igreja a falar sobre a sua religião, se alguém chegar e lhe atacar. Mas eu jamais vou chegar numa reunião dizendo: olha, a gente vai debater hoje minha denominação, a denominação dela, porque existem várias denominações. É um Deus só. Mas tem coisas que a denominação dela permite e a minha não permite. A gente sabe e respeita. A gente não vai escandalizar. Por eu saber que a dela não permite aquilo eu chegar e provocar. Porque a Bíblia mesmo ensina que a gente não pode viver de contendas.

(Organizador 2): Na dela não pode jogar bola, na minha pode.

(Pesquisador): Quando você fala em contenda você quer dizer: nós não podemos ser intolerantes?

(Organizador 1): Não, não é bem isso. A contenda que a Bíblia relata são brigas, fofocas, ataques. Você tem que segurar seu pavio. Você não pode ser pavio curto. Um crente de pavio curto, alguma coisa tem. Às vezes a gente tem que engolir um elefante, mas tem que aguentar. Tem que segurar.

(Pesquisador): Vocês acham que a abertura desse espaço institucional para a realização de manifestações religiosas, atenta quanto à questão que o Estado Brasileiro tem que ter uma postura neutra no campo religioso?

(Organizador 2): Quando eu trabalhava no Gabinete, tinha um crucifixo. As pessoas perguntaram, organizador 2, você se incomoda? Eu respondi: não, deixa ele lá menina. Mas eles tiraram.

(Pesquisador): Vocês sabem que o Estado Brasileiro é laico?

(Fiel): Acho que tiraram porque saiu alguma coisa dizendo que em repartições públicas não pode ter nada referente a religião.

(Pesquisador): Não concordando com a pergunta anterior, você considera que a abertura do espaço institucional é apenas uma reivindicação dos direitos civis de qualquer pessoa?

(Fiel): Não. Permissão de Deus totalmente. Porque se a gente não tivesse esse espaço aqui, a gente poderia estar em qualquer outro lugar, até no meio da rua se reunindo. Quando existe reunião aqui, a gente vai pra PROPESQ ou qualquer outro lugar.

(Organizador 1): Às vezes tem reunião do Conselho Universitário. Quando a gente vê que vai demorar, a gente vai para outro lugar.

(Organizador 2): Deus é maravilhoso mesmo. Às vezes o Reitor anterior estava aqui, aí ele me via ali e dizia: eita, já está na hora, né? Eu dizia: está lembrado? Aí ele respondia: eu sei que vocês vão usar aqui. Aí eu dizia: como meu Deus é maravilhoso!

(Pesquisador): Vocês querem fazer alguma consideração?

(Organizador 1): A gente aqui tem muita dificuldade para conseguir algo. É como se tivessem coisas para impedir que as coisas aconteçam.

(Pesquisador): O que você acha que são essas coisas?

(Organizador 1): A vida do crente não é fácil não. A Bíblia mesmo diz.

(Pesquisador): Vocês acham que essas dificuldades teria algum tipo de motivação religiosa?

(Organizador 2): Perseguição mesmo.

(Pesquisador): Vocês acham que é só com vocês?

(Fiel): Conheci o caso de uma mulher de santo que se converteu, **uma macumbeira, que ela mesma enterrou o despacho.** Ela mesmo, por conta própria, chegou em casa e fez isso. Não precisou ninguém dizer. Ela ouviu apenas a palavra de Deus. Viu que Jesus é a solução para a vida dela, ela chegou em casa, aceitou isso que Jesus, fez um buraco e enterrou tudinho. Ela mesma. Não precisou ninguém dizer, aceitou Jesus e viu que Jesus era a solução para os problemas dela. Que Jesus é a vida dela, que ela não precisava de mais nada, **jogou os bichinhos que ela tinha todinhos dentro de um buraco no quintal da casa dela, num terreno.**

(Organizador 2): A gente pode conviver, mas não é obrigado a aceitar. Eu convivo com homossexualismo mas não aceito. Não aceito a prática do que um membro da minha família está fazendo, ele é homossexual. Era casado, com filho, depois vem dizer que é homossexual. Não aceito o que você faz. Tenho outro parente que passou do estado de padre.

Depois de padre vem o quê? Dom?

(Pesquisador): Bispo?

(Organizador 2): Tenho um parente que já é isso aí e a gente se dá muito bem. Só que ele vê que a doutrina é diferente.

(Organizador 1): Tudo isso, sabe, se baseia na Bíblia, porque a Bíblia diz assim: Deus ama o pecador, nós, porque não somos diferentes de você, mas ele abomina o pecado. Se você quer Ele, liberte-se do pecado. É difícil, mas tente que eu lhe ajudo. Dê o primeiro passo que Deus vai estar contigo.

(Organizador 2): Isso não quer dizer que nós somos mais santos do que ninguém. Agente peca, a gente erra. Todo dia eu peço perdão pelos meus pecados. Deus é maravilhoso. Aí já quero convidar você para o final de ano (se dirigindo ao pesquisador).

(Fiel): A gente não precisa ir a homens, a reis, a quem quer que seja. Só Jesus.

(Organizador 1): A gente veio aqui com o propósito de atender à sua entrevista. Mas venha um dia pra você assistir.

A gente abre com uma oração e encerra com uma oração. Vamos orar. Senhor Deus nosso pai, te agradecemos por esse momento que estivemos aqui reunidos em teu santo nome. A gente queria também agradecer pela visita do entrevistador aqui em nosso meio. Nós falamos aqui um pouco do que o Senhor representa em nossas vidas. É com muito prazer, é com muito amor que a gente dá o testemunho do teu senhorio em nossas vidas.

Nós temos que proclamar, testemunhar o quanto tu és poderoso pra libertar a vida do ser humano. Restaurar, curar e até ressuscitar no que a tua palavra nos ensina.

Obrigado por cada vida e por cada família que está aqui representada. Nós queremos te agradecer também pelos amigos que não puderam estar presentes, que na próxima semana eles estejam conosco, que o Senhor esteja visitando eles neste momento pai. **E abençoa também o nosso retorno ao setor de trabalho, que tenhamos uma tarde maravilhosa e que o Senhor esteja na presença de tudo o que a gente venha a fazer.**

Continua nos dando sabedoria do alto, dai-nos discernimento em tudo o que viemos fazer aqui na Universidade. E dá uma boa tarde na vida do entrevistador, pai, para que ele consiga concluir essa dissertação, Senhor, e mais tarde ele venha dar o testemunho de tudo o que ele escutou em todas as religiões e aqui no nosso meio também.

É assim que nós oramos, te agradecemos e te pedimos também pai, em nome de Jesus, uma bênção especial na família de cada um aqui. O senhor sabe que a gente confia, que o senhor está em nossos corações. Muitas coisas não foram externadas, mas a tua palavra todos conhecem. É assim que nós te oramos e agradecemos, em nome do teu filho Jesus, amém.

Todos respondem: Amém.

Entrevista com organizador de reuniões espíritas

(Pesquisador): O objetivo do trabalho é estudar o processo de secularização do estado brasileiro, as influências religiosas num estado laico, a questão da tolerância e da intolerância e da liberdade religiosa.

(Pesquisador): Qual a sua religião?

(Organizador): Espírita Kardecista

(Pesquisador): Você já teve outra religião?

(Organizador): Católica. Minha formação inicial foi católica. Ia à missa, fazia parte de grupo de jovens, fiz Primeira Comunhão. Eu não me crismei, mas casei na Igreja Católica e sou batizado na Igreja Católica. **Mas na adolescência comecei a ler livros espíritas, me interessei pela doutrina, até hoje. A Igreja Católica é mais flexível em relação a isso.**

(Pesquisador): Você já participou de algum evento religioso de outras denominações aqui na faculdade?

(Organizador): Não, nunca participei de nenhum evento religioso aqui. **Já participei em outro órgão público. Missa de Páscoa, missa de final de ano. Até porque pela minha função, eu tinha que receber as pessoas. Participei de mais de um evento.**

(Pesquisador): Você percebe essas manifestações como parte do calendário institucional da Universidade?

(Organizador): Só a de Páscoa.

(Pesquisador): Você organiza eventos aqui na Universidade?

(Organizador): Eu sou espírita e existem outros simpatizantes aqui. Eu sou o único que frequenta centro. Eu faço em casa toda terça-feira o evangelho no lar, isso dá uma harmonizada na casa.

Aí eu comentando com o pessoal, vamos fazer aqui, porque a gente já harmoniza o ambiente de trabalho. É um momento de oração, é um momento de estudo e a gente já tem percebido que nós já temos melhorado muito depois do evangelho. Porque é um estudo. É um estudo bíblico decodificado através de Allan Kardec.

(Pesquisador): Vocês estudam o Livro dos Espíritos?

(Organizador): É, aí tem as preces e o estudo. É o estudo do dia a dia mesmo. Nós pegamos o livro e fazemos o estudo aleatoriamente. O livro ensina como viver bem.

(Pesquisador): Nesse momento de prece, você já percebeu algum ato de intolerância?

(Organizador): Em outra sala do setor existe um pessoal que é evangélico. A gente percebe assim, não chega a ser um ato de intolerância, mas percebemos uma certa resistência. Porque a religião evangélica ainda é um pouco fechada em relação à questão da espiritualidade. Já a Católica é mais flexível. A colega católica que você entrevistou, por exemplo, já participou uma vez com a gente, quando termina leva água fluidificada pra ela.

(Organizador): A gente faz na hora do almoço, que é uma hora que não tem movimento, a gente se reúne, faz a prece inicial, lê um capítulo e faz um debate, depois fazemos a prece final.

(Pesquisador): Qual o objetivo de vocês ao fazerem essas preces e debates aqui?

(Organizador): Melhorarmos como pessoa mesmo. Porque eu acho que a questão do estudo evangélico é pra você se conhecer, pessoas que tem dificuldades tentar superar isso e compreender o irmão que trabalha com você no dia a dia. Então você compartilha a vivência, a vida em si. **O objetivo maior é melhorar e evoluir espiritualmente.**

(Pesquisador): Já existiu alguma iniciativa por parte dos diversos integrantes de religiões aqui em promover um debate?

(Organizador): Não, não tenho conhecimento. **Os evangélicos se reúnem, mas nunca nos procuraram para um debate. Como eu falei, o evangélico é mais resistente. O espiritismo é totalmente flexível.** A gente sabe que a caridade é o principal fator para se evoluir, para melhorar como pessoa. Não a questão da religião em si. Você pode não frequentar religião nenhuma e ser uma pessoa iluminada. **Você pode andar com a Bíblia em baixo do braço e não fazer nenhum ato de caridade.**

Mas como as outras religiões são mais fechadas para o espiritismo, agora que o espiritismo está tendo mais essa liberdade de expressão, aí a gente evita até esse tipo de conflito. Que o objetivo nosso é a paz, é a harmonia. Se nós pudéssemos debater com outras religiões, tirar dúvidas seria excelente, mas não acontece. A gente sabe que na prática as coisas são diferentes.

(Pesquisador): Você acredita que a abertura que a Universidade dá para que existam essas manifestações, essas práticas que acontecem aqui no ambiente da Universidade, é um ato de tolerância religiosa da UFPE?

(Organizador): **Eu acredito que sim. Acredito que a proposta é tentar fazer com que um compreenda o outro. Todos consigam conviver no mesmo espaço em harmonia.**

(Pesquisador): Para que haja essa reunião de vocês, vocês discutem antes, fazem algum preparativo?

(Organizador): Não. A gente só abre o evangelho, lê a lição do dia e debate. Fazemos o que é de praxe: a oração inicial, as orações pelas pessoas encarnadas, pessoas desencarnadas, com o objetivo de deixar o ambiente de trabalho harmonizado.